

Universidade de Brasília

Instituto de Psicologia

Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações

Laboratório de Psicologia Ambiental

Você tem medo de quê? Percepção de insegurança na vizinhança

Caroline Machado da Silva

Brasília, DF

2019

Universidade de Brasília

Instituto de Psicologia

Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações

Laboratório de Psicologia Ambiental

Você tem medo de quê? Percepção de insegurança na vizinhança

Caroline Machado da Silva

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações, como requisito parcial à obtenção de grau de Mestre em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações

Orientador: Hartmut Günther

Co-orientadora: Ingrid Luiza Neto

Brasília, DF

2019

Universidade de Brasília

Instituto de Psicologia

Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações

Laboratório de Psicologia Ambiental

Você tem medo de quê? Percepção de insegurança na vizinhança.

Composição da banca examinadora:

Prof. Hartmut Günther, Ph.D.

Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações

UnB, Presidente

Prof. Claudio Vaz Tôrres, Ph.D. Programa de Pós-Graduação em Processos Psicológicos Básicos

UnB, Membro Titular

Prof^a. Gleice Virgínia Medeiros Azambuja Elali, Doutora

Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Centro de Tecnologia - UFRN, Membro Titular

Prof. Alexander Hochdorn Ph.D. Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações – UnB, Membro Suplente

Brasília, DF

2019

Se as ruas da cidade estão livres da violência e do medo, a cidade está, portanto, razoavelmente livre da violência e do medo. Quando as pessoas dizem que uma cidade, ou parte dela, é perigosa ou selvagem, o que querem dizer basicamente é que não se sentem seguras nas calçadas. Manter a segurança urbana é uma função fundamental das ruas das cidades e suas calçadas.

Jacobs (1961)

Sentir-se seguro é crucial para que as pessoas abracem o espaço urbano. A vida nas ruas tem um impacto sobre a segurança, mas a vida ao longo da rua também tem um papel considerável.

Gehl (2013)

Agradecimentos

À Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal que subsidiou a realização da pesquisa Mobilidade Urbana Saudável em âmbito nacional, da qual eu pude fazer parte durante seus quase quatro anos de duração. Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, pela concessão da bolsa de estudos durante todo o meu mestrado.

Ao meu orientador, Hartmut Günther, que tão solícitamente me acolheu no Laboratório de Psicologia Ambiental, me ensinou tanto sobre ética, métodos de pesquisa e me mostrou os diferentes campos de pesquisa na psicologia ambiental, me proporcionando a possibilidade de cultivar um amor pela pesquisa e pelo ambiente acadêmico. À minha co-orientadora, Ingrid Luiza Neto, que prontamente aceitou meu convite para este posto. Que tão pacientemente me ensinou muitas teorias da psicologia, análises estatísticas, me ensinou a trabalhar, escrever, submeter e publicar, mas também me ensinou valores que levarei para toda a vida. Afinal, é melhor ter paz ou ter razão? Obrigada por estar ao meu lado, especialmente em todas nossas viagens.

À querida professora Isolda, que me apresentou o mundo da psicologia ambiental. Por sua gentileza, sensibilidade e amorosidade que deposita em tudo o que realiza, que resulta em sua capacidade de ser uma mulher tão sábia. Ao meu fiel companheiro de pesquisa, Lucas Matsunaga, que me acolheu no Laboratório de Psicologia Ambiental tão atenciosamente desde meu primeiro PIBIC e que tanto me ensinou, obrigada por estar ao meu lado. Aos professores Cláudio Vaz Torres, Alexander Hochdorn, da UnB e à professora Gleice Elali, da UFRN pela participação como membros da banca avaliadora deste trabalho. Ao programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações da Universidade de Brasília. Minha gratidão também aos professores do PSTO que tanto contribuíram com a minha formação e pelo envolvimento em diferentes atividades acadêmicas que contribuíram para o desenvolvimento desta pesquisa.

A todos os companheiros de pesquisa que caminharam junto comigo na pesquisa Mobilidade Urbana Saudável: Fernanda, Gabi, Lucas, Ju, André e Alexandre. Às queridas Nath e Dayse do Laboratório de Psicologia Ambiental. Aos amigos que fiz neste programa, durante minha passagem, pelo companheirismo, coleguismo e aventuras, sendo eles das turmas anteriores, minha turma e a turma que está terminando o primeiro ano, em especial à Natássia Bueno. Aos funcionários do Instituto de Psicologia com os quais tive bastante contato, em especial: Thiago, Edna, Francisca, Michele, Gustavo, Onofre, Francisco e Noêmia. A todos os entrevistados da pesquisa que cederam seu tempo para participar das coletas de dados.

Em especial à minha grande e amada família, de quem recebi tanto apoio, amor e suporte psicológico. Agradeço aos meus pais e à minha avó por toda confiança depositada em mim e por sempre investirem nos meus sonhos. À minha irmã e também companheira de pesquisa e ao meu José, por me acompanhar nos eventos, coletas de dados e na UnB nos finais de semana e apoiar todas as minhas decisões. Obrigada por todo o seu amor, companheirismo e carinho dedicados a mim. A todos os amigos da vida, que acreditaram e que contribuíram para que eu alcançasse este objetivo, especialmente àquelas que também estão na vida acadêmica Lud e Mih. Por fim, agradeço a Deus por ter me guiado e ter fortalecido toda minha caminhada até aqui.

Resumo

A percepção de que determinado local é inseguro é um fator que afeta de maneira considerável a qualidade de vida dos indivíduos. Quando os habitantes percebem um ambiente como inseguro, adotam comportamentos preventivos específicos, que podem repercutir na configuração do espaço urbano, trazendo impactos negativos, como áreas abandonadas, com falta de manutenção pública, depredação do patrimônio, grandes áreas muradas e falta de urbanidade. Nesse contexto, esta dissertação é composta por dois Estudos que investigaram a percepção da insegurança em diferentes grupos de moradores e seus comportamentos durante entrevistas caminhadas, em três vizinhanças de Brasília-DF. No Estudo um, dividido em duas partes, foram aplicados 1107 questionários, face a face, na residência do participante. O instrumento utilizado foi a Escala de Percepção de Insegurança (EPI), cujas características psicométricas são apresentadas na primeira parte do Estudo um. Na segunda parte do Estudo um identifica-se diferenças entre grupos de moradores (i.e., sexo, moradores que caminham de dia ou à noite, moradores que estabelecem maior ou menor contato social) em relação à percepção de insegurança nas vizinhanças. Análises não paramétricas mostraram que a percepção de insegurança é maior em mulheres do que em homens e é maior durante a noite. Encontrou-se uma correlação positiva entre o contato social na vizinhança e a percepção de segurança, de modo que, quanto maior o contato social, maior a percepção de segurança. O Estudo dois teve uma abordagem qualitativa, utilizando o método de entrevistas caminhadas com 17 participantes. Os resultados corroboraram os achados do Estudo um e revelaram fatores que influenciam mais diretamente na percepção de insegurança, como: presença de pessoas em situação de rua, presença de usuários de substâncias e ocorrência criminal passada, gerando um medo disposicional nos moradores. Discute-se que a falta de uso de áreas públicas e a

redução da vitalidade urbana faz com que a criminalidade aumente, formando um ciclo vicioso: a percepção de insegurança contribui para o abandono do espaço público que, por sua vez, resulta em aumento da criminalidade.

Palavras-chave: Percepção de insegurança, vida urbana, caminhabilidade, segurança pública, espaço público.

What are you afraid of? Safety perception in the neighborhood

Abstract

The perception that a particular place is unsafe affects considerably the quality of life of individuals. When the inhabitants perceive an environment as unsafe, they adopt specific preventive behaviors, which may affect the urban configuration, bringing negative impacts, such as abandoned areas, lack of public maintenance, depredation of heritage, large walled areas and lack of urbanity. This dissertation is composed of two studies that investigated safety perception in different groups of residents and their behavior during walking interviews in three neighborhoods of Brasília-DF. In the first study, divided into two parts, 1107 face-to-face questionnaires were applied at the participant's residence. The Safety Perception Scale (SPS) psychometric solidity was measured in the first part of Study one. The second part of Study one identified differences between groups of residents (i.e., among sex, residents who walk during daytime or night, residents who establish more or less social contact) in relation to safety perception in the vicinity. Nonparametric analyses showed that safety perception is higher in women than in men and is higher at night. A positive correlation was found between social contact in the neighborhood and safety perception, suggesting that the higher the social contact, the higher the perception of safety. Study two had a qualitative approach using the walking interview method with 17 participants. The results corroborated the findings of Study one and revealed factors that most directly influence safety perception, such as the presence of homeless people or drug users on the street and past criminal occurrence, generating dispositional fear among residents. It is argued that the lack of use of public areas and the reduction of urban vitality increase crime occurrence, forming a vicious cycle: the perception of lack of safe contributes to public space abandonment which in turn results in increased criminality.

Keywords: Safety perception, urban life, walkability, public safety, public space.

Sumário

1. Introdução	14
1.1 Formulação da situação problema	14
1.2 Apresentação do trabalho	16
2. Revisão de literatura	17
2.1 A vida urbana	17
2.2 O caminhar na vizinhança	22
2.2.1 O caminhar como meio de mobilidade ativa	23
2.2.2 Mensurando a caminhabilidade nas cidades	26
2.3 Criminalidade e a percepção de insegurança	26
2.3.1 A criminologia ambiental	29
2.3.2 Os espaços defensáveis	31
2.3.3 A prevenção criminal por meio do desenho urbano	34
2.3.4 Fatores que aumentam a percepção de insegurança	38
3. O Ambiente do estudo - <i>Contextualização do Distrito Federal</i>	40
3.1 Seleção e descrição das áreas a serem estudadas	41
3.2 As áreas de estudo	43
3.2.1 Varjão	43
3.2.2 Vila Planalto	43
3.2.3 Superquadras SQS 409/410	44
4. Perguntas de pesquisa	44
5. Estudo 1	45
5.1 Método	45
5.1.1 Participantes	45

VOCÊ TEM MEDO DE QUÊ? PERCEPÇÃO DE INSEGURANÇA NA VIZINHANÇA

	10
5.1.2 Instrumentos	47
5.1.3 Procedimentos	47
5.1.4 Análise de dados	49
5.1.4.1 Análise de dados da primeira parte do Estudo 1	49
5.1.4.2 Análise de dados da segunda parte do Estudo 1	50
5.1.5 Aspectos éticos	50
5.2 Primeira parte do Estudo 1 - Adaptação e validação da EPI	50
5.2.1 Resultados	51
5.2.1.1 Análise de validade de conteúdo	51
5.2.1.2 Análise de validade de construto	52
5.2.1.3 Análise de validade concorrente	56
5.2.2 Discussão	57
5.3 Segunda parte do Estudo 1 - Percepção de insegurança na vizinhança	58
5.3.1 Resultados	59
5.3.1.1 Existe diferença na percepção de insegurança entre moradores de diferentes áreas de estudo?	59
5.3.1.2 Existe diferença na percepção de insegurança entre moradores de diferentes sexos?	60
5.3.1.3 Existe diferença na percepção de insegurança entre moradores que caminham nos turnos diurno e noturno?	61
5.3.1.4 Existe diferença na percepção de insegurança entre moradores que possuem mais ou menos contato social na vizinhança?	62
5.3.2 Discussão	63
6. Estudo 2	68

	11
6.2 Método	68
6.2.1 Participantes	68
6.2.2 Instrumentos	69
6.2.3 Procedimentos	70
6.2.4 Análise de dados	72
6.3 Resultados	72
6.3.1 Quais outros fatores influenciam na percepção de insegurança nas diferentes áreas de estudo?	72
6.4 Discussão	84
7. Discussão geral	87
7.1 Limitações do estudo e agenda futura	95
Bibliografia	98
Anexo I - Descrição da amostra do Estudo 1 por vizinhança	113
Anexo II - Instrumento utilizado	115
Anexo III - Carta aos moradores	119
Anexo IV - Termo de consentimento livre e esclarecido	120
Anexo V - Verbalizações dos entrevistados no Estudo 2	121

Lista de Tabelas

Tabela 1. Itens originais do instrumento e suas respectivas adaptações	51
Tabela 2. Matriz de Componentes da análise de componentes principais da EPI	53
Tabela 3. Matriz de Componentes da análise fatorial de eixos principais da EPI	55
Tabela 4. Matriz de Componentes da análise de eixos principais da EPI	56

Lista de Figuras

Figura 1. Edifício residencial em Brasília	21
Figura 2. Relação entre a população do Brasil e o número de homicídios	29
Figura 3. Triângulo do crime segundo Felson e Clarke	29
Figura 4. Áreas de estudo em Brasília: Varjão, SQS 409/410 e Vila Planalto	42
Figura 5. Scree plot da Escala de Percepção de Segurança na Vizinhança	53
Figura 6. Barras de erros das médias de percepção de segurança nas três vizinhanças	59
Figura 7. Barras de erros das médias de percepção de segurança na vizinhança entre gêneros	61
Figura 8. Barras de erros das médias de percepção de segurança na vizinhança entre diferentes turnos	62
Figura 9. Equipamentos utilizados nos métodos móveis	70
Figura 10. Imagem do posto policial do Varjão	73
Figura 11. Praça central da Vila Planalto	74
Figura 12. Imagem da área verde das SQS 409/410 onde há pouca vigilância natural	76
Figura 13. Passarela subterrânea na Asa Sul	77
Figura 14. Imagem do bloco que a entrevistada relatou ter tido suas entradas arrombadas	78
Figura 15. Árvore onde o entrevistado reportou ter várias seringas pelo uso de substâncias	80
Figura 16. Beco próximo ao posto policial, referido pela entrevistada	81
Figura 17. Imagem da praça no Varjão onde há presença de usuários de substâncias	82
Figura 18. Imagem do local onde há maior incidência de tentativas de furtos, assaltos e sequestros	85

1. Introdução

1.1 Formulação da situação problema

A percepção de que determinado local é inseguro é um fator que afeta sobremaneira a qualidade de vida dos indivíduos. No caso do Brasil, os índices de criminalidade das cidades crescem a cada ano, o que pode gerar uma sensação de medo constante na população (Lira, 2017). Quando os habitantes percebem um ambiente como inseguro, adotam comportamentos preventivos específicos, tais como a busca por meios de transportes alternativos, alteração de rotas, redução e maior cautela ao utilizar espaços públicos. Tais comportamentos, podem repercutir na configuração do espaço urbano, trazendo impactos negativos, como áreas abandonadas, com falta de manutenção pública, depredação do patrimônio, grandes áreas muradas e falta de urbanidade (Aguiar, 2012).

Desta maneira, a falta de envolvimento social dos próprios moradores no ambiente faz com que a criminalidade aumente, formando um ciclo vicioso: percepção de insegurança contribui para o abandono do espaço público que, por sua vez, resulta em aumento da criminalidade (Brantingham & Brantingham, 1981; Felson & Clarke, 1998; Milgram, 1970). De acordo com a premissa de Lewin (1951), entende-se que o comportamento é uma função da interação pessoa-ambiente, que gera reflexões sobre como o ambiente afeta o ser humano (Fischer, 1994.; Lawton, 1991; Proshansky, Fabian & Kaminoff, 1983).

Um dos fatores amplamente citados pela literatura, relacionados à criminalidade, é o processo de urbanização. No Brasil, assim como em toda a América Latina, houve um acentuado crescimento de crimes violentos junto com a rápida urbanização dos países (Hall, 2009). Segundo Jacobs (2000), a segurança pública é relevante para que as cidades cumpram sua função social. Com pessoas nas ruas e com o uso misto do solo, aumenta-se a vigilância natural dos espaços

públicos, valorizando a escala humana e possibilitando que as pessoas sejam protagonistas do uso e da ocupação dos espaços.

A segurança nos espaços públicos é crucial para a vida da cidade, como apontado por Gehl (2013), em seu livro *Cidade para Pessoas*, e depende da diversidade de funções, da manutenção dos espaços públicos e da presença de pessoas nas ruas, realizando diferentes atividades. Este autor ainda reitera que ações individuais à criminalidade, como a implantação de muros altos, arames farpados e patrulhamento de áreas residenciais, não são efetivas. Este tipo de intervenção gera uma falsa sensação de segurança dos moradores e ainda cria uma cidade sem vida e sem pessoas nas ruas, enfraquecendo a vigilância natural e os vínculos sociais. Com isto, entende-se que se pode investir em estratégias urbanísticas que estimulem o aumento da vigilância natural e incentivem o uso dos espaços públicos das cidades, ampliando a urbanidade e a segurança pública. Uma área pública que possui uma alta taxa de urbanidade encoraja seus usuários a caminhar, aumentando também a vigilância natural da área.

A insegurança percebida pelos usuários no bairro, foi definida por Saelens e Sallis (2002) como a sensação que determinado ambiente público propicia a seus usuários na vizinhança, estando eles sozinhos ou acompanhados, independente do horário. Além disto, estudos no campo da Prevenção Situacional do Crime (Clarke, 1997), da Prevenção Criminal pelo Desenho Ambiental (CPTED) (Cozens & Love, 2015) e da Criminologia Ambiental (Brantingham & Brantingham, 1981) têm levado pesquisadores a analisar fatores socioambientais e a propor intervenções urbanas efetivas, a fim de reduzir a taxa de criminalidade e o medo do crime. Logo, estima-se que é possível investir estrutural e socialmente em ambientes que reduzam as oportunidades e a atratividade para a ocorrência de crimes, desencorajando comportamentos delituosos e estimulando a construção de suporte e vínculo entre os habitantes de uma determinada comunidade (Matsunaga, 2016).

1.2 Apresentação do trabalho

Este estudo faz parte de uma pesquisa multicêntrica intitulada Mobilidade Urbana Saudável, realizada em três cidades brasileiras: Brasília, Florianópolis e Porto Alegre; e em uma cidade britânica, Oxford, Reino Unido. O estudo foi realizado entre 2016 e 2019 contou com a participação de 3569 participantes e visava compreender o impacto da mobilidade urbana diária na saúde e no bem-estar dos moradores pertencentes a diferentes grupos sociais (Jones et al., 2019).

Em Brasília, a pesquisa foi realizada no Laboratório de Psicologia Ambiental da Universidade de Brasília, do qual a autora faz parte desde 2014, como pesquisadora. A autora participou da etapa de construção do instrumento, seleção de participantes das vizinhanças de Brasília e também coleta de dados, tanto como entrevistadora de campo, quanto como supervisora dos entrevistadores.

Ao participar do estudo Mobilidade Urbana Saudável, identificou-se que o foco maior era a mobilidade ativa, i.e., caminhar e pedalar, e sua relação com a saúde (física e psicológica) e com a satisfação dos moradores com o bairro em que vivem. O tema violência e seu impacto na mobilidade foi pouco explorado no estudo, apesar desta questão ter sido abordada no instrumento de coleta de dados. Assim, a proposta do presente estudo é investigar o impacto da percepção de insegurança em diferentes grupos de moradores.

Para isto, este trabalho está organizado da seguinte maneira:

- No capítulo 2, é realizada uma revisão da literatura, onde são apresentados referenciais teóricos relevantes, baseados nos princípios de diferentes correntes teóricas que trabalham com a prevenção criminal, desde o início do século XX até os dias atuais. Na sequência, são apresentados alguns fatores que encorajam o comportamento criminoso e aumentam a percepção de insegurança. Também são tratados temas acerca da vida urbana, principalmente em áreas públicas.

- No capítulo 3, é realizada uma contextualização das três vizinhanças em que os estudos foram realizados.
- No capítulo 4 estão as perguntas de pesquisa que nortearam este estudo.
- Nos capítulos 5 e 6 são relatados os dois estudos realizados. O primeiro estudo possui delineamento quantitativo, que descreve a adaptação da Escala de Percepção de Insegurança (EPI) e suas características psicométricas. A segunda parte do Estudo 1 identifica diferenças entre grupos de moradores (i.e., sexo, moradores que caminham de dia ou a noite, moradores que estabelecem maior ou menor contato social) em relação à percepção de insegurança nas vizinhanças. Já o Estudo 2, de caráter qualitativo, visa verificar quais são os fatores mais relevantes para os moradores em termos de percepção de segurança, que impactam em suas caminhadas diárias nos bairros em que vivem. Os dois estudos foram realizados com base nas indicações da literatura revisada e levando em consideração os aspectos socioculturais brasileiros.
- Por fim, no capítulo 7 há uma conclusão geral acerca do tema e do trabalho, com indicações de possíveis estudos futuros e as limitações de pesquisa.

2. Revisão de literatura

2.1 A vida urbana

Diversos estudos apontam que existe uma relação direta entre a criminalidade e a vida nas áreas urbanas. Porém, foi na década de 60, nos Estados Unidos, onde começaram a surgir diversas teorias que abordam esta relação. Uma das primeiras teorias foi desenvolvida por Jacobs (1961), no livro *“Morte e Vida das Grandes Cidades”*, em que a autora faz uma relação entre a criminalidade e a vida nos espaços públicos e ainda hoje é referência para estudiosos da área. A autora argumenta

que as cidades das décadas de 50 e 60 inverteram a lógica natural das cidades tradicionais, especificamente no que se refere à relação entre a construção e o espaço público. Reitera que a diversidade de usos na cidade é essencial para o desenvolvimento da vida pública, uma vez que promove a atração de uma quantidade e rotatividade maior de pessoas. Além disso, promove a manutenção da segurança pública, que não depende somente de policiamento, mas também de uma rede de pessoas que reconhecem padrões comportamentais em seus próprios grupos. Por exemplo, se uma pessoa, vê seu vizinho se comportando de uma maneira fora do habitual, logo ele irá se questionar a respeito deste comportamento. No Brasil, são inúmeros os casos de assaltos a residências, onde os criminosos utilizam caminhões para realizar roubos e os vizinhos simplesmente acham que os moradores estavam de mudança.

Uma vez que um local possibilita a atração e a rotatividade de pessoas, tem-se um domínio dos espaços, em que o acesso é dificultado a possíveis infratores, tornando a área menos obsoleta ao longo do dia. No quesito da segurança, a autora afirma que é relevante que as cidades tenham sua função social cumprida, com pessoas nas ruas e principalmente com olhos para as ruas, que servem como uma espécie de vigilância natural dos espaços públicos urbanos. A segurança, portanto, pode ser alcançada com o uso misto do solo e com atividades diferenciadas, valorizando-se a escala humana, possibilitando que as pessoas sejam os principais protagonistas do uso e da ocupação dos espaços (Jacobs, 1961).

A autora indica que os usuários, sejam eles transeuntes, moradores ou pessoas que estão nas janelas, proporcionam uma vigilância natural do ambiente, assumindo a posição de "olhos das ruas". Uma vez que os espectadores estão atentos no espaço público, forma-se uma rede de controle social de maneira informal, funcionando como um policiamento realizado por civis, que pode inibir a concretização de crimes. Jacobs (1961) ainda aponta que, quando há um forte senso de comunidade, solidariedade e confiança entre os diferentes agentes, o resultado do contato social nas

áreas públicas é essencial para a criação de um forte senso de comunidade e também para a vigilância natural dos espaços. Assim, o espaço público é um lugar em que se pode estar, conviver e ter contato com outras pessoas (Alexiou, 2006; Jacobs, 1961).

Já em relação ao uso das calçadas, que está relacionado à urbanidade, que locais subutilizados em determinados horários acabam se tornando ermos e inutilizados. Assim, os usuários com alta percepção de insegurança evitam estes locais, por medo de frequentá-los. Isto se dá também por uma falta de atividades variadas e de vitalidade no local. A autora apresenta também o termo “balé das ruas” para definir diferentes atividades, realizadas em diversos horários, por diferentes pessoas. Ela reitera que este conceito é essencial para que a interação social aconteça e promova a vitalidade dos espaços (Jacobs, 1961).

Já em relação ao desenho urbano, o uso de quadras curtas aumenta a integração e a conectividade no tecido urbano. Para a autora, as vizinhanças separadas podem gerar o fenômeno de “*gueto*”, diminuindo a possibilidade de interação entre os moradores. Além disso, indica que a facilidade dos pedestres em circular pela vizinhança está associada ao uso regular das áreas públicas, o que reduz a possibilidade da realização de uma ação criminosa. A autora propõe ainda que a revitalização de áreas urbanas tem relação com a diversidade urbana, pois áreas com diferentes tipos de uso se tornam mais atrativas para pessoas. Assim, a presença de pessoas nas ruas e seus encontros facilita o processo de desenvolvimento metropolitano mais efetivo (Alexiou, 2006; Jacobs, 1961).

Em seu livro "*Cidade para as pessoas*", Gehl (2013) traz uma análise minuciosa dos espaços públicos e de como estes são tratados, chegando à conclusão que grande parte destes espaços se encontra com baixa manutenção dos espaços, com ruídos, diversos tipos de poluições, obstáculos, e limitações, o que ocasionou a redução do pedestrianismo e o abandono da função social e cultural da cidade. Para ele, a discussão acerca da cidade segura se dá por uma ótica mais geral, de forma

que todas as pessoas possam se locomover na cidade para a realização de suas atividades cotidianas, de forma que a segurança possa ser promovida a partir de soluções projetuais de desenho urbano.

Gehl (2013) defende *as cidades para as pessoas*: são cidades vivas, seguras, sustentáveis e saudáveis. Nessas cidades, a segurança nos espaços públicos é crucial e depende da diversidade de funções nas edificações e na manutenção do espaço público por parte dos moradores. O autor considera, ainda, que algumas soluções individuais urbanas adotadas para a prevenção à criminalidade (como muros altos, arames farpados e patrulhamento em áreas residenciais ou em condomínios fechados) não são efetivas, pois fazem com que os moradores residam em verdadeiras fortalezas, corroborando as indicações de Jacobs (1961). Este tipo de intervenção, muito utilizada pela população, gera uma falsa sensação de segurança em seus moradores, além de criar uma cidade sem vida, sem pessoas na rua, o que acaba dificultando que se conheçam e utilizem os espaços públicos.

O autor informa que é necessário trabalhar com a percepção de segurança, seja ela real ou percebida, em diferentes contextos urbanos, pelo fato dela ser uma condição para promover o uso dos espaços públicos. Assim, ao se tirar o foco da segurança privada e considerar a percepção de segurança ao caminhar em áreas públicas, encontra-se uma clara ligação entre a ambição da segurança por parte da comunidade e o objetivo de aumentar a qualidade da vida urbana. Desta forma, ao reforçar a vida urbana e estimular que as pessoas caminhem e permaneçam nos espaços públicos para a realização de diferentes atividades do cotidiano, ocorre um aumento da segurança no local, seja ela real ou percebida. A presença de outras pessoas nas ruas mostra que o local é seguro e bom, dado que uma cidade com vida se torna mais valorizada e, conseqüentemente, mais segura (Gehl, 2013).

Gehl (2013) enfatiza a importância da vigilância natural das áreas públicas, indicando que o uso habitacional não deve ficar distante do nível da rua, como acontece em alguns edifícios na

região de Águas Claras, no Distrito Federal (DF). Nestes casos, como visualizado na Figura 1, os “olhos das ruas” só aparecem a partir do quarto andar, pois os condomínios utilizam os três primeiros andares como área de uso comum dos moradores, com oferta de áreas para estacionamento e garagem, áreas de lazer, etc.. O autor também reforça a questão do senso de territorialidade por parte dos moradores e usuários do local, concordando com a ideia de Jacobs (1961) de que quando os moradores se sentem pertencentes do local onde vivem cria-se um senso de territorialidade, o que faz com que os moradores se preocupem em manter a vizinhança onde moram, em boas condições. Assim, os laços sociais entre os moradores da comunidade são reforçados, o que ajuda a melhorar a vigilância natural e conseqüentemente a percepção de segurança no local.

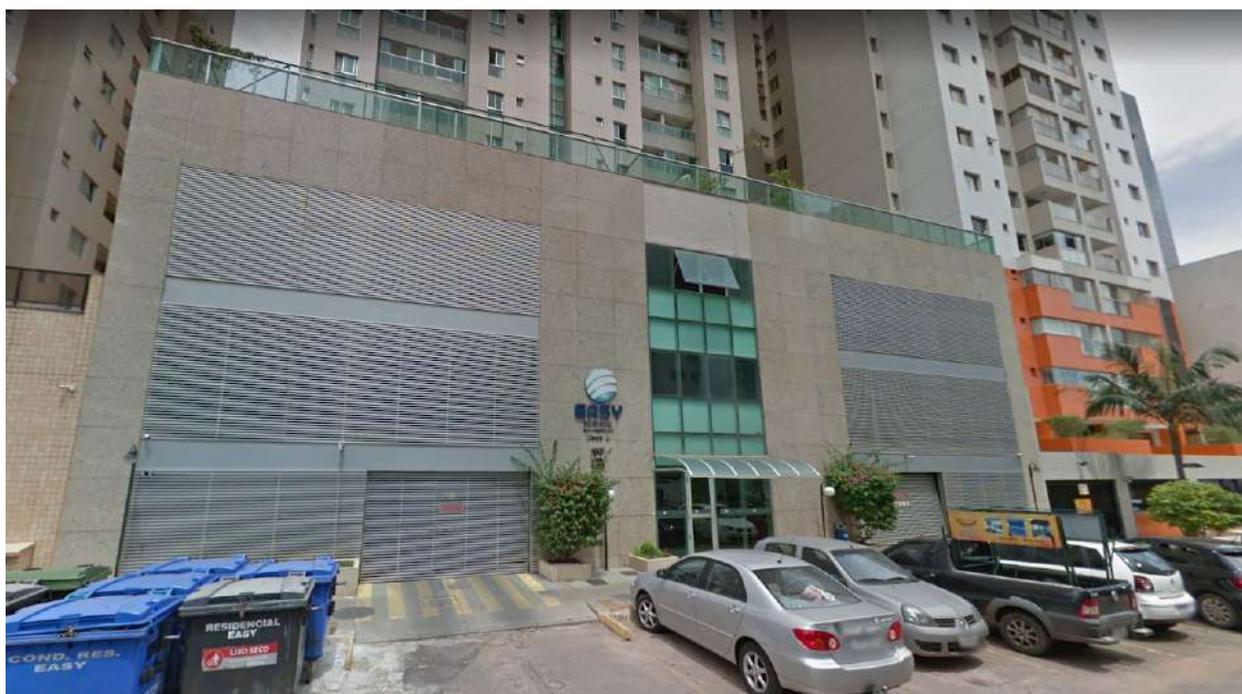


Figura 1. Edifício residencial em Brasília (Águas Claras). De GoogleMaps (2019).

Há também a necessidade de criação de espaços de transição suaves, pelo fato do piso térreo ser um fator de impacto na vida urbana. Quando os térreos são aprazíveis, ocupados por usuários, os pedestres ficam cercados de vida. Mesmo que à noite algumas atividades não sejam desenvolvidas,

ainda restam alguns estabelecimentos abertos, dando uma maior conformidade e proximidade entre as pessoas. Contudo, em áreas comerciais, fora do horário de funcionamento do comércio, as lojas que utilizam portas metálicas, em sua maioria pichadas, geram uma percepção de insegurança, com ruas escuras e desabitadas, reduzindo a atratividade para que utilizem essas regiões fora do horário comercial (Gehl, 2013).

Deve-se considerar também a clareza da malha viária. Um desenho urbano que propicie uma fácil locomoção das pessoas, de modo que elas possam encontrar seu destino final de forma objetiva, clara e sem desvios, ajuda na percepção de segurança, pois os usuários possuem uma maior percepção de controle. Por fim, a criação de áreas de transição entre o público e o privado, com zonas semi privadas e semi públicas, pode aumentar o contato social e o controle destes contatos por parte dos moradores, a fim de proteger sua área privada. Estas áreas de transição suaves, como o uso de degraus e de cercas baixas ou a mudança de piso, são essenciais para aumentar a vida urbana do espaço. Dessa forma, quando as áreas estão bem delimitadas, a área privada consegue amparar um certo grau de proteção que as pessoas da região demandam, contribuindo assim para a vida urbana (Gehl, 2013).

2.2 O caminhar na vizinhança

A mobilidade urbana diz respeito aos deslocamentos realizados pelas pessoas dentro ou fora perímetro urbano, para efetuar seus afazeres cotidianos. Podem ser realizados de diferentes maneiras: caminhando, pedalando, de ônibus, de metrô, de carro, de táxi, de motocicleta, de trem, entre outros. A mobilidade pode ser classificada de acordo com o gasto de energia do sujeito, sendo ela ativa (usando meios de transporte não motorizados) e passiva (usando meios de transporte motorizados, podendo ser de uso individual ou coletivo, pois abrange o uso de um automóvel como metrô, motocicletas, carros, entre outros) (Erwing & Cervero, 2010).

Nesse contexto, a caminhada é considerada como o modo de transporte relevante, uma vez que todos os indivíduos são pedestres, no início e fim de seus deslocamentos (Gondim, 2014; Magalhães, Rios, Yamashita, 2004; Staats, Harland & Wilke, 2004; Tu et al., 2015). Após vários anos de valorização dos meios de transporte motorizados, cada vez mais a população tem buscado alternativas que possam melhorar sua qualidade de vida (Gondim, 2014). Nesse contexto, algumas ações desenvolvidas pela gestão pública visam a encorajar a caminhada, como por exemplo a implantação de pontos de integração de transporte público não justapostos, de forma que o usuário do sistema tenha que realizar breves caminhadas (Erwin & Cervero, 2010; Tu et al., 2015).

Desde o século XX, nota-se que o homem tem buscado recuperar a urbanidade e ressaltar a importância dos pedestres, por meio de acordos internacionais, como a Agenda 21 que elaborou projetos de promoção à mobilidade ativa e ao uso do transporte coletivo (Brasil, 1997). Além disso, as cidades passaram a fechar ruas para beneficiar pedestres, como o Eixo Rodoviário em Brasília, a Avenida Paulista em São Paulo e a Avenida Atlântica no Rio de Janeiro, que são fechadas para o trânsito de automóveis, em alguns dias, para que as pessoas possam utilizá-las (Erwing, 2001).

2.2.1 O caminhar como meio de mobilidade ativa

O termo mobilidade ativa consiste nas diferentes formas de locomoção em que são utilizados meios de transporte não motorizados para se deslocar (como caminhar, andar de bicicleta, de skate ou de patins). O termo também está relacionado ao gasto de energia dos usuários ao se deslocar, uma vez que o usuário utiliza de sua ação para se locomover, fazendo uso de modais não poluentes e acessíveis em diversos aspectos (Goulart, 2017). A mobilidade ativa depende da qualidade do espaço público, que no Brasil ainda se encontra insuficiente em diversos contextos urbanos, inclusive nos grandes centros.

Siebert e Lorenzini (1998) apontam para a importância dos moradores da vizinhança perceberem aquele ambiente como caminhável, identificando que podem caminhar para se locomover, fortalecendo os contatos sociais e a mobilidade mais ativa. Em seu estudo, Erwing e Cervero (2010) constataram que cidades caminháveis geram consequências positivas para a sociedade, com um impacto direto na saúde, no aumento da urbanidade e na justiça social dos espaços públicos. Além disto, a prática da mobilidade ativa aumenta a possibilidade do convívio social, fomenta a economia local e melhora a saúde da população (Netto, 2013; Rodrigues, 1992).

É importante salientar que a escolha modal é ocasionada, em sua maioria, por razões pessoais. O alto custo do transporte público, por exemplo, pode não compensar, em termos financeiros e de conforto individual, quando comparado ao automóvel. A opção por utilizar a bicicleta como modo de transporte, a fim de melhorar a condição física e reduzir o fardo em procurar vagas de estacionamento nos centros urbanos, pode não ser prática para todos os usuários (Brown & Werner, 2012; Macmillan, Connor, Witten, Kearns, Rees & Woodward, 2014). Uma maneira de desencorajar o uso do transporte particular motorizado é compreender os fatores que antecipam o comportamento de viagem e as atitudes das pessoas frente à mobilidade ativa.

Alguns fatores que podem interferir na escolha modal das pessoas podem estar intrínsecos ou extrínsecos a elas. Os fatores extrínsecos estão associados às características ambientais, já os intrínsecos estão relacionados a crenças, atitudes, hábitos, controle, normas e percepções dos indivíduos sobre um objeto em questão (Ajzen, 1991). Estudos da área de planejamento urbano encontraram uma relação significativa entre o uso da mobilidade ativa e a qualidade percebida do ambiente urbano. Nesse contexto, um dos fatores relevantes para a promoção do transporte não motorizado é a segurança contra crimes e fatores associados, como a ausência de lixo nas ruas e a manutenção dos passeios (Brown & Werner, 2012; Donovan & Prestemon, 2012; Hoehner et al., 2003; Pikora, Giles-Corti, Bull, Jamrozik & Donovan, 2003; Saelens, Salles & Frank, 2003).

Assim, é importante verificar a caminhabilidade de um ambiente, que é conceituada como a capacidade que o ambiente físico possui de encorajar a população a caminhar (Southworth, 2005). Para mensurar o quão "caminhável" é uma cidade ou um bairro, medidas objetivas ou subjetivas podem ser utilizadas (Adams, et al. , 2009). A partir de uma visão mais geral da vizinhança como um todo, considerando fatores sociodemográficos e do espaço físico, o uso de dados objetivos que podem ser computados para a obtenção de índices de caminhabilidade, como o *Walkability Index* (Motomura, Fernandes, Zanon & Kanashiro, 2017) e o *Walkscore* (Frank, et al. , 2010). Estes índices podem ser utilizados para realizar a comparação da caminhabilidade em diferentes bairros e cidades.

Este tipo de análise mais geral acerca da caminhabilidade consiste em um método prático e direto para fazer análises comparativas, contribuindo com gestores e planejadores urbanos para aferir quais áreas demandam maior cuidado para a promoção da mobilidade ativa, principalmente da caminhada. Porém, a escolha modal não depende somente das questões físicas do ambiente, mas também está relacionada à percepção de segurança contra o crime, de manutenção dos espaços e de fatores psicológicos (Neto, 2014). Assim, o escore de caminhabilidade de um bairro pode ser elevado, mas ter ruas abandonadas e sujas, sem iluminação adequada, de modo a aumentar a percepção de insegurança no pedestre, pode desencorajar o comportamento de caminhar.

Por isso, é importante partir da ótica do observador, analisando-se sua percepção do ambiente em que está inserido, preferencialmente no momento em que se desloca no ambiente urbano. Esta análise mais minuciosa permite verificar diferentes atributos do desenho urbano que tornam as áreas públicas mais aprazíveis, de maneira a promover o transporte não motorizado e consequentemente aumentar a qualidade da vida urbana.

2.2.2 Mensurando a caminhabilidade nas cidades

Diferentes instrumentos pode ser utilizados para medir a predisposição do sujeito a fazer uso da mobilidade ativa em seu cotidiano. Um deles é a Escala NEWS - Neighborhood Environment Walkability Scale, construída por Saelens et al. (2003). Esta escala possui oito domínios, sendo eles: a) presença de comércio, lojas e outros estabelecimentos da vizinhança; b) acesso a serviços; c) qualidade das ruas da vizinhança; d) presença de lugares para caminhar e andar de bicicleta; e) estética da vizinhança; f) segurança no trânsito; g) segurança da vizinhança; e h) satisfação com a vizinhança. A escala NEWS foi desenvolvida a fim de medir a percepção dos moradores acerca dos atributos urbanos, em concordância com a diretrizes de planejamento urbano, relacionada ao uso da mobilidade ativa.

2.3 A Criminalidade e a percepção da insegurança

O homem, sendo um ser social, naturalmente estabelece interação com outras pessoas e algumas dessas interações acontecem nos espaços públicos. Esta é uma das razões para que as áreas públicas também sirvam como elemento estruturante na cidade, pois permitem uma integração de maneira equilibrada e proporcionam uniões constantes do território, que ajudam a fortalecer os atos sociais (Ferreira & Barreiros, 2013). A compreensão da malha urbana da cidade torna-se essencial em uma argumentação a respeito da segurança pública ou do medo do crime em um contexto urbano. A segurança da população, sob uma perspectiva mais abrangente, associada à promoção da qualidade da vida urbana, resulta em escalas de satisfação da população com os locais que frequentam (Machado, 2008).

A criminalidade pode ser entendida a partir de um conjunto de variáveis decorrentes (e.g., consumo de substâncias, desigualdade social, desemprego, etc.). Contudo, o ambiente físico onde o crime ocorre também pode facilitar sua incidência. Isto significa que algumas características físicas

do espaço apresentam repercussões na existência e na instalação da criminalidade (Vivan & Saboya, 2012). Pessoas que estão diante de práticas cada vez mais comuns em áreas públicas, como uso e tráfico de substâncias, furtos, assaltos, vandalismo e violência urbana, têm sua qualidade de vida prejudicada. Desta forma, é necessário combater o crime para a obtenção de uma melhor qualidade de vida e de segurança (Teixeira, Lourenço & Piçarra, 2006). Assim, o conceito atribuído à segurança está fortemente relacionado às condições de criminalidade do bairro (Canhoto, 2010) e se constitui como um desafio para gestores e planejadores urbanos, que são chamados a encontrar uma resposta ambiental que diminua a percepção de insegurança e a redução de crimes (Machado, 2006).

O conceito do medo do crime está intimamente associado aos espaços públicos. Para Jackson e Gouseti (2014) este conceito está relacionado à uma avaliação de uma situação imediata que está mais associada a uma ameaça de vitimização por sinais concretos do ambiente em que estão inseridos. Além disto, a ruminação sobre resultados futuros com uma preocupação de possíveis eventos futuros. Ainda assim, as pessoas continuam a se preocupar, a menos que aceitem a possibilidade incerta de um futuro de uma ameaça futura. Vale salientar a relevância do aspecto cognitivo do comportamento, de forma que a interação entre o aspecto afetivo e cognitivo se tornam imprescindíveis com o aparecimento do aspecto comportamental que está ligado à predisposição da adoção de comportamentos, possivelmente preventivos, com base nas informações disponíveis dos outros aspectos (Loewenstein, Weber, Hsee & Welch, 2001).

O medo do crime e a percepção insegurança influenciam na qualidade de vida da sociedade como um todo, gerando custos a seus habitantes que frequentemente precisam adotar comportamentos preventivos à possíveis crimes (Hall, 2009; Heitor, 2007; Machado, 2008). A literatura utiliza, em geral, os termos medo do crime e percepção de insegurança como similares. Contudo, o medo é um sentimento básico e a percepção de insegurança é uma crença que está mais

relacionada à uma atitude, que pode ser positiva, ou negativa, em termos de segurança (Delumeau, 1989; Chauí; 1995, Koury; 2002; Koury, 2008) Deste modo, optou-se em utilizar neste estudo a percepção de insegurança na vizinhança como uma atitude com base nos estudos de Pereira (2014), Rodrigues e Oliveira (2012) e Saelens e Sallis (2002). A percepção de segurança pode ser compreendida como medos, sentimentos, julgamentos cognitivos ou emocionais e aspectos comportamentais relacionados ao crime (McCrea, Shyy, Western & Stimson, 2005). Vale salientar que a definição de alguns estudiosos da percepção de segurança vai ao encontro da teoria tripartite da atitude (Gabriel & Greve, 2003; Jackson & Gouseti, 2014) , exatamente como previram Pimentel, Günther & Black (2017), ao afirmarem que comumente a percepção de segurança é tratada como uma resposta emocional perante o crime. Além disto serão utilizados os conceitos de medo situacional e disposicional, de Gabriel e Greve, 2003, Gainey, Alper, e Chappell (2011) Greve, Leipold e Kappes (2017) e Silva & Beato (2013) para a análise de dados.

O processo de urbanização que vem acontecendo no Brasil desde o século XX, é um dos fatores que contribuiu para o aumento populacional em áreas urbanas, o que está relacionado ao estímulo à industrialização e ao êxodo rural. Diversos estudos indicam que os índices de criminalidade estão relacionados ao fenômeno de urbanização (Beato & Cláudio, 1998; de Melo & Matias, 2016; Guimarães, 2014; Izumino & Neme, 2002; Kume, 2004; Silva, Grigio & Pimenta, 2016).

Identifica-se que mais da metade das ocorrências relacionadas à criminalidade se dá no período noturno (Grillo & Ziegelmann, 2017). Em uma análise preliminar nota-se que o número de crimes no Brasil aumentou junto com o número de pessoas morando em áreas urbanas (Figura 2).

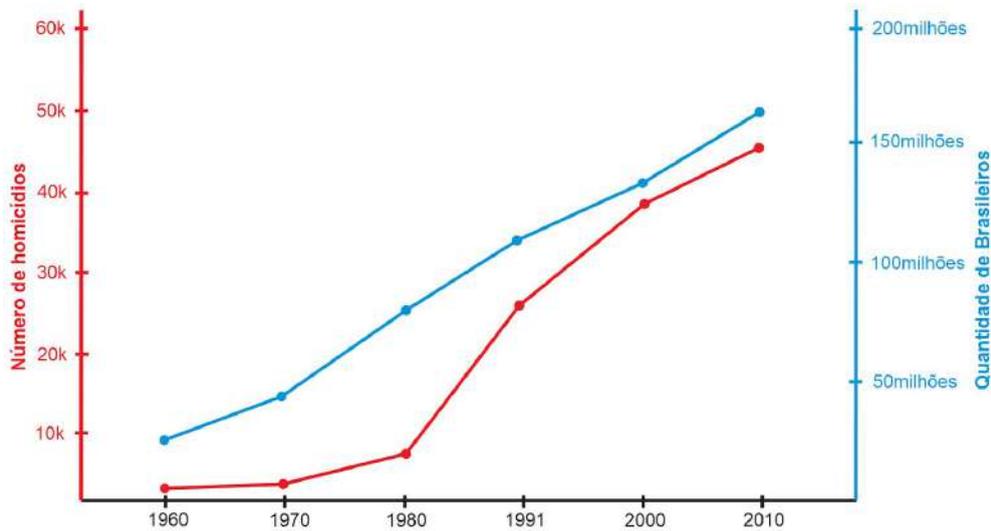


Figura 2. Relação entre a população do Brasil (em azul) e o número de homicídios (em vermelho). Adaptado de IBGE (2010) e IPEA (2019).

2.3.1 A criminologia ambiental

A área de estudo da criminologia ambiental explora a relação entre a ocorrência dos crimes e seu aspecto espacial, tendo como princípio que, para a ocorrência de um comportamento criminoso, ou seja, a ruptura da lei, é necessário que existam três dimensões principais: um ambiente favorável para a realização do crime, uma vítima alvo disponível e um potencial agressor motivado, conforme exposto na Figura 3.



Figura 3. Triângulo do Crime. Adaptado de Felson e Clarke (1998).

Felson e Clarke (1998), em "*Opportunity makes the thief*", traz o conceito do triângulo do crime. Segundo os autores, para que seu comportamento criminoso seja concretizado são necessárias três dimensões: ambiente, ofensor e vítima. Desta forma, parte-se do princípio que, para que um crime seja prevenido, é necessário intervir em uma das três dimensões específicas.

A criminologia ambiental baseia-se principalmente na Teoria da Escolha Racional, uma vez que alega que, antes de decidir se vai realizar o crime ou não, o criminoso avalia as vantagens e as desvantagens de cada ato (Clarke & Cornish, 1985). A área também se baseia na Teoria dos Padrões Criminais que procura relações espaciais que configuram uma oportunidade para a realização de um crime (Brantingham & Brantingham, 2013). Além destas, também é utilizada a Teoria da Atividade de Rotina, que se apoia nas diretrizes do triângulo do crime (Figura 3), insinuando a necessidade de um momento favorável à ação criminosa.

Ainda sobre a Teoria dos Padrões Criminais, esta sugere que todos os indivíduos, inclusive pessoas com comportamentos delituosos, adotam uma série de atividades frequentes, de modo que os criminosos na maior parte de sua rotina não estão engajados em atividades criminais. Contudo, os locais onde praticam os crimes estão, de certa forma, ligados aos locais onde os criminosos frequentam, de modo que os diferentes ambientes com os quais possui certa familiaridade influenciam na tomada de decisão da realização ou não de um comportamento criminoso. Essa teoria, portanto, relaciona-se diretamente com a Teoria da Escolha Racional.

Além disso, vale salientar que a malha urbana possui forte influência na definição dos trajetos e das rotas de fuga onde os indivíduos realizam suas atividades diárias (Brantingham & Brantingham, 1993). O estudo de Kinney et al. (2008), por exemplo, revelou a importância da arquitetura e do tecido urbano, ressaltando que as modalidades criminais variam de acordo com os lugares da cidade. Já crimes mais violentos, como homicídios e estupros, costumam ocorrer dentro da casa do agressor (Brantingham & Brantingham, 1993) ou muito próximos à residência do

agressor (Canter & Larkin, 1993), o que reforça que os locais de crimes estão associados ao padrão de atividade diária do criminoso.

A prevenção criminal deve ser trabalhada de modo a aumentar os esforços para a redução da ocorrência de comportamentos criminosos e o aumento do risco em ser apreendido. Existem locais que são mais propícios para a realização de alguns tipos de atos criminosos. Locais com alta concentração de pessoas, por exemplo, são mais propícios para a ocorrência de furtos e roubos (Brantingham & Brantingham, 1995).

Estudos para prever comportamentos delituosos sugerem que as intenções autorreferidas de abster-se do crime são preditores de comportamentos mais precisos do que as intenções autorreferidas de envolver-se no crime (Ajzen, 1991; Armitage et al., 1999; Beck & Ajzen, 1991; Bouffard, 2007; Strelan & Boeckmann, 2006; Wolfe, Higgins & Marcum, 2008).

2.3.2 Os espaços defensáveis

Diante dos altos índices de criminalidade em áreas urbanas, Newman (1996) voltou-se ao estudo de problemas urbanos relacionados principalmente à criminalidade, trazendo à tona o conceito de “espaços defensáveis”, no qual reconhece atributos de locais que julga serem seguros e inseguros e propõe formas de melhorar os problemas de criminalidade. Ao observar conjuntos habitacionais modernistas nos Estados Unidos, verificou que estas edificações não estavam sendo bem-sucedidas em relação à segurança. Seus estudos foram motivados principalmente pela implosão do conjunto habitacional de interesse social, construído em 1954, chamado Pruitt-Igoe, em Saint Louis, que abrigava quase três mil famílias americanas de baixa renda. Ações delitivas, como vandalismo, venda e uso de substâncias ilícitas e roubos, eram constantes nas áreas comuns dos edifícios (e.g., portaria, escadas e corredores), culminando em sua implosão, dezoito anos após sua construção. A alta densidade habitacional não gerava nos moradores uma sensação de

pertencimento ao local de moradia, o que os impossibilitava de identificar um possível intruso no complexo, por não possuir um senso de comunidade local (Matsunaga, 2016).

A atividade delituosa não é só uma questão social, mas igualmente física, pois a tipologia edilícia e o desenho urbano influenciam de forma direta na vigilância natural e no controle social, possibilitando que os moradores tenham um senso de comunidade solidificado. Assim, espaços que propiciem uma ação de vigilância e um senso de pertencimento entre os moradores, impossibilitam a presença de estranhos naquela comunidade e demonstram que aquela área pertence à alguém (Newman, 1996).

Ainda segundo Newman (1996), o conceito de "espaços defensáveis" apoia-se em princípios como:

- Territorialidade ou pertencimento ao local - capacidade das pessoas reconhecerem uma área como delas, criando um vínculo afetivo com o local, de modo que se tenha maior manutenção e cuidado pelos próprios usuários;
- Vigilância Natural - capacidade que o espaço físico possui de que os moradores possam ver o que acontece na vizinhança (maior oferta de controle social do espaço), sem a necessidade de artefatos mecânicos/eletrônicos;
- Justaposição Geográfica - áreas adjacentes de um local específico que interferem na segurança do local. A presença de um abrigo para pessoas em situações de rua, hospitais ou shoppings pode aumentar ou diminuir a criminalidade em suas imediações;
- Imagem (Manutenção) - um local que possui uma alta qualidade de manutenção dos espaços, de modo a ser ordenado e limpo, mostra para seus usuários a imagem de um ambiente seguro e não vulnerável. Este conceito está diretamente relacionado com a Teoria das Janelas Quebradas.

A teoria das Janelas Quebradas afirma que locais negligenciados levam a uma degradação contínua, de forma que o vandalismo consequente é justificado pela crença de que as pessoas não se importem com o local, o que gera nos usuários a percepção de uma ausência de uma norma social que os impeça de se comportar de maneira adequada (Wilson & Kelling, 1982). Os autores desta teoria postulam que as incivildades sociais e físicas são correlacionadas positivamente e contribuem com o aumento da criminalidade e da percepção de insegurança. Os moradores que se situam em áreas mais desfavorecidas podem perceber o entorno negativamente, o que pode gerar um ciclo de agravamento da percepção de insegurança (Skogan, 1990). Já em contextos com boa coesão social, altos níveis de eficácia da comunidade com baixos níveis de anonimato e desconfiança, podem inibir comportamentos criminosos. No estudo de Abdullah, Marzbali I, Bahauddin e Tilaki (2015), teve conclusões que corroboram com a Teoria das Janelas Quebradas. Demonstrando que a presença da incivildade e o sentido de coesão podem afetar as preocupações dos residentes sobre a segurança no bairro ou na vizinhança.

Em seu livro "*Defensible Space*", Newman (1996) aponta que as características físicas dos edifícios precisam encorajar os próprios habitantes a se tornarem agentes funcionais, no sentido de sentir segurança por meio da vigilância natural e involuntária, tanto nos espaços privados quando no espaço urbano. Ele afirma que um espaço só é defensável quando existe a união entre as pessoas e as características físicas tanto da área privada do lar, quanto das áreas de uso comum dos moradores e da área pública da vizinhança. Desse modo, o aumento da territorialidade tende a diminuir ações de vandalismo e criminalidade. Outro ponto tratado pelo autor está relacionado à visibilidade entre os espaços públicos e privados, uma vez que fachadas cegas geram espaços com baixa possibilidade de vigilância das áreas públicas.

Assim, quando o espaço possui uma definição mais clara do público e do privado, consequentemente se torna mais defensável. Desse modo, à medida em que os moradores possuem

um controle social que vá além de suas casas, indo até à rua, aumenta-se a territorialidade na vizinhança, tendendo a diminuir os índices de criminalidade e a degradação dos espaços (Newman, 1996). Esta teoria, que enfatiza que o senso de territorialidade nos membros da comunidade é importante para garantir um ambiente de vida seguro, dá origem a um dos principais arcabouços teóricos para a formulação da *Crime Prevention Through Environmental Design* - CPTED, que será apresentada na seção 2.3.3.

2.3.3 A prevenção criminal por meio do desenho urbano (*Crime Prevention Through Environmental Design*) - CPTED

O conceito conhecido como *Crime Prevention Through Environmental Design* (CPTED) ou, em português, Prevenção Criminal por meio do Desenho Urbano, é resultado de múltiplas reflexões em nível mundial acerca da prevenção e da redução da criminalidade urbana, considerando os quesitos de exploração e de manipulação do espaço, apresentado por autores como Crowe (2000), Jacobs (1961), Jeffery (1977) e Newman (1996).

Este conceito se destaca por ser eficiente e eficaz, uma vez que manipula o próprio desenho do espaço, reduzindo a sensação de medo do crime e de sua incidência. A CPTED apresenta um modelo de ordenamento adequado e uma utilização apropriada do espaço, com estratégias compatíveis ao suprimento das necessidades físicas, psicológicas e sociais. Jeffery (1977) afirma que se pode impedir ou diminuir o crime alterando o organismo e/ou o ambiente externo.

Uma das principais ações do CPTED é retirar os elementos do espaço urbano que podem facilitar a realização de um crime. A abordagem é multidisciplinar e abrange diferentes tipos de atuação, desde treinamento com policiais, workshops com planejadores urbanistas, até campanhas com crianças em escolas. O CPTED traz quatro pontos fundamentais para a implementação de cidades mais seguras:

1. Vigilância Natural - capacidade em que o ambiente possibilita uma visibilidade das áreas públicas por parte dos moradores. Essa visibilidade faz com que aumente a possibilidade dos habitantes dos edifícios e residências tenham certa vigilância da área, favorecendo que as denúncias ocorram de maneira mais ágil;
2. Territorialidade - sentimento de pertencimento que os usuários possuem sobre um determinado local, corroborando para a manutenção e a utilização desses espaços, desde que haja uma demarcação clara do público e privado. O estímulo desse sentimento de pertencimento incita a vigilância natural dos espaços;
3. Controle de Acessos - a demarcação clara dos espaços públicos e privados, com barreiras simbólicas ou físicas, diminui o acesso ou a aproximação de estranhos, de modo que sejam mais facilmente percebidos. Esta ação também favorece a vigilância dos espaços, o que incita uma percepção elevada de risco para possíveis infratores;
4. Manutenção - relacionada ao zelo pelos espaços e à impressão que o local é bem cuidado. Este ponto está diretamente relacionado à Teoria das Janelas Quebradas (Wilson & Kelling, 1982). Um local depredado, sem iluminação, sem poda, passa a impressão de abandono, tornando-o ainda menos atrativo, de modo que as pessoas temam e evitem estes locais.

O primeiro modelo do CPTED foi desenvolvido por Jeffery (1977) e publicado no livro *“Crime Prevention Through Environmental Design”*. Esta obra foi um ponto de partida para pensar a relação entre os comportamentos criminosos e o ambiente em que estavam inseridos. Com o avanço das tecnologias de análise criminal, o estudo dos crimes passou a ser realizado a partir do modelo de um conjunto integrado, de forma a assumir que os ofensores seguissem, de forma inconsciente, a Teoria da Escolha Racional (Hindess, 1984).

Jeffery (1977) aponta que existem dois fatores principais para a prevenção criminal por meio do desenho urbano: o ambiente e o ofensor. Assim, modificações no ambiente podem contribuir para a redução do número de crimes. Apesar disto, o autor e suas obras foram foco de muitas críticas, por não exibirem ações passíveis de implantação ou pela falta de sugestão de diretrizes concretas.

Com base em todas as críticas à primeira fase do CPTED, a segunda geração de estudiosos sobre o tema propôs uma abordagem mais sistemática e mais palpável na realidade, considerando as dimensões social, física e psicológica. As reflexões versavam sobre como tornar o espaço defensável pelos seus próprios usuários, de modo a promover contato social e incentivar a promoção da vigilância natural (Cozens, 2008). No livro “*Crime Prevention Through Environmental Design: Applications of Architectural Design and Space Management Concepts*” (Crowe, 2000), é apresentado um detalhado estudo acerca dos propósitos dos conceitos do CPTED em diferentes contextos urbanos.

A nova corrente adiciona um princípio importante: o Incentivo à Atividades, que está relacionado à capacidade que um espaço tem de promover diferentes usos, em diferentes horários do dia, de modo a aumentar a vigilância natural sobre eles (Grillo & Ziegelmann, 2017). As atividades atraem as pessoas a permanecerem em espaços urbanos, de forma a aumentar a vigilância natural. Assim, nesta segunda etapa de estudos do CPTED, são cinco, e não mais quatro, os pontos principais para que as cidades sejam mais seguras (Fennelly & Crowe 2013): vigilância natural, territorialidade, controle de acesso, manutenção e incentivo à atividades.

As diretrizes de prevenção criminal utilizadas atualmente são orientadas para o planejamento urbano realizado conjuntamente com a comunidade, para que seja feita a transformação do espaço, considerando os cinco princípios citados anteriormente. Crowe (2000)

traz uma série de diretrizes práticas para a implantação de medidas direcionadas a cada um dos cinco pontos relevantes para a prevenção criminal. Alguns exemplos de medidas propostas são:

- A melhoria da previsão das atividades realizadas no espaço, de modo a promover um controle mais efetivo dos usuários;
- O desenvolvimento de encontros comunitários em pontos com vigilância natural;
- A diminuição de pontos de isolamento, provendo uma melhor integração de pontos atrativos de pessoas na malha urbana, com um ordenamento espacial eficiente;
- A promoção de atividades seguras em locais mais inseguros, a fim de aumentar a quantidade de "olhos nas ruas";
- A definição de barreiras, com clara distinção de áreas públicas e privadas;
- O reforço no sentimento de territorialidade por parte dos usuários;
- O provimento de um desenho urbano que aumente a vigilância natural.

Para a promoção de cidades mais seguras, é aconselhável que se tenha uma equipe com uma abordagem multidisciplinar, dado que cada profissional possui uma base específica de conhecimento em sua área de atuação. É essa diversidade de saberes que faz com que a CPTED tenha um resultado mais eficaz na prevenção criminal, pois promove uma integração de conhecimentos que poderão ser úteis na definição de estratégias de aplicação da CPTED. Alguns profissionais chave são importantes para promover o diálogo como, planejadores urbanos, arquitetos, geógrafos, força policial local, gestores públicos, *stakeholders* e moradores do local. A participação da equipe da força policial local é fundamental nos projetos de CPTED, uma vez que conhecem pontos específicos com maior incidência de crimes. A sociedade civil também possui um papel importante neste tipo de planejamento, uma vez que está a par dos problemas que acontecem em cada área de seu bairro.

2.3.4 Fatores que aumentam a percepção de insegurança

As medidas mais utilizadas para melhorar a percepção de segurança nas áreas urbanas geralmente são indicadas por políticas públicas. Tais políticas muitas vezes são restritas ao aumento do policiamento no espaço urbano, visando garantir um uso seguro de áreas públicas. Porém, existem outros tipos de medidas que podem ser tomadas a fim de aumentar a percepção de segurança na vizinhança, de modo que os moradores se sintam mais confiantes ao utilizar as áreas públicas.

Assim, medidas práticas, como aumentar o policiamento em áreas públicas, instalação de câmeras de vigilância e de postos policiais, são relevantes para reduzir a sensação de medo na população. Contudo, pode-se melhorar a percepção de segurança em áreas públicas com a instalação de outras medidas, como o incentivo ao comércio local ordenado, a manutenção de áreas públicas e a inserção de equipamentos públicos (e.g., playgrounds, quadras de esportes, entre outras).

Sabe-se que a percepção de insegurança não se manifesta da mesma forma em diferentes grupos sociais, pois pode variar de acordo com o sexo e a faixa etária (Gabriel & Greve, 2003; Greve, Leipold & Kappes, 2017; Silva & Beato, 2013). A percepção de insegurança é conceituada como uma percepção negativa do ambiente, geralmente fruto de uma violência, de um crime ou ainda de situações de desordem, ou da presença de eventos simbólicos que a população associa a uma possível ocorrência criminal ou à falta de controle (Bursik & Grasmick, 1993; Wilson & Kelling, 1982).

Esta sensação de insegurança pode afetar diversos comportamentos do ser humano, como a evitação de determinados ambientes e a escolha por determinadas rotas. Porém, o que se nota em estudos recentes é que esta percepção muda a ação criminosa, uma vez que parte da população

possui uma percepção de insegurança incoerente com o número de crimes (Armitage, 2017; Greve, Leipold & Kappes, 2017; Lorenc et al., 2012; Walker, 2017).

A percepção de insegurança, tratada como uma medida subjetiva do respondente, é muito relacionada ao medo do crime, a depender da ocasião e do contexto. Fatores sociais, como a renda e o sexo, também podem influenciar no medo do crime. Pessoas com maior renda tendem a ter uma percepção maior de insegurança em relação às que possuem uma renda mais baixa (Bauman, 2009).

Gabriel e Greve (2003) indicam que o medo pode ser disposicional ou situacional. O medo disposicional está associado a traços constantes da percepção de insegurança, seja por ter conhecimento de crimes ocorridos na região, ou por achar que o local é perigoso. Já o medo situacional está relacionado a uma crença pessoal de que determinado local é inseguro, devido a ocorrências passadas relatadas por terceiros. Portanto, o medo situacional está relacionado a uma circunstância específica de ameaça e alerta, como por exemplo, quando a pessoa se encontra em uma situação de risco, ao sentir que está sendo seguida ou quando é abordada em um assalto (Gabriel & Greve, 2003). Assim, o medo não está resumido à uma possibilidade real de uma pessoa se tornar ou não uma vítima. Para entender esse medo, é necessário investigar as variáveis antecedentes ou intervenientes neste sentimento.

Quanto aos instrumentos de medida da percepção de segurança, a escala NEWS (Saelens & Sallis, 2002) foi um dos primeiros instrumentos a sistematizar uma série de itens de forma objetiva e direta. Há também a Escala de Medo Situacional do Crime em Espaços Públicos (Costa, 2017), que mensura o medo do crime, com base na territorialidade e na vigilância natural. No Brasil ainda existem instrumentos utilizados pela polícia e pelos conselhos de segurança, contudo não são acessíveis para uso fora das organizações.

Considerando a produção acadêmica sobre a temática, nota-se que aspectos ambientais e individuais podem interferir na percepção dos moradores, tanto acerca da segurança quanto em

relação à caminhabilidade na área. Ainda que existam diversos estudos que versem sobre o medo do crime em áreas urbanas, identifica-se uma lacuna em estudos que investiguem o impacto da percepção de insegurança no comportamento de caminhar.

Levando em conta o impacto do ambiente na construção de percepções dos usuários do local, a próxima seção trará uma contextualização acerca do ambiente onde a pesquisa se inseriu.

3. O ambiente do estudo - *Contextualização do Distrito Federal*

Conforme apontado anteriormente, essa dissertação faz parte de um estudo maior, realizado em quatro cidades. No caso deste trabalho, serão considerados apenas os dados coletados na cidade de Brasília.

Implantado na região Centro-Oeste do Brasil, em 1950, o DF é uma unidade da federação, constituída por regiões administrativas (RAs), com aproximadamente dois milhões e seiscentos mil habitantes e com Índice de Desenvolvimento Humano de 0,824, um dos maiores do país (IBGE, 2010). O DF, sendo uma unidade da federação, é composto pela cidade de Brasília e trinta e três bairros, legalmente nomeados como Regiões Administrativas (RAs), também conhecidas como “cidades satélites”.

A organização territorial do DF se dá de acordo com suas atividades econômicas, tendo como centro político e econômico a cidade de Brasília (Caiado, 2013). Brasília é um polo atrativo central que gera movimentos pendulares diários para o centro da cidade, chamado Conjunto Urbanístico de Brasília (CUB), onde a maior parte dos serviços se concentra (Silva, Matsunaga, Günther & Neto, 2017). Este conjunto Urbanístico é composto pelas seguintes regiões administrativas: Cruzeiro, Sudoeste, Noroeste, Octogonal, Plano Piloto, que compreende a Asa Sul, Asa Norte, Vila Planalto, Vila Telebrásilia e o Setor Militar Urbano.

O CUB ainda abrange a maioria dos postos de trabalho do DF. Já as outras RAs, são caracterizadas por serem cidades dormitórios, com movimentos pendulares frequentes, principalmente no início da manhã e no fim do dia, gerando uma sobrecarga em todos os sistemas de transporte da cidade (Barros, 2014; Ojima, Mandarola, Pereira & da Silva, 2010; Paviani, 1987, Paviani, 1999).

O DF segue o modelo de urbanismo de expansão periférica marcada por desigualdades sociais, uma vez que parte da população foi expulsa do centro da cidade. Essa população passa a morar nas periferias e utiliza as regiões centrais para desenvolver diversas atividades, como trabalhar, estudar, fazer consultas médicas, entre outras. O movimento de expansão periférica gera a necessidade de estender o sistema de transporte para que seja possível atender as necessidades da população (Ghidini, 2010).

3.1 Seleção e descrição das áreas a serem estudadas

As regiões administrativas que compõem o DF possuem características distintas, seja em extensão, população ou uso predominante. Por isso, considerando os critérios para seleção das áreas de estudo da pesquisa, que serão explanados a seguir, optou-se por fazer recortes de vizinhanças, ao invés de utilizar toda a região administrativa (Bezerra, 2011). Neste trabalho o conceito de bairro será trabalhado como sinônimo do conceito de região administrativa. Já a vizinhança será considerada como um recorte urbano com características socioespaciais similares, que traz em si uma escala menor de análise do que a escala do bairro, em termos de contato social e de vínculo de comunidade entre os moradores do local (Pacheco, 2015).

Deste modo, foram selecionadas três áreas de estudo em Brasília. Visitas *in loco* foram realizadas pela equipe de pesquisadores brasileiros e britânicos. Tendo em vista uma das premissas centrais do projeto Mobilidade Urbana Saudável, que era investigar diferentes realidades urbanas,

foram estabelecidos os critérios básicos para orientar a escolha das áreas. Considerando a extensão da RA Plano Piloto e suas diferentes morfologias, optou-se por utilizar recortes urbanos comuns para a população brasiliense, como a Vila Planalto e a Vila Telebrasília, por exemplo (Pacheco, 2015). As vizinhanças utilizadas para esta dissertação seguiu as diretrizes de seleção de vizinhanças do Projeto Mobilidade Urbana Saudável. Por isso, foram selecionadas área que estivessem a uma distância menor que 10 quilômetros da área central de Brasília:

- a) uma área de baixa renda com tecido urbano formal;
- b) uma de baixa renda com tecido informal;
- c) uma de renda média e tecido urbano formal.

Em Brasília foram escolhidas as áreas (Figura 4):

- a) Varjão do Torto, como área de baixa renda e tecido informal;
- b) Vila Planalto, como área de baixa renda e tecido formal;
- c) E as Superquadras 409/410, como área de média renda e tecido formal.

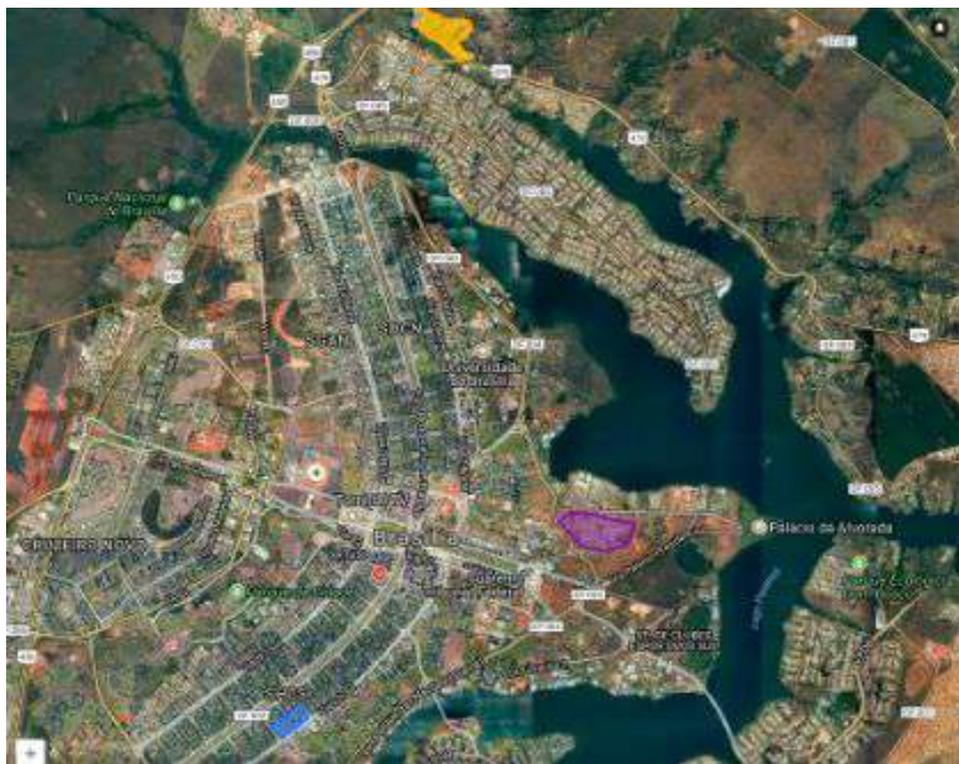


Figura 4. Áreas de Estudo em Brasília, Varjão (em amarelo); SQS 409/410 (em azul); Vila Planalto (em roxo). Adaptado de GoogleMaps (2017).

Cabe salientar que as áreas de estudo SQS 409/410 e a Vila Planalto estão inseridas atualmente na RA do Plano Piloto. Já o Varjão faz parte de uma RA própria, desde 2003. Até então, o Varjão fazia parte da RA do Lago Norte. A seleção das superquadras 409 e 410 se deu por conta de ser um conjunto de quadras com uma das menores rendas mensais de toda a Asa Sul.

3.2 As áreas de estudo

3.2.1 Varjão

O Varjão é uma comunidade de renda baixa que fica nos arredores do Lago Norte, uma das RAs de maior renda do DF. As primeiras edificações surgiram no Varjão na década de 70, porém, somente em 2003 a região foi formalizada e urbanizada. Hoje é uma RA que possui equipamentos públicos, como escolas, posto de saúde, delegacia, etc.. A vizinhança possui baixa densidade residencial e ocupação horizontal, com a presença de pequenos lotes residenciais e locais. Tem uma configuração de uso misto do solo, com a presença de edifícios precários e barracos. A maior parte das ruas é pavimentada e possui uma malha urbana ortogonal. Algumas famílias dependem de ajuda assistencial do governo, como do projeto Bolsa-Família, por exemplo. A renda mensal por habitante é de aproximadamente R\$627,00 (seiscentos e vinte e sete reais). A RA está situada a aproximadamente nove quilômetros de distância do centro de Brasília (CODEPLAN, 2015).

3.2.2 Vila Planalto

A Vila Planalto foi criada em 1958 com a finalidade de acomodar os trabalhadores que vieram para a construção da capital. A Vila se tornou uma vizinhança permanente e atualmente é considerada como patrimônio histórico. Originalmente, os acampamentos das construtoras, que abrigavam os operários da construção, seriam temporários, mas os primeiros moradores tentaram permanecer no local, para não serem remanejados para a periferia.

Nos últimos anos, a Vila tem sofrido um processo de gentrificação, onde a população com maior renda compra os imóveis da região e as pessoas de menor renda são levadas para áreas mais periféricas da cidade. Com isso a Vila Planalto vem perdendo suas características urbanísticas originais. A área selecionada da Vila Planalto possui uma renda mensal por habitante de R\$972,00 (novecentos e setenta e dois reais) e está a 6,5 quilômetros de distância do centro de Brasília (CODEPLAN, 2015).

3.2.3 Superquadras SQS 409/410

As Superquadras (SQS) 409 e 410 da Asa Sul encontram-se na região central de Brasília, com edifícios uniformes e lineares imersos em uma área verde. No centro das quadras, encontram-se *playgrounds* quadras esportivas, entre outros equipamentos. Além dos prédios residenciais, as Superquadras também possuem uma escola primária, centro comunitário e igreja. Estas Superquadras são consideradas econômicas quando comparadas às outras da cidade, pois possuem ocupação no piso térreo. Os prédios não possuem garagem nem elevadores e, em sua maioria, não possuem *pilotis*. A renda mensal por habitante na área, é de aproximadamente R\$2540,00 (dois mil quinhentos e quarenta reais) e possui um tecido urbano formal. A área possui de maneira predominante o uso residencial e áreas de comércio local nas extremidades (CODEPLAN, 2015).

4. Perguntas de pesquisa

1. Quais as características psicométricas da Escala de Percepção de Insegurança - EPI?
2. Existe diferença na percepção de insegurança entre moradores a) das diferentes áreas de estudo; b) de diferentes sexos; c) que caminham nos turnos diurno e noturno; d) que têm mais ou menos contato social?

3. Existem outros fatores que influenciam a percepção de insegurança dos moradores na vizinhança?

Para responder às perguntas de pesquisa, foram desenvolvidos dois estudos, utilizando a abordagem multimétodo, visando compreender o fenômeno estudado de maneira mais abrangente (Günther, Elali & Pinheiro, 2008). O Estudo 1 possui uma abordagem quantitativa e foi desenvolvido para responder as duas primeiras perguntas de pesquisa. Já o Estudo 2, de caráter qualitativo, busca responder a pergunta 3.

5. Estudo 1

Este estudo está dividido em duas partes. A primeira diz respeito à avaliação das características psicométricas de uma escala desenvolvida para avaliar a percepção de insegurança de moradores de áreas urbanas (Pergunta 1). Já a segunda parte deste Estudo trata de um aprofundamento da temática e das avaliações desta percepção em diferentes grupos sociais (Pergunta 2). Os mesmos métodos de seleção de participantes e de coleta de dados foram utilizados em ambas as partes do estudo.

5.1 Método

5.1.1 Participantes

Foi realizado o estudo na cidade de Brasília a partir da identificação do total de endereços registrados junto aos órgãos oficiais (IBGE, CNEFE, Geoportal, dentre outros). Para a definição da amostra, utilizou-se uma técnica de randomização simples da amostra, utilizando o *software* SPSS. Para a definição do tamanho da amostra, foi utilizado o nível de confiança de 95% e um intervalo

de confiança de $\pm 5\%$ (*vide* <https://www.surveysystem.com/sscalc.htm>). Chegou-se aos seguintes valores mínimos para os tamanhos de amostra:

- Vila Planalto: 334 participantes, de um total de 2570 endereços válidos;
- SQS 409/410: 289 participantes, de um total de 1157 endereços válidos;
- Varjão: 288 participantes, de um total de 1146 endereços válidos.

Para realizar a seleção randômica da amostra, criou-se uma lista de todos os endereços oficialmente cadastrados das vizinhanças selecionadas, a partir dos dados levantados pelo IBGE (2010). A partir dessa lista, foram selecionados 600 endereços.

Convém enfatizar que, nas Superquadras 409 e 410, da Asa Sul, foi difícil acessar os moradores, principalmente devido à configuração urbana de edifícios, que não possuem porteiros. Como a comunicação com os moradores se dava pelo interfone, esta acabou se tornando mais impessoal, o que fazia com que, muitas vezes, os moradores ignorassem a chamada ou desligassem o interfone enquanto os entrevistadores falavam sobre a pesquisa. Com isto, a seleção de seiscentos endereços foi insuficiente, uma vez que a taxa de não resposta foi de aproximadamente metade dos endereços selecionados. Após realizar três tentativas em todos os endereços previamente selecionados de maneira randômica, em horários e dias diferentes, optou-se por realizar a coleta de dados em todos os endereços das Superquadras selecionadas, entrevistando-se os moradores que se dispuseram a participar do estudo.

No total foram coletados 1107 questionários em Brasília, sendo 349 na Vila Planalto, 431 no Varjão e 327 das Superquadras da Asa Sul. A maioria das pessoas que participaram do estudo era do sexo feminino (64%), com idade variando entre 18 e 101 anos ($M=41,7$; $DP= 16,36$). A maioria dos entrevistados considerou-se parda (46%). A média de anos de estudo dos participantes foi de 12,51 anos ($DP= 5,20$). A maior parte dos participantes (58,9%) relatou ter mais de doze anos de

estudo e 21,3% relatou ter tido de 0 a 8 anos de estudo. Para verificar maiores diferenças sociodemográficas entre as vizinhanças, vide Anexo I.

5.1.2 Instrumentos

O instrumento utilizado na pesquisa HUM-MUS é composto por um conjunto de questionários traduzidos para o português e com evidências de validade no contexto Brasileiro. Aqueles instrumentos que não foram validados na cultura brasileira foram submetidos ao processo de tradução e tradução reversa e tiveram suas características psicométricas devidamente analisadas após o processo de coleta de dados. O instrumento está organizado em 15 blocos com mais de quinhentos itens em todo o questionário da pesquisa.

Contudo neste estudo, para mensurar a percepção de insegurança dos moradores, optou-se por utilizar somente o Bloco de Percepção de insegurança na Vizinhança, disposto na Escala de Mobilidade Ativa na Vizinhança da Moradia (NEWS), que primeiramente foi desenvolvido por Saelens e Sallis (2002) e posteriormente adaptado no Brasil por Malavasi, Duarte, Both e Reis (2007). Este bloco foi aplicado no contexto da pesquisa Mobilidade Urbana Saudável, em conjunto com outros instrumentos, e foi minuciosamente avaliado por toda a equipe de pesquisadores, para que fosse realizada a aplicação face a face nas residências dos entrevistados. Os instrumentos utilizados para este estudo estão disponíveis no Anexo II.

5.1.3 Procedimentos

Após a realização do estudo piloto, foi feita a coleta de dados, onde utilizou-se estratégias de reconhecimento das áreas e de aproximação com a comunidade local, como a entrega de cartas com a apresentação do projeto (Anexo III) nos endereços sorteados. A ideia da carta era que os moradores ficassem a par da pesquisa e de uma futura visita de um entrevistador capacitado e

uniformizado, a fim de diminuir a sensação de insegurança em receber um pesquisador desconhecido em casa.

O período de coleta de dados do *survey* se deu entre janeiro de 2017 a julho de 2018. Todos os pesquisadores de campo foram selecionados e treinados e os questionários foram aplicados face a face, nas residências dos participantes. Enquanto aplicava o questionário, o pesquisador registrava os dados coletados de maneira eletrônica, para minimizar erros de registro, utilizando-se *tablets*. Os entrevistadores também receberam uma versão impressa do questionário como alternativa, caso o *tablet* ou o servidor tivesse algum tipo de problema operacional no processo de coleta de dados. Para facilitar o acesso às residências e estimular a colaboração dos potenciais respondentes, os entrevistadores estavam devidamente caracterizados como integrantes da pesquisa.

Antes de participar da pesquisa, o respondente foi convidado a realizar a leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), onde foram apresentados os objetivos, os riscos e os benefícios em participar da pesquisa (Anexo IV). Por meio desse documento, o participante ficava ciente de todas as etapas do estudo, e, ao assinar, indicava sua anuência em participar do estudo. O TCLE foi assinado em duas vias, tanto pelo entrevistador, quanto pelo participante, de modo que cada um pudesse ficar com sua via.

O procedimento de coleta de dados previa que os entrevistadores visitassem os endereços selecionados pelo menos três vezes, em dias e turnos diferentes, manhã, tarde e noite. Caso não tivessem sucesso, poderiam considerar o endereço como um caso de não resposta. Também foram considerados casos de não resposta residências desocupadas, ou residentes que se recusassem a participar da pesquisa.

Enquanto os entrevistadores coletavam os dados, a equipe de supervisores, composta por pesquisadores gestores do projeto, realizava uma série de tarefas, como distribuição dos endereços aos entrevistadores, acompanhamento dos endereços já visitados, recusas e endereços não

encontrados ou inacessíveis, recebimento e avaliação dos relatórios dos entrevistadores, resolução de eventuais dúvidas dos entrevistadores, correção de eventuais inconsistências encontradas nas entrevistas realizadas, entre outros.

Para assegurar a qualidade e a confiabilidade do processo de levantamento de dados, após a entrevista, uma amostra randômica de aproximadamente 10% dos respondentes foi contatada por telefone para averiguar a experiência da entrevista. Este procedimento foi realizado com o intuito de obter informações sobre o andamento das entrevistas, verificar como foi o desempenho do entrevistador, bem como sanar eventuais dúvidas dos respondentes. Esse processo foi necessário, pois além de ser uma medida de confiabilidade do estudo, estimula a aproximação dos entrevistadores de campo com a comunidade, que sente maior confiança na pesquisa realizada.

5.1.4 Análise de dados

Enquanto os dados eram coletados, os supervisores conferiam e realizavam a limpeza no banco de dados, atentando para eventuais erros ou inconsistências que pudessem ocorrer durante a coleta. Essa etapa teve a função de preparar os dados para a etapa subsequente de análise dos dados, excluindo entrevistas incompletas, corrigindo erros de digitação, etc. Nesta etapa, utilizou-se o *software* SPSS 24.0.

5.1.4.1 Análise de dados da primeira parte do Estudo 1

Na primeira parte do Estudo 1, foi realizada a verificação de indicadores de validade e de confiabilidade da escala. Para verificar a fatorabilidade da escala, foram verificados os valores de KMO e do teste de esfericidade de Bartlett's. Logo, foi realizada a análise de componentes principais, visando identificar a estrutura fatorial da escala. Para verificar a validade de critério da

escala, foi realizada uma correlação entre a escala e um item que tratava do mesmo tema na escala NEWS (Field, 2009).

5.1.4.2 Análise de dados da segunda parte do Estudo 1

Na segunda parte do Estudo 1, foram utilizados teste t, correlação bivariável e testes não paramétricos como o de Kruskal-Wallis, Mann-Whitney, para identificar a diferença de médias entre diferentes grupos de moradores.

5.1.5 Aspectos éticos

O projeto Mobilidade Urbana Saudável foi aprovado pelo Comitê de ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade de Brasília (UnB), no dia 16 de novembro de 2016, sob parecer de número: 1.831.179 e CAEE: 58214416.9.100;10030. Todos os participantes da pesquisa estavam cientes de sua participação e assinaram o TCLE.

5.2 Primeira parte do estudo 1 - Adaptação e Validação da EPI

Esta parte do Estudo 1 visa a responder a primeira pergunta de pesquisa: Quais as características psicométricas da Escala de Percepção de Insegurança - EPI? Tem como objetivo principal encontrar evidências de validade e precisão da EPI. Convém ressaltar que a escala NEWS foi desenvolvida com base nos estudos de Saelens e Sallis (2002) e que essa escala possui um bloco específico para mensuração da percepção da criminalidade na vizinhança. Assim, ainda que o instrumento já possua evidências de validade no Brasil, encontradas no estudo desenvolvido no estado de Santa Catarina por Malavasi et al. (2007), o presente estudo visa aferir se existem evidências de validade especificamente no bloco acerca da percepção de insegurança na vizinhança, em uma amostra da cidade de Brasília.

5.2.1 Resultados

Os resultados serão apresentados a partir das análises de acordo com o tipo de validade analisada, a fim de responder à pergunta 1 da dissertação.

5.2.1.1 Análise de validade de conteúdo

Para a etapa de validação de conteúdo, o instrumento foi enviado por meio eletrônico para a realização da análise de nove juízes de diferentes áreas, incluindo planejadores urbanos, epidemiologistas, psicólogos, arquitetos e urbanistas, principalmente. Foi solicitado o julgamento de cada item quanto à clareza em sua compreensão, considerando o público-alvo do instrumento. Caso o item fosse julgado como incompreensível os juízes sugeriram uma redação alternativa.

Esta etapa foi realizada por uma equipe multidisciplinar composta por nove juízes, especialistas na área da psicologia ambiental e psicologia do trânsito, arquitetura, planejamento urbano e epidemiologia. Os juízes indicaram a necessidade de realizar pequenos ajustes no instrumento proposto por Malavasi et al. (2007), conforme exposto na Tabela 1.

Tabela 1

Itens originais do instrumento e suas respectivas adaptações.

Instrumento Malavasi et al. (2007)	Alterações realizadas após a análise de juízes
As ruas do meu bairro são bem iluminadas à noite.	As ruas da sua vizinhança são bem iluminadas à noite.
Pedestres e ciclistas que utilizam as ruas do meu bairro são facilmente visualizados pelos moradores, de dentro de suas casas.	Pedestres e ciclistas que usam as ruas da sua vizinhança são facilmente visualizados pelos moradores de dentro das suas casas.
Quando caminho no meu bairro, vejo e converso com outras pessoas.	Quando caminha pela sua vizinhança, o(a) Sr.(a) vê e conversa com outras pessoas.
Existe um alto índice de criminalidade no meu bairro.	Existe muita criminalidade na sua vizinhança.

A criminalidade faz com que não seja seguro caminhar durante o dia no meu bairro.

A criminalidade faz com que não seja seguro caminhar durante o dia na sua vizinhança.

A criminalidade faz com que não seja seguro caminhar à noite no meu bairro.

A criminalidade faz com que não seja seguro caminhar durante a noite na sua vizinhança.

Por fim, todos os juízes concordaram com as adaptações realizadas no instrumento e após esta etapa foi realizado o estudo piloto. Nesta etapa, os participantes foram questionados acerca da compreensão dos itens e se existia algum termo inapropriado ou incompreendido. Com base neste estudo prévio, os itens foram mantidos de acordo com o instrumento adaptado pelos juízes, sem alteração alguma. Também foi mantido o formato da escala Likert, com cinco pontos, variando de “discordo totalmente” até “concordo totalmente”.

5.2.1.2 Análise de validade de construto

Após a aplicação da versão final do instrumento adaptado em português, os resultados indicaram adequação da escala para análise fatorial, apresentando escore satisfatório de fatorabilidade ($KMO = 0,68$), indicando que a escala é divisível em fatores (Field, 2009; Hutcheson & Sofroniou, 1999; Kaiser, 1970). Além disto, a correlação entre os itens se mostrou adequada para a realização da análise fatorial pelo teste de esfericidade de Bartlett ($\chi^2 = 884,674$, $gl = 15$, $p < 0,01$).

A análise exploratória de componentes principais foi realizada sem as rotações dos fatores, com a supressão de valores de cargas fatoriais inferiores a 0,40. O critério de autovalores indicou a extração de dois fatores (*Eigenvalues* maiores que 1), explicando 56% da variância. O teste do gráfico de sedimentação (*scree plot*, Figura 5), também sugeriu um resultado similar, com dois fatores acima do ponto de corte, que é o critério de Kaiser > 1 .

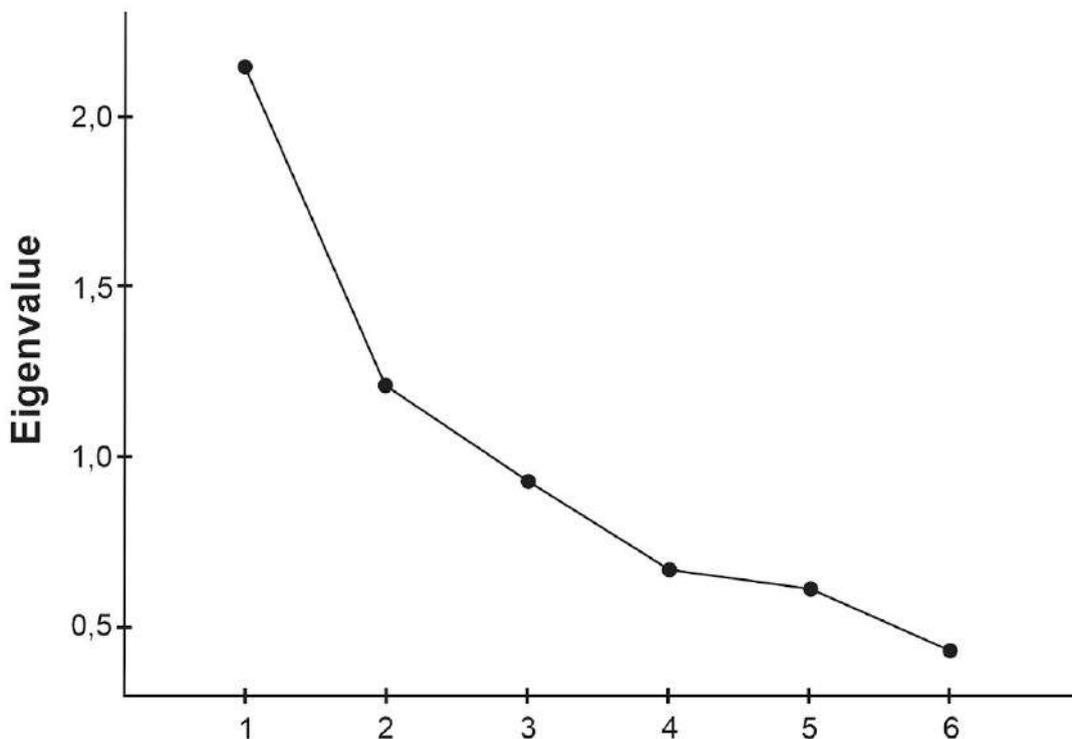


Figura 5. Scree plot da EPI. Adaptado de SPSS output

A partir da análise de componentes principais, foram exploradas as soluções para atender o princípio de parcimônia, com dois fatores. Os itens ficaram distribuídos entre os fatores, conforme Tabela 2.

Tabela 2

Matriz de Componentes da análise de componentes principais da EPI

Item	Componente	
	Percepção de Criminalidade (PC)	Fatores Ambientais para Segurança (FAS)
1. As ruas da sua vizinhança são bem iluminadas à noite?		,555
2. Pedestres e ciclistas que usam as ruas da sua vizinhança são facilmente visualizados pelos moradores de dentro das suas casas?		,650

3. Quando caminha pela sua vizinhança, o (a) Sr. (a) vê e conversa com outras pessoas?		,502
4. Existe muita criminalidade na sua vizinhança?	,698	
5. A criminalidade faz com que não seja seguro caminhar durante o dia na sua vizinhança?	,746	
6. A criminalidade faz com que não seja seguro caminhar durante a noite na sua vizinhança?	,819	
<hr/>		
Alfa de Cronbach	0,73	,40
<hr/>		

A análise de consistência interna dos fatores mostrou que o fator de Percepção de Criminalidade (PC) apresentou um nível satisfatório de confiabilidade (Alfa de Cronbach = 0,73). Contudo o fator que avalia os fatores ambientais necessários para a promoção da segurança (FAS) apresentou um nível inaceitável de confiabilidade (Alfa de Cronbach = 0,40) (Field, 2009; Hair et al., 2009). A análise de confiabilidade indicou que após a exclusão do item 3, o alfa de Cronbach do fator FSA subiria para 0,42. Entretanto, segundo Field (2009), alfas de Cronbach inferiores a 0,70 são considerados insatisfatórios ou não confiáveis. Diante disto, optou-se por analisar a confiabilidade da escala utilizando um único fator.

Para tanto, foi utilizada a análise fatorial de eixos principais, os resultados desta análise indicaram que os itens 1, 2 e 3 apresentaram carga fatorial insatisfatória (abaixo de 0,40), sugerindo que estes itens não são confiáveis para a mensuração da Percepção de insegurança, vide Tabela 3.

Tabela 3

Matriz de Componentes da análise fatorial de eixos principais da EPI

Item	Fator
	1
1. As ruas da sua vizinhança são bem iluminadas à noite?	,343
2. Pedestres e ciclistas que usam as ruas da sua vizinhança são facilmente visualizados pelos moradores de dentro das suas casas?	,154
3. Quando caminha pela sua vizinhança, o(a) Sr.(a) vê e conversa com outras pessoas?	,172
4. Existe muita criminalidade na sua vizinhança?	,571
5. A criminalidade faz com que não seja seguro caminhar durante o dia na sua vizinhança?	,645
6. A criminalidade faz com que não seja seguro caminhar durante a noite na sua vizinhança?	,820
Alfa de Cronbach	0,60

Ao verificar a análise de confiabilidade da escala, verificou-se que a exclusão dos itens 1, 2 e 3 melhoraram significativamente o alfa de cronbach de 0,60 para 0,73, tornando o instrumento de medida mais confiável. Assim, a exclusão dos itens poderia ocasionar uma ampliação na medida de confiabilidade da escala.

Visando confirmar essa fatoração, foi realizada a análise fatorial, somente com os itens 4, 5 e 6, não rotacionada, fixando o número de fatores, para se obter uma estrutura unifatorial. A matriz de componentes mostra a existência de um único fator, com cargas fatoriais acima de 0,70, conforme exposto na Tabela 4.

Tabela 4

Matriz de Componentes da análise de eixos principais da EPI

Item	Fator
	1
4. Existe muita criminalidade na sua vizinhança?	,769
5. A criminalidade faz com que não seja seguro caminhar durante o dia na sua vizinhança?	,797
6. A criminalidade faz com que não seja seguro caminhar durante a noite na sua vizinhança?	,852
Alfa de Cronbach	0,73

5.2.1.3 Análise de validade concorrente

Para a realização da validade concorrente, criou-se uma nova variável com a média dos itens da EPI e foi realizada a correlação do rho de Spearman para amostras não paramétricas, com um item do Bloco de Satisfação com o Bairro da Escala NEWS, que diz respeito à satisfação em relação à segurança na vizinhança [O senhor(a) está satisfeito com a segurança quanto à ameaça da criminalidade na sua vizinhança?] (Malavasi et.al, 2007; Wanous, Reichers, & Hudy, 1997; West, Dyrbye, Satele, Sloan & Shanafelt, 2012).

Quanto à análise de validade concorrente, por meio dos índices de correlação bivariável simples não paramétrica, considerando um intervalo de confiança de 95%, pode-se verificar que a EPI e o item acerca da segurança na vizinhança tiveram uma correlação positiva e satisfatória ($\rho=0,534$, $p<0,001$, $R^2=0,2852$).

5.2.2 Discussão

O objetivo deste estudo foi avaliar as características psicométricas da EPI, aplicada em uma amostra na cidade de Brasília. Algumas pequenas modificações foram realizadas nos itens a partir da avaliação pelos juízes, conforme seção 5.2.1.1. Nota-se que a mudança mais significativa dos itens foi a troca do vocábulo bairro e pelo vocábulo vizinhança. Dado que a terminologia bairro se dá em uma escala mais ampla do que a que foi utilizada neste estudo (Pacheco, 2015), optou-se por utilizar o termo vizinhança. Além disso, o termo bairro não costuma ser utilizado pelos moradores da cidade de Brasília.

Além da troca destes vocábulos, nota-se também a troca dos pronomes meu e minha por seu e sua. Isto ocorreu por conta de uma diferença de procedimento metodológico original para o realizado neste estudo. No estudo original os respondentes recebiam o questionário e eles próprios o iam preenchendo. Já nesta dissertação, conforme descrito na seção 5.1.3, os entrevistadores liam a questão em voz alta e os entrevistados respondiam os itens e os entrevistadores faziam o preenchimento do questionário nos *tablets*.

Durante a fase do pré teste, não foi observada falta de clareza dos itens para o público da pesquisa, de forma que foi garantida uma redação acessível para os participantes em geral. Não foram utilizados termos técnicos rebuscados, a fim de manter clareza, bem como a possibilidade de tradução futura da escala para outros idiomas e contextos culturais, uma vez que termos técnicos, ainda que sejam claros em um contexto, podem ser desconhecidos em outro contexto cultural (Seller, Gafni & Hanani, 2005).

Com isto obteve-se uma escala que busca mensurar a percepção ambiental dos moradores das vizinhanças acerca da segurança. Foi mantida a Escala Likert de concordância, de acordo com os estudos anteriores do NEWS. Já em relação à análise fatorial, para a validade de construto foram realizadas diversas análises conforme a seção 5.2.1.2. Nela, observou-se que ao invés de um,

conforme o instrumento original de Saelens e Sallis (2002) a primeira análise sugeriu dois fatores para a escala.

Contudo, após a análise fatorial, foram excluídos três itens, por apresentarem carga fatorial inferior a 0,40. Este resultado pode sugerir que estes itens não são percebidos pelos participantes como pontos importantes para a percepção de segurança (Borsa, Damásio & Bandeira, , 2012).

Por fim, ao se correlacionar a EPI com outro item sobre segurança questionado aos participantes, observa-se uma correlação moderada obtida entre as variáveis, que indica que elas medem conceitos que são relacionados, distinguíveis e não redundantes, sugerindo um nível de validade concorrente de moderado a alto. Com isso, os resultados sugerem que a escala apresenta características psicométricas satisfatórias, apresentando evidências de validade e precisão.

Ainda que existam boas razões para a preferência de escalas frente a itens únicos (Pinto, 2011), o estudo não visa a medida do item único como mensurador da percepção da segurança na vizinhança, mas neste caso foi aceito o uso de um item único para comparação com a EPI, excepcionalmente, devido a limitações práticas que favoreceram o uso de um item único, como a extensão do questionário da pesquisa sobre Mobilidade Urbana Saudável, que já possuía mais de 400 itens.

5.3 Segunda parte do Estudo 1 - Percepção de insegurança na vizinhança

A partir da análise das características psicométricas da EPI, realizada na primeira etapa do Estudo 1, foi possível verificar se existem diferenças na percepção de insegurança entre grupo de moradores, tais como: (a) vizinhanças em que moram; (b) sexo; (c) moradores que caminham nos turnos diurno e noturno; (d) moradores que possuem mais ou menos contato social.

5.3.1 Resultados

Nesta seção serão apresentados os resultados das análises estatísticas, de acordo com a pergunta de pesquisa 2, descrita na seção 4.

Os resultados referentes à pergunta de pesquisa 2 serão subdivididos em quatro partes, de modo que em cada parte será respondida a pergunta em relação à uma variável específica. Dentre elas: a área de estudo, o sexo, os turnos diurno e noturno e o contato social entre os moradores.

5.3.1.1 Existe diferença na percepção de insegurança entre moradores de diferentes áreas de estudo?

Considerando a natureza dos dados, julgou-se mais adequado realizar testes não paramétricos. Foi construído um gráfico de barra de erros simples no SPSS, considerando a variável *área de estudo* no eixo horizontal e a variável *percepção de insegurança* no eixo vertical, considerando um intervalo de confiança de 95%.



Figura 6. Barras de erros das médias de percepção de segurança nas três vizinhanças. Adaptado de SPSS output

Maior média de percepção de segurança foi encontrada na Vila Planalto, seguido do Varjão e, por fim, das Superquadras 409/410 Sul, conforme exposto na Figura 6. Para realizar a comparação de médias de três grupos em uma amostra não paramétrica optou-se por utilizar o teste de Kruskal Wallis, que mostrou a existência de diferenças estatisticamente significativas entre as três áreas de estudo ($H(3) = 105,59$, $N = 1104$, $p < 0,01$). A estimativa de Monte Carlo também mostrou o mesmo valor de significância, o que indica que a área de estudo onde o participante mora afeta diretamente em sua percepção de insegurança.

Foi realizado o Teste de Mann-Whitney para o cálculo de tamanho do efeito entre os grupos da Vila Planalto e da SQS 409/410 (-0,399), a Vila Planalto e o Varjão (-0,165) e entre a SQS 409/410 e o Varjão (0,229). Já o tamanho de efeito de Jonckheere, entre os três grupos foi de -0,1142. Estes tamanhos de efeito mostraram que um tamanho de efeito entre a Vila Planalto e as SQS 409/410 relevante, quando comparado aos outros grupos. Já o tamanho de efeito entre os três grupos foi baixo.

5.3.1.2 Existe diferença na percepção de insegurança entre moradores de diferentes sexos?

Considerando a natureza dos dados, julgou-se mais adequado realizar o teste não paramétrico de Mann-Whitney. Foi construído um gráfico de barra de erros simples no SPSS, considerando a variável *sexo* no eixo horizontal e a variável *percepção de insegurança* no eixo vertical, considerando um intervalo de confiança de 99%.

A média de percepção de segurança é maior em homens do que em mulheres, como pode ser visualizado na Figura 7. Posteriormente, foi realizada a análise de Mann-Whitney com amostras independentes, e de acordo com o teste, as variâncias entre os dois grupos são significativamente diferentes ($U = 119224,0$, $p < 0,01$). Isso mostra uma significância do teste t para os valores das duas

amostras em relação à percepção de insegurança na vizinhança, confirmando que os homens se sentem mais seguros que as mulheres. Contudo, o tamanho de efeito ($r^2=-0,1269$) foi baixo.

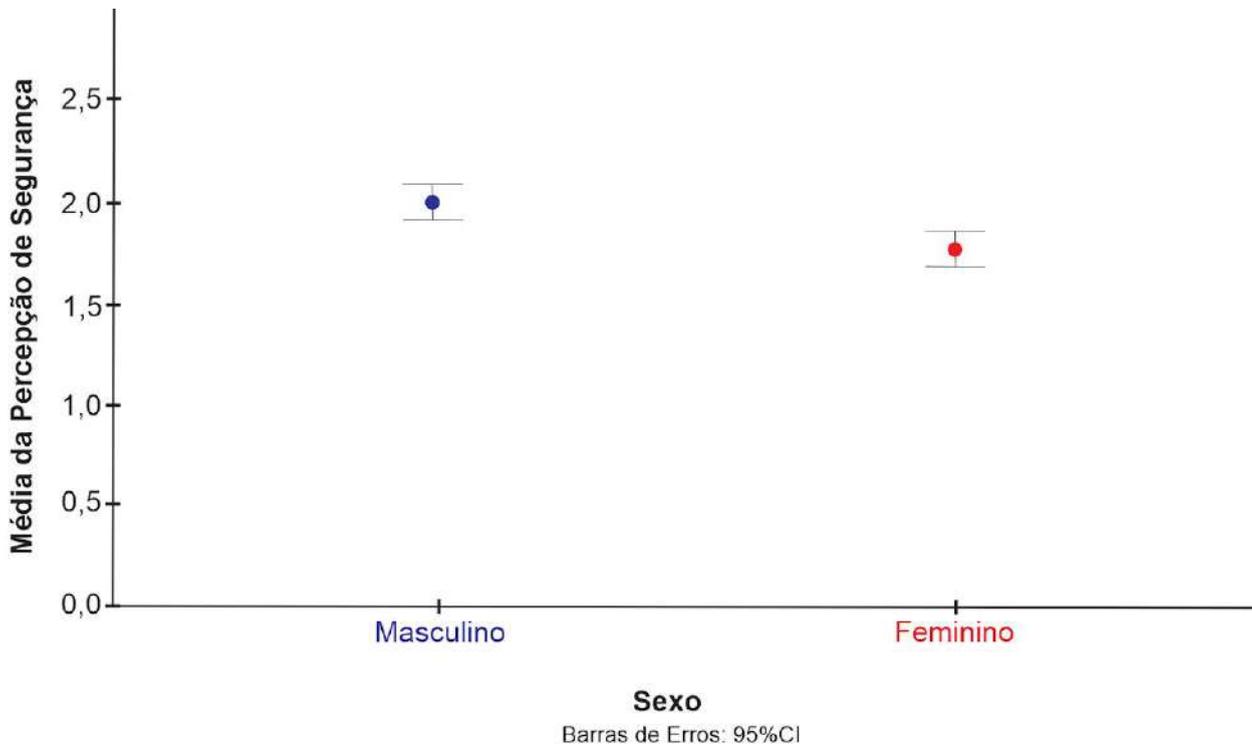


Figura 7. Barras de erros das médias de percepção de segurança na vizinhança entre gêneros. Adaptado de SPSS output

5.3.1.3 Existe diferença na percepção de insegurança entre moradores que caminham nos turnos diurno e noturno?

Foi construído o gráfico de barras de erros simples no SPSS, considerando a percepção de insegurança ao caminhar na vizinhança durante o dia e durante a noite, utilizando um intervalo de confiança de 95%. A média da percepção de segurança na vizinhança é maior durante o dia (ver Figura 8). O gráfico mostra que durante a noite as pessoas possuem uma percepção maior de insegurança ao caminhar. Foi realizada a análise não paramétrica do teste de Wilcoxon com as variáveis de percepção de insegurança ao caminhar na vizinhança durante o dia e durante a noite.

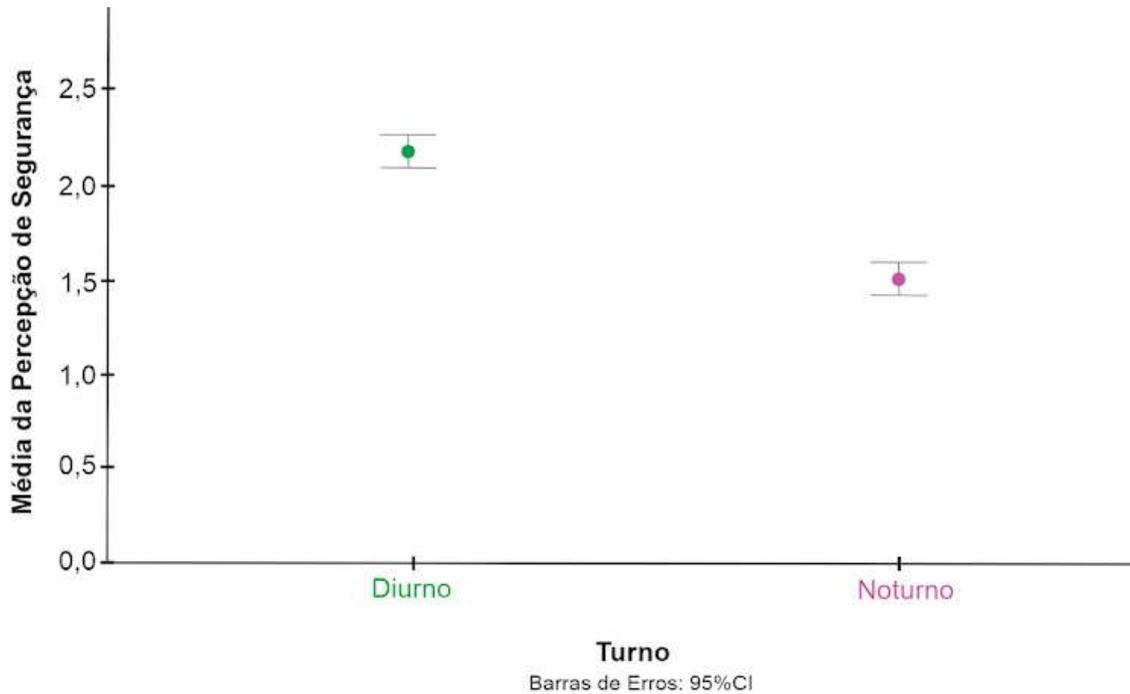


Figura 8. Barras de erros das médias de percepção de segurança na vizinhança entre diferentes turnos.

Adaptado de SPSS output

Em média, os moradores têm uma maior percepção de segurança durante o dia ($M = 2,32$...) do que durante a noite ($M = 1,52$). A análise do teste de Wilcoxon para amostras relacionadas mostrou que existe uma diferença significativa entre a percepção de insegurança entre os turnos diurno e noturno, de forma que as pessoas se sentem mais seguras durante o dia ($Z = -19,06$; $p < 0,01$ $r = -0,576$).

5.3.1.4 Existe diferença na percepção de insegurança entre moradores que possuem mais ou menos contato social na vizinhança?

De acordo com a natureza dos dados, optou-se por utilizar testes não paramétricos, mais especificamente a correlação de Spearman. A correlação entre a média da percepção de insegurança na vizinhança e a variável de contato social, onde foi perguntado se os participantes vêm e conversam com outras pessoas quando caminham pela vizinhança, mostrou-se significativa

($\rho=0,137$; $p<0,01$; $r^2=0,019$). Contudo o tamanho de efeito desta relação mostrou-se insuficiente para explicar este fenômeno.

Para aprofundar as análises, verificou-se se existem diferenças entre a percepção de insegurança e o contato social, por cada área de estudo/vizinhança. A análise de correlação das duas variáveis por vizinhança mostrou que somente no Varjão há uma associação positiva ($\rho=0,169$, $p<0,01$ e $r^2= 0,029$). Contudo, tanto o rho de Spearman, quanto o tamanho do efeito apresentaram escores muito reduzidos.

5.3.2 Discussão

De acordo com a Teoria do Triângulo do Crime (Felson & Clarke, 1998) o ambiente é uma das três dimensões necessárias para a concretização de um comportamento criminoso. Desta forma, o ambiente pode propiciar (ou não) a ação criminosa, influenciando de maneira direta a forma que os moradores percebem suas vizinhanças e o uso das áreas urbanas (Lewin, 1951). Nesse contexto, a percepção de insegurança corrobora com o abandono das áreas públicas, resultando em áreas urbanas com menos vitalidade (Milgram, 1970), o que coopera com o aumento da criminalidade (Heitor, 2007).

Deste modo, os dados de percepção de segurança nas três áreas de estudo mostraram especificidades interessantes: a área de estudo que tem menor percepção de segurança é a SQS 409/410, seguido do o Varjão. A Vila Planalto foi o local onde os moradores têm a maior percepção de segurança. Estima-se que a percepção de insegurança esteja associada às características sociodemográficas de cada vizinhança. As superquadras 409 e 410 Sul é a vizinhança com maior poder aquisitivo em relação às outras vizinhanças. Sabe-se que pessoas que possuem uma maior renda tendem a ter uma maior percepção de insegurança (Bauman, 2009).

Ademais, a percepção de insegurança também pode estar associada às características ambientais das vizinhanças. Nas Superquadras estudadas, os edifícios não possuem porteiros e nem garagem privativa para carros, o que pode gerar uma maior sensação de insegurança nos moradores e usuários do local. A inexistência de garagem privativa pode fazer que os moradores também se sintam vulneráveis para realizar o trajeto do estacionamento público até a entrada da portaria. Se tivessem garagem, eles adentrariam a garagem do prédio e acessariam diretamente o elevador ou as escadas do interior do edifício, sem precisar se expor às contingências do espaço público.

Além disso, essas Superquadras são conhecidas por possuírem "gângues" que frequentemente se envolvem em conflitos com gângues das Superquadras vizinhas. O local também está próximo a um comércio local, onde estão concentrados diversos bares e restaurantes. Além disto, as áreas públicas são bastante arborizadas e não possuem um sistema de iluminação adequado, o que corrobora a baixa percepção de segurança (Goulart, 2017).

O Varjão e a Vila Planalto, locais com maior percepção de segurança, possuem uma característica de cidades pequenas interioranas, com um baixo número de moradores, onde as pessoas se conhecem, com um comércio local reduzido e sem grandes equipamentos públicos ou grandes vias em seu interior. Logo, a percepção de segurança pode ter sido maior nestes locais, em decorrência desse contato social e da criação deste vínculo de comunidade. A literatura reforça que o convívio social dos moradores interfere de maneira direta na percepção de segurança (Gainey, Alper & Chappell, 2011; Moser, Huppert, Foa & Simons, 2012; Moore & Trojanowicz, 1988).

Contudo, existe uma diferença no ambiente entre a Vila Planalto e o Varjão, o que pode justificar essa diferença nas médias da percepção de segurança nas áreas de estudo. A Vila Planalto nasceu antes da inauguração de Brasília, portanto, uma boa parte dos moradores da Vila está no local há bastante tempo. A vizinhança teve uma melhoria significativa na infraestrutura urbana, com

asfalto, saneamento básico, praças, etc. Contudo os espaços públicos sofrem com problemas básicos como, acessibilidade, baixa arborização urbana, presença de lixo e entulhos em áreas públicas.

Já o Varjão é uma área com manutenção urbana mais precária, que sofre com os mesmos problemas da Vila Planalto, porém com maior intensidade e frequência. As parcelas urbanas possuem fachadas cegas que diminuem o contato visual dos moradores do interior de suas casas com a rua. O Varjão é o local que tem a ocupação urbana mais recente das três áreas de análise deste estudo. O local é conhecido por ser perigoso, devido ao seu histórico de ocupação similar às favelas brasileiras. A vizinhança é conhecida pelos altos índices de criminalidade, o que pode ter influenciado na percepção de insegurança por parte dos moradores.

Estudos acerca da criminalidade apontam que o sexo pode estar relacionado com a percepção de insegurança (Gabriel & Greve, 2003; Greve, Leipold & Kappes, 2017; Silva & Beato, 2013). Na Figura 8, nota-se que a média da percepção de segurança é menor em mulheres, indicando que as mulheres, de maneira geral, possuem mais preocupação acerca da segurança do que os homens, corroborando os achados de Oliveira (2002) e Vieira e Amaral (2013). As mulheres tendem a estar mais atentas ao ambiente em que estão inseridas, principalmente em áreas públicas, quando estão mais expostas a ameaças. Existe ainda um incentivo, desde a infância, para que crianças do sexo feminino sejam mais cautelosas e que as crianças do sexo masculino sejam mais exploradoras (Bechtel & Churchman, 2003).

Ainda que as diferenças de sexo sejam visíveis na maneira em que homens e mulheres percebem o ambiente frente à segurança, o tamanho de efeito dessa diferença teve tido um valor baixo ($r^2=0,125$). Contudo, faz-se relevante que o planejamento dos espaços leve em conta diferenças entre os sexos, a fim de que todos os indivíduos tenham uma percepção maior de segurança na vizinhança.

Sabendo que a maioria de ocorrências de crimes se dá no período noturno, averiguou-se se há uma diferença na percepção de insegurança dos participantes entre os turnos diurnos e noturnos (Grillo & Ziegelmann, 2017). Os resultados obtidos mostraram uma correlação significativamente positiva entre as variáveis de percepção de insegurança durante o dia e durante a noite com a variável de percepção de segurança na vizinhança.

Enquanto a média da percepção de segurança durante o dia nas três áreas de estudo é de 2,32 (DP = 0,99), a média da percepção de segurança durante a noite é de 1,0 (DP = 1,19), podendo variar de 0 a 3. Isso mostra uma realidade brasileira, uma vez que a análise mostrou uma diferença significativa na percepção de entre dia e noite. Ainda mostrou um tamanho de efeito considerável ($r = -0,576$). Vale salientar que, para algumas pessoas, sair de casa à noite é considerado um comportamento perigoso. A percepção de segurança durante a noite depende de fatores que vão além daqueles da percepção de segurança durante o dia, como a iluminação, a maior quantidade de ocorrência de crimes (Clarke, 1997; Gehl, 2013; Jeffery, 1977). Assim, é importante aumentar a percepção de segurança durante a noite, incluindo diferentes usos neste período, a fim de prover uma movimentação maior de pessoas em áreas públicas de modo a ter uma maior vigilância natural (Jacobs, 2000; Gehl, 2013).

As questões acerca do convívio social e a criação de uma rede na vizinhança para a melhoria da percepção da segurança no bairro é um tema já consolidado na literatura. Diversos autores afirmam que o senso de pertencer a uma comunidade melhora não só a percepção de segurança, mas até mesmo a incidência criminal (Gainey, Alper & Chappell, 2011; Gehl, 2013; Halle, 1996; Jacobs, 1961; Loukaitou-Sideris & Eck, 2007; Moore & Trojanowicz, 1988; Moser et al., 2012). Contudo não existem muitos estudos acerca do contato social realizado diretamente entre os moradores, mensurando a frequência com que conversam ou socializam com as outras pessoas da vizinhança.

A análise correlacional de percepção de segurança e o contato social entre as pessoas da vizinhança mostrou uma correlação significativa, contudo com um tamanho de efeito bastante reduzido. Ao realizar o mesmo teste com os dados separados para cada uma das vizinhanças pesquisadas, verificou-se resultados significativos somente no Varjão.

Ainda assim vale questionar se, de fato, o contato social entre as pessoas da vizinhança influencia na percepção de segurança, uma vez que a vizinhança onde os moradores reportaram perceber o ambiente como mais inseguro foi o Varjão, que, paradoxalmente, foi a vizinhança com maior escore de contato social. Assim, a partir do valor do tamanho de efeito das correlações que se mostraram significativas, pode-se inferir que, na amostra pesquisada, o contato social não se mostrou como uma variável que influencia significativamente na percepção de segurança na vizinhança.

Como a literatura relata, a presença de pessoas em áreas públicas e o senso de pertencimento à uma comunidade pode melhorar a percepção de segurança, mas não necessariamente o contato social físico. Atualmente, com a ascensão das redes sociais, o pertencer à uma comunidade não necessariamente diz respeito a ver as pessoas nas ruas e conversar com elas. Ressalta-se, porém, que o contato social físico que ocorre em áreas públicas permite uma integração e fortalece atos sociais (Ferreira & Barreiros, 2013). A presença de pessoas desenvolvendo diferentes atividades corrobora para que o ambiente se torne mais defensável pelos próprios usuários, encorajando os usuários a se apoderar do espaço, promovendo a vigilância natural (Cozens, 2008). Gehl (2013) afirma que a segurança nos espaços públicos é um dos fatores principais para a vida urbana, sendo importante uma boa manutenção das áreas, bem como a realização de diferentes atividades.

6. Estudo 2

O Estudo 2 teve como objetivo verificar quais os fatores que influenciam a percepção de insegurança nos moradores da Vila Planalto, do Varjão e das Superquadras 409/410. Deste modo, o Estudo 2 está pautado na concepção de produzir conhecimento teórico, além de contribuir com novas práticas de caracterização e de diagnóstico da qualidade do ambiente urbano.

6.2 Método

A fim de complementar os resultados obtidos por meio dos dados quantitativos, apresentados no Estudo 1, optou-se por adotar, neste estudo, uma abordagem qualitativa. Os aspectos éticos referentes ao Estudo 2 foram contemplados no mesmo parecer citado no Estudo 1, conforme explicitado na seção 5.1.5. Vale salientar que estas entrevistas também fazem parte da pesquisa maior sobre Mobilidade Urbana Saudável onde foram realizadas um total de 25 entrevistas com pedestres e ciclistas. Contudo para este estudo utilizou-se as 21 entrevistas com pedestres.

6.2.1 Participantes

Na seção final do questionário utilizado no Estudo 1 havia uma questão acerca da disposição do respondente em participar da fase qualitativa da pesquisa. Os entrevistadores entraram em contato com todos os participantes que concordaram em participar da pesquisa qualitativa, convidando-os a participar desta etapa. Contudo, não foi possível contatar alguns participantes, devido a mudança de número de telefone, mudança de endereço ou cidade, bem como recusas. Do total de participantes do Estudo 1 (n=1107), apenas 10% dos participantes (n=111) indicaram estar dispostos a participar.

Contudo, foram entrevistados 21 moradores, sendo três do Varjão, oito da Vila Planalto e seis da SQS 409/410. As 21 entrevistas acompanhadas foram realizadas com 14 mulheres e 7 homens. Cada um dos participantes, que tinham idade entre 21 e 71 anos, realizou um trajeto caminhando junto a um pesquisador. Para garantir questões de privacidade e anonimato dos sujeitos, todos os participantes tiveram seus nomes trocados, conforme descrito no TCLE (Anexo IV).

6.2.2 Instrumentos

As entrevistas realizadas com os participantes foram registradas por uma câmera de vídeo de ação (*GoPro® Black Hero 5*), para captar com vídeo e áudio o comportamento do participante com maior rapidez e eficiência. Esta câmera também permitiu a captação de dados de geolocalização, para registrar a escolha das rotas pelos participantes e as características de cada viagem.

Para maior confiabilidade, também foi utilizado o aplicativo *Strava*, usando o *smartphone* do próprio pesquisador, para registrar a rota realizada, a inclinação do relevo, a velocidade, entre outras informações. Os dados de mapeamento (obtidos via GPS e aplicativo *Strava*) foram sincronizados para integrar o relato de viagem de cada participante com as características ambientais. Nas primeiras entrevistas, notou-se que o áudio captado pela GoPro continha muitos ruídos, advindos da interação do participante com o ambiente urbano. Por essa razão, optou-se por realizar a gravação do áudio da entrevista por meio de um gravador (*H1 zoom audio recorder*), equipamento que possui um minimizador de ruídos (Figura 9).



Figura 9. Equipamentos utilizados nos métodos móveis. Elaborado pela autora

6.2.3 Procedimentos

Para a realização do Estudo 2, foram conduzidas com os participantes entrevistas acompanhadas (Go-Alongs). Este tipo de entrevista objetiva captar a locomoção das pessoas em suas atividades do cotidiano, a partir do estilo de vida e da rotina dos participantes (Büscher & Veloso, 2018). Nesta categoria metodológica o pesquisador observador acompanha os participantes em um trajeto do cotidiano, de modo a observar o comportamento do participante imerso dos atributos ambientais onde o indivíduo está inserido. Este método vai ao encontro com outros tipos de métodos móveis de coleta de dados já amplamente utilizados por muitos estudiosos da área (Günther, Neto & Machado, em elaboração).

Durante a entrevista, é possível fazer indagações sobre as percepções do entrevistado acerca dos estímulos ambientais com os quais ele interage. Deste modo é possível utilizar diversos tipos de aparelhos eletrônicos para ter uma melhor captação da interação, como *smartphones*, *tablets*, câmeras, medidor de batimentos cardíacos, etc. Trata-se de uma entrevista não estruturada, onde os comportamentos são apurados sem uma definição categórica prévia, uma vez que dependerá da vivência de cada participante (Jensen, 2013; Zhang, & Wildemuth, 2009).

Para a realização das entrevistas, o entrevistador entrou em contato previamente com os participantes, via telefone, a fim de agendar um horário para a realização da entrevista e selecionar um trajeto que o participante realizasse em seu cotidiano. Ao chegar na residência do participante, o entrevistador se preparava para a realização do trajeto acompanhado, zelando pela preparação da câmera, gravador e aplicativo de geolocalização no *smartphone*.

Ao iniciar o deslocamento, o participante era orientado a realizar o trajeto como se não estivesse sendo acompanhado, para tentar minimizar a influência do entrevistador. Enquanto ambos realizavam o trajeto, realizava-se uma espécie de micro etnografia móvel, permitindo capturar uma experiência mais completa do participante no espaço urbano.

Antes de participar da pesquisa, o respondente foi convidado a realizar a releitura do TCLE, onde foram reapresentados os objetivos, os riscos e os benefícios ao participar da pesquisa, que já haviam sido apresentados aos participantes durante a aplicação do questionário (Estudo 1).

Para a realização das entrevistas, foi necessária uma flexibilidade, principalmente por parte do pesquisador, uma vez que foram entrevistadas pessoas de diferentes idades, sexos, etnias, níveis sociais e origens. Além disto os pesquisadores precisavam acompanhar os participantes em todo o percurso, sem saber o que poderia ocorrer durante o trajeto, ou quanto tempo seria necessário para concluir o percurso solicitado pelo morador. Em alguns casos, os participantes escolhiam trajetos muito longos ou até perigosos. Desde modo, foi necessário que o pesquisador se adaptasse às diferentes situações que ocorriam durante a coleta de dados.

Houve um incidente com um pesquisador no Varjão, que foi ameaçado por uma gangue local. Supõe-se que o uso da câmera no corpo chamava a atenção durante a realização do trajeto, mesmo sendo utilizada uma vestimenta que disfarçasse a presença da câmera. Após o incidente, a pesquisa foi interrompida nesta vizinhança, a fim de preservar a segurança pessoal dos pesquisadores. Este fato ocorrido no Varjão destaca questões desafiadoras e riscos reais para

pesquisadores e entrevistados que participam de pesquisas que utilizem métodos móveis, principalmente em contextos urbanos mais ofensivos.

6.2.4 Análise de dados

Foi utilizada a técnica de análise de conteúdo, considerando as análises das temáticas, das categorias e de frequências (Bardin, 2010). As análises temática e categórica foram feitas a partir de uma visão geral do conteúdo das entrevistas. A categorização foi realizada utilizando os vídeos que foram gravados durante a realização do trajeto acompanhado.

6.3 Resultados

Os dados indicam que a maioria dos participantes entrevistados era composta por mulheres (n=14). A duração média das entrevistas foi de 24 minutos, variando entre 10 a 33 minutos. Para analisar os dados com parcimônia, foram realizadas as transcrições literais das verbalizações dos participantes, obtidas nos arquivos de imagem e áudio.

O Anexo V apresenta informações específicas dos participantes, como nome (fictício), área de estudo, sexo, percepção de insegurança durante o dia e durante a noite, satisfação com o número de amigos e conhecidos na vizinhança, bem como as citações realizadas pelo morador durante a entrevista .

6.3.1 Quais outros fatores influenciam na percepção de insegurança nas diferentes áreas de estudo?

As citações dos moradores foram classificadas em seis categorias: Percepção de um local seguro (n=14), Percepção de um local inseguro (n=6); Presença de pessoas em situação de rua (n=2), Presença de usuários de substâncias (n=4), Percepção de insegurança a noite (n=6) e Medo disposicional dos entrevistados (n=10).

Ao agrupar as verbalizações dos participantes em categorias, observou-se que os moradores das Superquadras da Asa Sul relataram ter uma maior percepção de insegurança, quando comparado com moradores das outras áreas de estudo. Já os moradores da Vila Planalto foram os que relataram maior percepção de segurança.

Houve uma única moradora do Varjão que relatou uma melhoria na percepção da redução da criminalidade da vizinhança, especialmente na área indicada na Figura 10. A entrevistada relatou que a instalação de um equipamento público, um posto policial, propiciou a redução dos índices de tiroteios.

“Esse posto policial foi uma benção pra nós. Porque aqui tinha muito malandro, sabe? Tinha vez que a gente, quando deitava pra dormir, era uns tiroteio esquisitos, agora acabou.” Marina, 65, VA.



Figura 10. Imagem do posto policial do Varjão. Imagens capturadas durante a realização da entrevista

A moradora ainda relatou problemas com pessoas em situação de rua, e percepção de insegurança em diferentes pontos em sua vizinhança. As demais entrevistadas do Varjão relataram ter uma percepção negativa acerca da segurança na área, tanto pela presença de pessoas que fazem

uso de substâncias, quanto por ficarem sabendo por terceiros que o local é inseguro, configurando em medo disposicional.

Já na Vila Planalto, a percepção dos moradores sobre a segurança na vizinhança foi positiva, principalmente na praça central (Figura 11). Neste local, identifica-se que diferentes atividades são desenvolvidas ao longo do dia, possibilitando maior sensação de segurança aos entrevistados que caminham pela Vila.

“Menina, aqui não tem ladrão não. Eu já dormi várias vezes com a porta aberta, juro! E aí assim, minha bicicleta você vê, ela fica lá pelo lado de fora. Aqui na pracinha, eu fico com a minha filha até meia noite e depois vou pra casa de boa. Você não vê assim, que teve tiroteio, que foi roubado na parada de ônibus.” Samira, 29, VP.



Figura 11. Praça central da Vila Planalto. Imagens capturadas durante a realização da entrevista

Contudo, alguns entrevistados relataram que, apesar da percepção de segurança ser muito forte na Vila, a questão do uso de substâncias pelos jovens da região traz certa preocupação aos moradores.

“Aqui é seguro, mas não é seguro totalmente, porque ali tem uma turminha da esquadrilha da fumaça, mas também se você não mexe com eles, eles não vão mexer com você.” Carvalho, 53, VP.

Os moradores relataram que a quantidade de usuários de substâncias na Vila Planalto aumentou de forma considerável nos últimos cinco anos. Alguns moradores especulam que a demolição da escola pública que existia na Vila Planalto, por problemas estruturais, incitou o aumento do uso de substâncias na área. Eles relatam que alguns dos alunos que deveriam se deslocar para outras vizinhanças mais distantes para estudar, não o fazem, ficando ociosos e se envolvendo com o uso de substâncias.

Por fim, os moradores das SQS 409/410 relataram ter uma preocupação em relação à segurança, principalmente por ouvirem falar sobre tentativas e ocorrências criminais nas redondezas de suas residências. Esses rumores deixam os moradores amedrontados, o que configura-se como medo disposicional.

Um dos fatores relatados pelos participantes é a configuração das Superquadras que, na maioria dos blocos, possui apartamentos no piso térreo, o que aproxima a área pública à área privada, uma vez que as janelas dos edifícios ficam no nível da rua. Além disto, nestas Superquadras os edifícios não possuem garagem privativa, o que faz com que os moradores tenham que utilizar estacionamento público. Ademais os condomínios não possuem porteiros, somente um zelador responsável pela limpeza e manutenção dos blocos. Esses fatores estruturais dos edifícios também influenciam na percepção de insegurança por parte dos moradores.

“Eu gosto de morar aqui... assim, a quadra não é tão boa por causa da segurança né? Porque eu acho que é uma das quadras mais perigosas daqui, não tem garagem, não

tem porteiro. Então isso dificulta um pouco. Mas é muito bom morar aqui, eu gosto.” Nina, 21, AS.

Houve ainda algumas verbalizações relacionadas com a insegurança, principalmente durante o período noturno, tanto pela falta de luminosidade e visibilidade por outras pessoas em locais como o indicado na Figura 12, quanto pela vida noturna em um comércio próximo a essas quadras residenciais.

“À noite é mais tenso um pouco porque aqui, principalmente ali, em cima, na 209, tem bastante barzinho. Ai como essa vida noturna é um pouco mais agitada, o pessoal fica um pouco mais alterado. Mas de dia é super tranquilo.” Alinne, 21, AS.

“Aqui eu não gosto de passar não, porque é meio escuro... eu acho perigoso.”

Sandra, 45, AS



Figura 12. Imagem da área verde das SQS 409/410 onde há pouca vigilância natural. Imagens capturadas durante a realização da entrevista

Um ponto relevante apontado pelos moradores são as passarelas subterrâneas (Figura 13), que acabam sendo subutilizadas pela percepção de insegurança de seus usuários. Além de serem um local onde já ocorreram diversos tipos de crimes, as passarelas não são bem mantidas, são sujas, sem iluminação e abrigam pessoas em situação de rua e usuários de substâncias.

“Eu geralmente não faço esse caminho porque é perigoso andar aqui, especialmente à noite. Algumas pessoas dormem aqui e é uma bagunça. E hoje está de boa.” Cabral, 30, AS.



Figura 13. Passarela subterrânea na Asa Sul. Imagens capturadas durante a realização da entrevista

“Aqui tá bom, o problema é ali no fundo. Eu sozinha, eu não passo não. Porque tem dia que a polícia fica dois aqui, dois no meio e dois na saída. Se não fosse essa molecada que fica aqui embaixo da passarela eu acho que ia ser bem melhor né?” Marina, 65, VA.

A presença do uso de substâncias também foi outro tema que apareceu nas Superquadras, contudo, com menos recorrência que na Vila Planalto, aparentando ter pouco impacto na percepção de segurança.

“De uns tempos pra cá, tem uns moleques meio estranhos, assim, andando... eu acho que eles estão querendo tomar conta da quadra, é o que eu tenho observado, né? Em todo lugar.” Lisandra, 26, AS.

Identifica-se que as verbalizações mais recorrentes estão relacionadas à percepção de insegurança em relação às ocorrências criminais passadas, o que, de certa forma, justifica o receio dos moradores e usuários das Superquadras em utilizarem as áreas públicas. Uma entrevistada relatou que, devido a uma tentativa de assalto em seu bloco, os interfones e as travas das entradas foram trocados por um sistema mais automatizado com senhas (ver Figura 14). Esse relato indica que medidas protetivas têm sido adotadas por síndicos dos prédios ou por associações de moradores, para aumentar a (percepção de) segurança na vizinhança.

“Também por conta do pessoal que estava tentando assaltar aqui eles trocaram a portaria. Quando eu mudei pra cá era com chave, e agora é com senha.” Alinne, 21, AS.



Figura 14. Imagem do bloco que a entrevistada relatou ter tido suas entradas arrombadas. Imagens capturadas durante a realização da entrevista.

Quanto ao sexo, notou-se que a percepção de insegurança foi relatada com mais frequência pelas mulheres. Durante a análise de dados, observou-se que somente um homem relatou percepção de insegurança durante sua entrevista, relacionada à presença de pessoas em situação de rua. Ainda assim, este entrevistado relata não possuir medo de caminhar nas áreas públicas de sua vizinhança e nas imediações, independente do horário.

“Aqui geralmente dormem uns mendigos e eu fico meio... dou uma olhada antes, porque já gritaram comigo. Tem uns que são muito gente boa, mas tem uns que não... eles começam a gritar com você e são agressivos, e esses que ficam aqui geralmente são agressivos.” Cabral, 30, AS

“A noite eu também ando, quatro da manhã, três da manhã, o problema não é a segurança. O problema é se eu tô cansado, pede um uber. Então tem a ver com o meu estado.” Cabral, 30, AS

Um dos entrevistados relatou que antigamente na Asa Sul os moradores tinham problemas com brigas entre gangues das diferentes Superquadras do Plano Piloto, mas que atualmente isto não é mais uma realidade.

“Antigamente essa árvore aqui ficava cheia de seringas, porque era demarcação de gangue. Os prédios antes eram todos pichados, porque com esse negócio de briga de gangue, não sei o quê. Mas isso foi uma questão bem anos 90. Depois, eu não sei o que aconteceu não.” Heleno, 24, AS, vide Figura 15.



Figura 15: Árvore onde o entrevistado reportou ter várias seringas pelo uso de substâncias. Imagens capturadas durante a realização da entrevista

Também houveram duas citações de homens que relataram a presença de usuários de substâncias na Vila Planalto, mas não de forma que isso afetasse sua percepção de segurança na vizinhança. Assim, de maneira geral, os homens revelaram percepção de segurança ao caminhar pelas áreas de estudo.

Já as mulheres indicaram maior incômodo com a presença de usuários de substâncias nas três áreas de estudo da pesquisa. Somente três moradoras relataram ter uma percepção positiva acerca da segurança no local. Já as demais tiveram ou uma percepção geral de insegurança ($f=6$) ou uma percepção mista, de segurança e de insegurança, a depender de diferentes locais e fatores ($f=2$).

Um dos principais fatores relatados pelas mulheres foi o medo disposicional, de saber da ocorrência de um crime em determinado local, o que pode contribuir para aumentar a percepção de insegurança nas vizinhanças. Uma das entrevistadas da SQS 409/410 relatou ter visualizado de seu apartamento casos de assalto nas imediações do edifício onde mora. Ela relata que utiliza certos comportamentos de proteção, a fim de evitar ocasiões de oportunidade para possíveis criminosos, como ir de carro para a academia ao invés de ir caminhando e fazer ronda nas redondezas do edifício ao chegar a noite em casa.

“Quando acontece assalto aqui, dá pra ouvir do apartamento, aí sim a gente liga pra polícia e geralmente chega rápido. Geralmente a noite aqui a polícia passa pra dar uma olhada, né? Mas não adianta tanto assim.” Nina, 21, AS.

“A gente vê casos aqui direto. De dia roubaram um carro aqui, a menina foi dentro do carro junto, meu pai viu, achou que era eu, porque eu tinha saído pra ir pegar minha irmã. Já teve um cara que roubou um carro de uma senhorinha aqui. Direto acontece.” Nina, 21, AS.

A maior parte das mulheres que relataram perceber o ambiente como seguro mora na Vila Planalto. As moradoras das SQS 409/410 foram as que revelaram maior percepção de insegurança no local, principalmente pelo medo disposicional. Em relação ao período do dia, nenhum participante relatou ter uma percepção de segurança maior durante a noite do que durante o dia.

“Esse bequinho aqui durante o dia é mais tranquilo, mas a noite não dá pra passar aqui não. E o posto policial é aqui do lado, deveria ser bem seguro, né?” Judite, 50, VA,
vide Figura 16.



Figura 16. Beco próximo ao posto policial, referido pela entrevistada. Imagens capturadas durante a realização da entrevista .

Três moradoras relataram problemas com a insegurança na vizinhança durante a noite. Foi mencionada a adoção de comportamentos de precaução, que evitem ocasiões de possíveis crimes, seja pela falta de iluminação pública ou pela presença de usuários de substâncias.

“Ó, a pracinha agora, nesse instante tá vazia, mas no finzinho da tarde... tá cheio de gente fumando droga. Isso me deixa preocupada em questão da criminalidade.” Eduarda, 50, VA, vide Figura 17.



Figura 17. Imagem da praça no Varjão onde há presença de usuários de substâncias. Imagens capturadas durante a realização da entrevista

Uma das entrevistadas da Superquadra 409 relatou que a insegurança, principalmente no período noturno, impacta no comportamento de caminhar durante a noite, ou pela manhã antes do amanhecer. Esta participante especificamente relatou comportamentos preventivos a fim de diminuir a oportunidade criminal.

“Quando estou em aula, eu venho pra academia às seis horas da manhã, então quando tá escuro, por causa do horário de verão, normalmente eu venho de carro, porque mesmo sendo perto, eu tenho medo de ir sozinha, né? E também de chegar de madrugada ali também é perigoso, eu sempre dou uma volta ali pra ver, pra poder descer do carro, né? Quando acaba o horário de verão, eu passo a vir a pé, porque tá mais claro e fica menos perigoso né?” Nina, 21, AS.

Embora a maioria dos moradores tenha revelado maior percepção de insegurança no turno da noite, seis participantes relataram ter uma percepção de segurança nos arredores do local de sua moradia, independente do turno. Nota-se esta recorrência principalmente nos moradores da Vila Planalto.

“Aqui é muito tranquilo, graças a Deus, até a noite. Meu menino mais novo, de 17 anos é ele que anda mais. Até hoje nunca teve nenhum incidente, nunca teve roubo. Os carros dormem lá do lado de fora, mas nunca teve nada.” Leon, 51, VP.

Por fim, quanto ao contato social, percebe-se que moradores que relatam conhecer outros moradores e vizinhos apresentam uma visão mais positiva sobre a questão da segurança. Contudo, na SQS 409/410 somente um morador relatou ter um maior contato social com as pessoas da vizinhança, associado à sua percepção de segurança no local. Já no Varjão não houve verbalizações que fortalecesse esta relação.

“A gente conhece muita gente aqui, porque meu avô morava no bloco do lado, e moramos aqui há muito tempo. Em relação à segurança, aqui é tranquilo.” Heleno, 24, AS.

A Vila Planalto foi a vizinhança onde houve mais verbalizações relacionadas à percepção de segurança, bem como aos fortes vínculos entre as pessoas do local. Isto reforça o senso de

pertencimento entre os moradores da vizinhança. Para uma moradora entrevistada, o senso de comunidade na Vila é tão forte, que inclusive os possíveis criminosos se conhecem.

“Até porque aqui, é um lugar pequeno, todo mundo conhece a gente, o bandido conhece a gente, então ele vê que você é daquele local. Meus filhos, eu não me preocupo deles chegarem tarde em casa.” Olívia, 45, VP.

6.4 Discussão

Como dito anteriormente, foram identificadas 42 verbalizações em relação à segurança pública entre as 17 entrevistas realizadas. Sabendo que algumas características físicas do ambiente podem ter um impacto direto na instalação de atos delituosos (Vivan & Saboya, 2012), foi observado que os entrevistados relataram uma associação entre a manutenção de áreas públicas e a percepção de insegurança. Por exemplo, nas passarelas subterrâneas, que estão depredadas, sem manutenção e sujas, há uma maior percepção de segurança. Já um local com alta qualidade de manutenção dos espaços, sendo limpo e ordenado, faz com que seus usuários recebam uma mensagem de que o local é seguro e não vulnerável (Newman, 1996). Essa ideia reforça as indicações da Teoria das Janelas Quebradas, de forma que se a pessoa está em um local sujo, por exemplo, ela se sente mais encorajada a jogar um papel de bala no chão do que quando se encontra em local limpo (Wilson & Kelling, 1982).

Também associado às passarelas, existem relatos de um medo disposicional, por haver uma recorrência de crimes nesse ambiente. A crença de que determinado local é inseguro, faz com que as pessoas evitem utilizá-lo, fazendo com que se tornem vazios e sem vida (Milgram, 1970). Além disso, o contato, direto ou indireto, dos moradores com a recorrência de ações delituosas impacta sua qualidade de vida (Teixeira et al., 2006; Machado, 2008).

Nas Superquadras 409 e 410 sul, os participantes reportaram de maneira mais direta a ocorrência criminal, com relatos de episódios com pessoas próximas ou vizinhos. Relataram sequestros, assaltos à mão armada, furtos de automóveis, tentativas de arrombamentos nas portarias, etc. Também relataram situações de rixas entre gangues das diferentes quadras no passado. Isso explica o fato de diversas verbalizações relacionadas ao medo disposicional aparecerem nas Superquadras pesquisadas na Asa Sul. Além disso, a inexistência de garagem privativa nos blocos e a ausência de porteiros deixa os moradores ainda mais apreensivos ao entrar ou saírem de seus automóveis e entrar nos edifícios, principalmente no período noturno (Figura 18). Sabendo disto, os potenciais criminosos se utilizam disso para executarem o crime. Ainda que alguns participantes tenham relatado que, ocasionalmente, tenha policiamento, isso não inibe a ação dos bandidos.



Figura 18. Imagem do local onde há maior incidência de tentativas de furtos, assaltos e sequestros. Imagens capturadas durante a realização da entrevista

A presença de usuários de substâncias foi um fator citado nas três áreas de estudo. O Brasil de maneira geral vem sofrendo com problemas relacionados ao tráfico de substâncias e seus usuários (Costa & Medeiros, 2019). Ainda que alguns participantes tenham relatado que no geral os

usuários de substâncias não apresentam grandes riscos, uma vez que "se não mexerem com eles, eles continuam na deles", existe um senso de que somente a presença de um grupo, geralmente de jovens, utilizando substâncias diminui a percepção de segurança na vizinhança, deixando os participantes em um estado de alerta constante, principalmente nos pontos onde a presença de usuários de substâncias é mais recorrente.

Em relação ao Varjão, os moradores não relataram nas entrevistas caminhadas uma percepção de insegurança tão intensa quanto os participantes das Superquadras. Contudo, vale ressaltar que foram realizadas apenas três entrevistas com mulheres nesta vizinhança, o que se configura como uma limitação deste estudo. O número reduzido de participantes deveu-se a questões de segurança do pesquisador, que durante a coleta de dados sentiu-se ameaçado por pessoas que frequentemente o observavam e até seguiam. Optou-se por interromper a coleta de dados no Varjão, visando preservar a integridade física e psicológica do pesquisador. Entretanto, reconhece-se que a interrupção da coleta de dados limitou a compreensão de como os moradores do Varjão percebem a segurança na vizinhança.

Na Vila Planalto, os entrevistados relataram uma maior percepção de segurança no local, ressaltando que a presença de usuários de substâncias no local não diminui a sensação de segurança, corroborando as indicações de Santos (2019). Os moradores da Vila são os que mais relataram ver e conversar com outras pessoas ao caminhar na vizinhança. Isso reforça a teoria de que o contato social pode promover a diminuição da percepção de insegurança nas cidades (Gainey, Alper & Chappell, 2011; Jacobs, 1961; Moser et. al., 2012). Este contato com a comunidade não é tão intenso na 409/410 Sul, onde os moradores relataram mais questões de insegurança, quando comparado com a Vila Planalto. Este é outro fator que pode influenciar na percepção de segurança nas Superquadras: a falta de contato social entre os moradores entrevistados.

Outra relação que merece ser ressaltada é o fato das mulheres terem relatado uma maior percepção de insegurança, especialmente na SQS 409/410. Já os homens relataram sentirem-se seguros em suas vizinhanças. Esses resultados corroboram os achados de Bechtel e Churchman (2003). Em relação à influência do turno nos relatos de insegurança, sem dúvidas os moradores sentem mais medo de caminhar durante o período noturno nas vizinhanças, especialmente nas Superquadras analisadas, seguido pelo Varjão. Na Vila Planalto, os moradores não relataram ter uma diferença na percepção de segurança entre os turnos diurno e noturno. Neste quesito, a percepção de insegurança no período noturno nas duas vizinhanças está associada à má qualidade da manutenção urbana, à falta de iluminação adequada e à presença de usuários de substâncias.

Quanto ao contato com outras pessoas e vizinhos e sua relação com a percepção de segurança, os moradores da Vila Planalto foram os que mais relataram ver e conversar com outras pessoas. Isso proporciona a criação de vínculos sociais e de uma rede de apoio, onde as pessoas podem cuidar umas das outras.

7. Discussão geral

O aumento da criminalidade na cidade e a incapacidade de políticas públicas de segurança conterem o fenômeno, produzem um sentimento de imensa vulnerabilidade que transforma tanto o espaço, quanto os hábitos de sociabilidade e convívio que caracterizam a cultura do DF. Ao ponderar a relevância da temática da segurança em áreas urbanas e sua importância para a vida na cidade, bem como o seu impacto na sociedade, o estudo investigou a percepção de segurança na vizinhança e suas facetas em relação a diferentes grupos e ao comportamento de caminhar. O número de vítimas da violência no Brasil é alarmante (Ferreira & Barreiros, 2013). Ainda que as taxas de criminalidade no Brasil tenha sofrido uma redução no último ano, a população ainda possui uma sensação de insegurança que, muitas vezes, aprisiona e inviabiliza que as pessoas realizem com

tranquilidade suas atividades cotidianas (Globo, 2019). O questionamento que fica a partir deste panorama é: De que forma a percepção de insegurança se dá no contexto do DF, mais especificamente das três vizinhanças aqui pesquisadas? De que forma a Psicologia Ambiental e o Planejamento Urbano podem contribuir com o aumento da percepção de segurança na vizinhança e o aumento da urbanidade?

Para isto, a dissertação percorreu um ciclo que iniciou com e o processo de validação de um instrumento para medir a Percepção de Insegurança. Seguido da compreensão do fenômeno em diferentes grupos de moradores e finalizada com a identificação de aspectos que podem impactar a percepção de segurança dos moradores.

A primeira parte do Estudo 1 utilizou o referencial teórico da percepção da insegurança na vizinhança, a partir da busca por evidências de validade da Escala de Percepção de Insegurança, com base nos estudos de Saellens e Sallis (2002). Apesar da existência de evidências de validade da escala adaptada ao contexto brasileiro, após realizar as análises do bloco que tratava especificamente sobre o tema, metade dos itens demonstrou fragilidades, sendo excluídos por apresentarem uma baixa carga fatorial. O fato interessante nesse processo foi que todos os itens que foram excluídos faziam menção a fatores ambientais que contribuem para a percepção de segurança, permanecendo somente os itens do fator de percepção de criminalidade.

Essa permanência na escala somente dos itens relacionados à percepção da criminalidade pode estar associada ao fato do medo situacional não ter tanta relação com fatores ambientais, mas sim com episódios de insegurança que ocorreram anteriormente no local, dos quais os moradores tomaram ciência. Este resultado também foi encontrado no Estudo 2, onde o medo disposicional apareceu como importante aspecto na percepção de insegurança. Fatores ambientais, como a falta de manutenção e de luminosidade, se mostraram secundários para a composição deste construto (Borsa, *et al.* 2012).

A recorrência da aparição da ocorrência de crimes nas grandes mídias de massa e nas redes sociais faz com que os habitantes se sintam inseguros de utilizar determinados locais da cidade, como foi o caso das passarelas subterrâneas, onde os participantes relataram ter uma construção simbólica negativa acerca do local por conta de inúmeros casos de crimes que lá aconteceram (Heitor, 2007; Gabriel & Greve, 2003). Assim, os moradores reportaram que utilizam o local quando é realmente necessário e que se têm a oportunidade de evitá-lo, o fazem. Este fato também faz com que os moradores repensem comportamentos como caminhar ou andar de bicicleta pela cidade, por exemplo, devido ao risco de ser abordado por um potencial criminoso, sentindo-se vulneráveis após saber da ocorrência de crimes com outras pessoas.

A primeira parte do Estudo 1 traz a avaliação das características psicométricas da Escala de Percepção de Insegurança, com evidências de validade no contexto do DF. Ainda que a Escala tenha apresentado evidências de validade neste estudo, é importante verificar se os itens precisarão de adaptações ou não para diferentes audiências. Sabe-se que, apesar do Brasil ter o português como língua oficial, podem existir diferenças idiomáticas a serem consideradas em busca de uma equivalência estrutural (Seller, Gafni & Hanani, 2005). Ainda assim, sugere-se que o instrumento seja testado em outras culturas, tanto nacionais quanto internacionais, a fim de confirmar os achados do Estudo 1.

Com base nos resultados e discussões dos dois estudos realizados, em especial da segunda parte do Estudo 1 e do Estudo 2, é possível realizar uma triangulação dos dados, a fim de verificar se existe uma convergência entre os resultados de ambos os estudos. Observou-se que nos dois estudos a percepção de insegurança foi maior nas SQS 409/410. Alguns fatores identificados nestes estudos podem explicar este resultado:

- existência de medo disposicional enraizado nos moradores das Superquadras da Asa Sul, devido a relatos de crimes, tentativa de roubo à automóveis, abordagens de moradores ao entrar nos blocos e sequestros;
- inexistência de garagem privativa e de porteiros nos blocos, que faz com que os moradores se sintam mais desprotegidos;
- ausência de pilotis nos blocos, o que tira a permeabilidade visual dos moradores deixando muitos pontos cegos nas esquinas dos edifícios;
- falta de manutenção do local, como poda de árvores e limpeza de matos;
- iluminação pública insuficiente;

É importante salientar que questões socioeconômicas podem influenciar na percepção de insegurança local. De acordo com o estudo de Bauman (2009), pessoas com maior renda tendem a ter uma maior sensação de insegurança. Essa indicação corrobora os achados deste Estudo, uma vez que a Superquadra 408 e 410 é a vizinhança onde os moradores possuem maior renda e que apresentou a maior percepção de insegurança.

De maneira oposta, a Vila Planalto, em ambos estudos, se mostrou como a vizinhança onde os moradores percebem o local como mais seguro, ainda que tenham relatado de maneira constante na abordagem qualitativa a ressalva em relação ao uso de substâncias no local. Ainda que os moradores se queixem de problemas relacionados à manutenção da infraestrutura urbana, como presença de lixo e entulho e falta de acessibilidade, isso não afeta na percepção de segurança que têm do bairro. Notou-se também que no segundo Estudo não houve muitos relatos acerca do medo disposicional por parte dos moradores da Vila.

Por fim, o Varjão ficou como a vizinhança em que os moradores tiveram uma percepção mediana acerca da segurança no local, de maneira mais veemente no primeiro Estudo, dado que a

coleta de dados do Estudo 2 teve de ser interrompida, a fim de garantir a segurança do próprio pesquisador. Cabe ainda ressaltar que houve uma elevada percepção de insegurança no Varjão por parte dos entrevistadores de campo, que se sentiram inseguros quanto à coleta de dados, pois precisavam caminhar pela vizinhança e ir de casa em casa para aplicar o questionário.

A coleta de dados no Varjão foi bastante delicada, exigindo que toda a equipe de supervisores de pesquisa ficasse de plantão para qualquer ocasião que pudesse colocar os entrevistadores em risco. Já na coleta de dados do Estudo 2, o pesquisador que estava realizando as entrevistas na vizinhança estava se sentindo regularmente inseguro até que, para garantir a segurança do pesquisador, a coleta de dados do segundo Estudo foi suspensa.

Levando em consideração todos estes aspectos, pode-se inferir que o Varjão possui características ambientais e sociais similares à da Vila Planalto. Contudo, a maior recorrência criminal e o medo disposicional atrelado a estes fatores faz com que os moradores da vizinhança tenham uma percepção de insegurança maior, quando comparado com a Vila Planalto. Os temas recorrentes para o Varjão foram o medo disposicional e a presença de usuários de substâncias. Os dois Estudos confirmaram que os moradores locais têm uma percepção de insegurança na área. Contudo, a interpretação acerca do Estudo 2 pode ter sido prejudicada pela suspensão da coleta de dados no local. Jacobs (1961) já afirmava que não são necessários que muitos crimes aconteçam nas ruas para que as pessoas temam as ruas, e quando as temem, as utilizam menos, o que a torna ainda mais insegura. Esse fenômeno existe não somente entre os moradores das vizinhanças estudadas, como também pode ser vivenciado "na pele" pela equipe de pesquisa.

Em relação ao sexo, os resultados dos dois Estudos convergem, indicando que as mulheres percebem o ambiente como sendo mais inseguro do que os homens. Contudo, os resultados da segunda parte do primeiro Estudo mostraram que a média da percepção de segurança nas mulheres é menor do que dos homens, porém o tamanho de efeito é muito baixo, o que mostra que esta

relação pode não ter um impacto muito significativo na população. Entretanto o segundo Estudo mostrou uma relação mais forte, uma vez que somente um homem entrevistado relatou ter uma preocupação em relação à segurança das Superquadras analisadas. Dentre as 11 mulheres entrevistadas, somente duas relataram não ter uma preocupação acerca da segurança pública no local de sua moradia. Essa diferença encontrada entre os resultados da segunda parte do Estudo 1 e o Estudo 2 pode estar associada a uma diferença metodológica, uma vez que a abordagem das entrevistas acompanhadas permite que o participante relate de maneira mais profunda sua relação com a vizinhança. Os resultados encontrados nos dois Estudos reforçam os achados de Oliveira (2002), Silva e Beato (2013), Greve, Leipold e Kappes, (2017), onde a mulher possui uma maior preocupação acerca da segurança.

Já em relação aos turnos diurno e noturno, o primeiro Estudo mostrou que existe uma diferença significativa entre a percepção de segurança nas vizinhanças durante o dia e a noite e o tamanho de efeito foi considerável. Já no segundo Estudo, a maior parte dos sujeitos percebiam uma insegurança maior no período noturno.

Os maiores problemas associados a este tema são: a presença de usuários de substâncias, a falta de vigilância natural e a falta de iluminação pública adequada. Algumas mulheres relataram adotar comportamentos preventivos durante a noite, como fazer uma ronda nas proximidades de casa antes de entrar, estar sempre alerta, olhando para trás e evitar sair sozinha durante a noite caminhando. Todos esses fatores, que se mostraram associados à percepção de insegurança durante a noite, têm relação com questões ambientais. As diretrizes propostas pelo CPTED, a fim de melhorar a segurança em áreas urbanas (Cozens & Love, 2015; Fennelly & Crowe, 2013; Jeffery, 1977), visam ampliar o contato visual entre áreas públicas e privadas, de forma que os moradores possam enxergar de dentro da sua residência o que se passa na área pública, promovendo a vigilância natural. Dessa maneira, pode-se potencializar a segurança com uma iluminação pública

adequada, evitando a presença de pontos cegos, desencorajando a presença de usuários de substâncias (Newman, 1996; Grillo & Ziegelmann, 2017). Nota-se que todos estes fatores estão associados e podem formar um ciclo, logo a intervenção em um destes pontos pode melhorar de maneira significativa a percepção de segurança nas vizinhanças (Clarke, 1997; Crowe, 2000; Gehl, 2013).

Em relação ao convívio social e sua importância para a criação de laços na comunidade, é importante que os moradores formem uma rede, que cuidem uns dos outros e contribuam para a manutenção da segurança de todos. Apesar deste ser um fato consolidado na literatura (Gainey, Alper & Chappell, 2011; Gehl, 2013; Halle, 1996; Jacobs, 1961; Loukaitou-Sideris e Eck, 2007; Moser et al., 2012; Moore & Trojanowicz, 1988), os resultados dos dois estudos não mostraram uma relação forte entre as duas variáveis de forma que, ainda que a relação exista, ela não tem muita influência direta na amostra pesquisada por conta do baixo tamanho de efeito encontrado nas análises de dados. Os resultados do Estudo 2 convergem com os dados encontrados no primeiro Estudo, principalmente em relação aos dados da Vila Planalto, que foi o local com maior escore de percepção de segurança e também onde os entrevistados relataram ter um maior contato social ao caminhar na vizinhança. O fato de conhecer muitas pessoas na Vila faz com que, mesmo fora de casa, eles se sintam em casa, não demonstrando grandes preocupações com a questão da segurança, inclusive quando seus filhos e familiares saem para transitar pela vizinhança.

A criminalidade e a percepção de insegurança na vizinhança por parte dos moradores podem fazer com que adotem comportamentos preventivos, que atuam como uma esquiwa de situações potencialmente perigosas. Na maioria dos casos, este comportamento é evitar transitar em locais mais críticos em relação à criminalidade, principalmente à noite. Apesar deste comportamento ser compreensível, do ponto de vista da manutenção da segurança dos moradores, observa-se uma redução do incentivo aos moradores a realizarem trajetos caminhando, o que diminui a vida urbana

no local e encoraja ainda mais a ação de criminosos (Aguiar, 2012; Lira, 2017; Matsunaga, 2016; Milgram, 1970). Ainda assim poderiam ser realizadas ações de provimento de infraestrutura para caminhar, como a construção de calçadas e rampas acessíveis, de modo a aumentar a percepção de caminhabilidade da área e encorajar ainda mais os moradores a utilizarem da mobilidade ativa como meio de locomoção. A fim de melhorar as características físicas destas áreas de estudo, ainda é possível o desenvolvimento de ações locais com os moradores, seguindo as diretrizes do CPTED, para que possam, por eles mesmos, tornarem a vizinhança mais “defensável”.

Por fim, como resultado deste trabalho tem-se: a) revisão de literatura sistematizada acerca do tema, com uma consolidação de conhecimentos e ferramentas que podem ser úteis para a redução da percepção da insegurança nas cidades; b) indicação de um instrumento sólido e útil para mensurar a percepção de insegurança em diferentes contextos urbanos; c) levantamento de dados empíricos que podem ser utilizados para subsidiar o desenvolvimento de políticas governamentais futuras; e d) preenchimento de uma lacuna existente na literatura a respeito do tema nas áreas de psicologia ambiental e planejamento urbano, com suporte em pesquisas empíricas. Além disto o trabalho contribui para a compreensão das teorias que relacionam a vitalidade dos espaços públicos à segurança (Cozens & Love, 2015; Gehl, 2013; Jacobs, 2000), indicando que a oferta de ambientes seguros aumenta a possibilidade do convívio social, melhora a saúde da população e fomenta a economia local (Netto, 2013; Rodrigues, 1992).

Considera-se possível a aplicação prática dos resultados desta pesquisa, uma vez que no Brasil os índices de criminalidade no Brasil são muito elevados. Os estudos realizados nesta dissertação podem facilitar para o poder público direcionar e desenvolver uma melhor possibilidade de intervenções de baixo custo, a fim de aumentar a percepção de insegurança, promovendo o uso da mobilidade ativa e aumentando a urbanidade nas áreas estudadas (Fischer, 1994; Lawton, 1991; Proshansky, et al.1983). Os dados aqui apresentados podem subsidiar o desenvolvimento de

intervenções mais inteligíveis, tanto em sua complexidade, quanto em relação ao custo, uma vez que o plano de ações prevê mudanças estruturais que demandam tempo e dinheiro, que acabam sendo difíceis de serem gerenciadas (DeVault, Miller, & Griffin, 2016).

Deste modo, entendendo as características dos contextos urbanos de menor escala, torna-se possível promover uma intervenção mais palpável, pois metas menores são mais fáceis de serem atingidas. Compreender as necessidades de cada uma das vizinhanças faz com que cada ambiente possa ser tratado de acordo com suas demandas e não sofram uma intervenção geral, implantada em toda a cidade, que pode não ser tão efetiva em determinado local. Para alcançar resultados que realmente promovam o aumento na qualidade de vida da população, principalmente das grandes cidades, é necessário que se cuide não só do ambiente mas também das crenças da população acerca do bairro ou vizinhança em que vivem, levantando suas percepções sobre o ambiente (Bursik & Grasmick, 1993; Machado, 2008; Neto, 2014; Wilson & Kelling, 1982).

7.1 Limitações do estudo e agenda futura

O presente estudo teve algumas limitações a serem consideradas e possivelmente reformuladas para estudos futuros. Durante a aplicação do questionário, foram encontradas algumas dificuldades. Primeiramente, houve dificuldade no acesso aos endereços sorteados do Estudo 1. Em algumas ocasiões, ainda que o entrevistador visitasse o mesmo endereço em diferentes dias e horários, diferentes residências encontravam-se vazias. Além disto, alguns lotes estavam vazios ou em reformas. Especialmente na Vila Planalto, com o aumento da densidade residencial, alguns endereços sorteados tinham mais de uma unidade habitacional, o que não estava previsto nos dados do IBGE e do Geoportal.

Em segundo lugar, nas superquadras na Asa Sul, houve dificuldade em acessar os moradores, pois como na vizinhança só existem apartamentos, o contato se dava por interfones, que

acaba sendo mais impessoal. Desta forma, muitos moradores, quando viam os entrevistadores pela janela, não atendiam ou simplesmente desligavam o interfone quando o entrevistador mencionava que era um pesquisador. Devido a esta dificuldade de acesso aos moradores, em um dado momento a coleta de dados foi aberta para todos os endereços das superquadras, o que acabou se tornando, nesta vizinhança, uma amostra por conveniência.

Além disto, conforme relatado, os entrevistadores tiveram problemas com a falta de segurança no local. Tanto durante a aplicação do *survey* do Estudo 1, uma vez que os entrevistadores de campo se sentiam ameaçados durante a aplicação dos questionários, quanto durante a realização das entrevistas acompanhadas do Estudo 2, onde o pesquisador também se sentiu bastante inseguro ao realizar as entrevistas portanto uma câmera de valor durante os trajetos. A fim de garantir a segurança do entrevistador, a coleta de dados do Estudo 2 foi interrompida, o que fez com que a amostra das entrevistas acompanhadas no Varjão ficasse reduzida.

Além disto, em relação ao Estudo 2, outra limitação foi a não randomização na seleção dos participantes, dado que poucos participantes do primeiro Estudo relataram estarem abertos a participar de uma segunda etapa. Optou-se, portanto, em realizar a pesquisa a partir de uma amostra de conveniência, com todas as pessoas que concordaram em realizar as entrevistas caminhadas. Este fato fez com que a amostragem do Estudo 2, não refletisse fielmente ao perfil dos dos participantes do Estudo 1.

Outros desafios da coleta de dados nas entrevistas caminhadas, foi a necessidade de uma flexibilidade, pois os entrevistadores tinham de acompanhar integralmente os participantes em seus trajetos, não sendo possível prever o que poderia acontecer durante o trajeto, ou quanto tempo ele poderia durar. Alguns participantes escolhiam trajetos longos e perigosos, o que exigiu muito dos entrevistadores, que precisavam se adaptar a diferentes contingências que aparecessem no decorrer

da coleta de dados. Por fim, vale salientar que os Estudos foram realizados no DF, e se sugere a replicação do estudo em outros estados com vista à confirmação dos achados.

Por fim, cabe indicar que várias pesquisas podem ser desenvolvidas a partir dos achados deste estudo. Uma delas, seria investigar mais a fundo a relação entre a percepção de insegurança e o medo do crime. Sabe-se que, apesar de serem construtos distintos, são intimamente relacionados. Seria interessante avaliar o quanto que o medo do crime explica a percepção de insegurança.

Outra possibilidade de estudo futuro seria realizar as entrevistas acompanhadas durante a noite, para identificar as variáveis que mais incomodam os moradores nesse período do dia. Contudo, tal abordagem teria uma limitação importante, relacionada à segurança dos pesquisadores e moradores.

Bibliografia

- Adams, M. A., Ryan, S., Kerr, J., Sallis, J. F., Patrick, K., Frank, L. D., & Norman, G. J. (2009). Validation of the Neighborhood Environment Walkability Scale (NEWS) items using geographic information systems. *Journal of Physical Activity and Health*, 6(s1), S113-S123.
- Aguiar, D. (2012). Urbanidade e a qualidade da cidade. *Urbanidades*. Rio de Janeiro: Letra & Imagem.
- Ajzen, I (1991). The Theory of Planned Behavior. *Organizational Behavior and Human Decision Processes*, 50, pp. 179-21. doi: 10.1016/0749-5978(91)90020-T
- Alexiou, A. S. (2006). *Jane Jacobs: urban visionary*. Nova Jersey: Rutgers University Press.
- Armitage, R. (2017). *Design, crime and the built environment*. In N. Tilley & A. Sidebottom (Eds), *Handbook of crime prevention and community safety* (234-253). New York: Routledge.
- Armitage, C. J., Armitage, C. J., Conner, M., Loach, J., & Willetts, D. (1999). Different perceptions of control: Applying an extended theory of planned behavior to legal and illegal drug use. *Basic and applied social psychology*, 21(4), 301-316.
- Bardin, L. (2010). Análise de conteúdo.(1977). *Lisboa (Portugal): Edições*, 70, 225.
- Barros, A. P. B. G. (2014). *Diz-me como andas que te direi onde estás: inserção do aspecto relacional na análise da mobilidade urbana para o pedestre*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Transportes da Universidade de Brasília, Brasília, DF.
- Bauman, Z. (2009). *Confiança e medo na cidade*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Beato, F., & Claudio, C. (1998). Determinantes da criminalidade em Minas Gerais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 13(37), 74-87.

- Bechtel, R. B., & Churchman, A. (Ed.). (2003). *Handbook of environmental psychology*. New York: Wiley
- Beck, L., & Ajzen, I. (1991). Predicting dishonest actions using the theory of planned behavior. *Journal of research in personality*, 25(3), 285-301.
- Bezerra, J. A. (2011). Como definir o bairro? Uma breve revisão. *Revista Geotemas*, 1(1), 21-31.
- Borsa, J. C., Damásio, B. F., & Bandeira, D. R. (2012). Cross-cultural adaptation and validation of psychological instruments: some considerations. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, 22(53), 423-432.
- Bouffard, JA (2007). Prevendo diferenças na percepção do crime e custos em um teste de teoria da escolha racional. *Revista Internacional de Terapia Ofensiva e Criminologia Comparada*, 51(4), 461-485.
- Brantingham, P. J., & Brantingham, P. L. (1981). *Environmental criminology*. Beverly Hills, CA: Sage Publications.
- Brantingham, P. L., & Brantingham, P. J. (1993). Nodes, paths and edges: Considerations on the complexity of crime and the physical environment. *Journal of environmental psychology*, 13(1), 3-28.
- Brantingham, P., & Brantingham, P. (1995). Criminality of place. *European journal on criminal policy and research*, 3(3), 5-26.
- Brantingham, P., & Brantingham, P. (2013). *Crime pattern theory*. Em R. Wortley & M. Townsley (Eds.) *Environmental criminology and crime analysis* (pp. 100-116) London: Taylor and Francis.

Brasil, Senado Federal. (1997). *Agenda 21: Conferência das Nações Unidas sobre meio ambiente e desenvolvimento*. Senado Federal. Retirado de:

http://www.meioambiente.pr.gov.br/arquivos/File/agenda21/Agenda_21_Global_Sintese.pdf

Brown, B. B. & Werner, C. M. (2012) *Healthy Physical Activity and Eating: Environmental Supports for Health*. Em D. S. Clayton, (Eds.). *The Oxford Handbook of Environmental and Conservation Psychology*. Oxford: Oxford Library of Psychology. doi:

10.1093/oxfordhb/978099733026.013.0025

Büscher, M., & Veloso, L. (2018). Métodos móveis. *Tempo Social*, 30(2), 133-151.

Bursik, J. R., Grasmick, H. G. (1993) *Neighborhood and crime: the dimensions of effective community control*. San Francisco: Jossey-Bass Inc.

Caiado, M. C. S. (2013). Estruturação intra-urbana na região do Distrito Federal e entorno: a mobilidade e a segregação socioespacial da população. *Revista Brasileira de Estudos de População*, 22(1), 55-88.

Canhoto, C. I. (2010). *Políticas públicas de segurança – novo paradigma*. Dissertação de Mestrado, Secção Autónoma de Ciências Sociais, Jurídicas e Políticas da Universidade de Aveiro, Aveiro, Portugal.

Canter, D., & Larkin, P. (1993). The environmental range of serial rapists. *Journal of Environmental Psychology*, 13(1), 63-69.

Chauí, M. (1995). *Sobre o medo*. In A. Novaes (Coord.), *Os sentidos da paixão* (6ª reimp., pp. 35-75). São Paulo: Companhia das Letras

Clarke, R. V. G., & Cornish, D. B. (1985). Modeling offenders' decisions: A framework for research and policy. *Crime and justice*, 6, 147-185.

- Clarke, R. V. G. (Ed.). (1997). *Situational crime prevention* (pp. 225-256). Monsey, NY: Criminal Justice Press.
- Costa, I. S. D. (2017). *Prevenção criminal pelo design do ambiente (CPTED) e o medo do crime: teoria, mensuração, efeitos e aplicações*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações da Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil.
- Costa, R. E., & de Medeiros, A. K. (2019). Cooperação e Intersetorialidade na Política sobre substâncias no Brasil. *Revista de Administração, Sociedade e Inovação*, 5(1), 21-40.
- Cozens, P. M. (2008). New urbanism, crime and the suburbs: A review of the evidence. *Urban Policy and Research*, 26(4), 429-444.
- Cozens, P., e Love, T. (2015). A review and current status of crime prevention through environmental design (CPTED). *Journal of Planning Literature*, 30(4), 393-412.
- Crowe, T. (2000). *Crime prevention through environmental design*. Butterworth-Heinemann.
- de Melo, S. N., & Matias, L. F. (2016). Geografia do Crime e da Violência no Brasil entre 2007 a 2015. *Revista da ANPEGE*, 12(19), 146-165.
- Delumeau, J. (1989). *História do medo no Ocidente: 1300-1800*. São Paulo: Companhia das Letras
- DeVault, A., Miller, M. K., & Griffin, T. (2016). Crime control theater: Past, present, and future. *Psychology, Public Policy, and Law*, 22, 341-348.
- Donovan, G. H., & Prestemon, J. P. (2012). The effect of trees on crime in Portland, Oregon. *Environment and Behavior*, 44(1), 3-30.
- Erwing, R (2001). *Pedestrian and transit-friendly design: a primer for smart growth*. Department of Transportation, American Planning Association. Washington: Flórida

- Erwing, R. & Cervero, R. (2010) Travel and the built environment: a meta-analysis. *Journal of the American Planning Association*, 3(76), 87 -114. doi: 0.1080/0194436100376766.
- Fávero, L. P., & Fávero, P. (2017). *Análise de Dados: Técnicas multivariadas exploratórias com SPSS e Stata*. São Paulo: Elsevier.
- Felson, M., & Clarke, R. V. G. (1998). *Opportunity makes the thief. Police Research Series*. London: Home Office.
- Fennelly, LJ, & Crowe, T. (2013). *Prevenção do crime através do design ambiental*. São Paulo: Elsevier.
- Ferreira, E. C. D. S. M., & Barreiros, L. (2013). *Segurança e prevenção da criminalidade em espaços públicos*. Tese de Doutorado, Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, Portugal.
- Field, A. (2009). *Descobrendo a estatística usando o SPSS-2*. São Paulo: Bookman Editora.
- Fischer, G. (1994.). *Psicologia social do ambiente*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Frank, L., Sallis, J. F., Saelens, B.E., Leary, L.L., Cain, K., Conway, T.L. & Hess, P.M. (2010). The development of a walkability index: application to the Neighborhood Quality of Life Study. *British journal of sports medicine*, 44(13), p. 924-933. doi: 10.1136/bjism.2009.058701
- Gabriel, U. & Greve, W. (2003). The psychology of fear of crime. Conceptual and methodological perspectives. *British Journal of Criminology*, 43(3), 600-614.
- Gainey, R., Alper, M., & Chappell, A. T. (2011). Fear of crime revisited: Examining the direct and indirect effects of disorder, risk perception, and social capital. *American Journal of Criminal Justice*, 36(2), 120-137.
- Gehl, J. (2013). *Cidades para pessoas*. São Paulo: Editora Perspectiva.

Ghidini, R. (2010). *A Caminhabilidade: Medida Urbana Sustentável*. Retirado de:

<http://www.mobilize.org.br/midias/pesquisas/a-caminhabilidade-medida-urbana-sustentavel.pdf>. Acesso em 08/07/2019.

Globo. (2019). *Brasil tem queda de 22% no número de mortes violentas no 1º semestre, revela*

Monitor da Violência. Retirado de:

<https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2019/09/01/brasil-tem-queda-de-22percent-n-o-numero-de-mortes-violentas-no-1o-semester-revela-monitor-da-violencia.ghtml>. Acesso em: 02/11/2019.

Gondim, M. F. (2014). *A travessia no tempo: homens e veículos, da mitologia aos tempos*

modernos. Brasília: Editora da Universidade de Brasília.

Governo do Distrito Federal. Coordenação de Planejamento (CODEPLAN). (2015). Pesquisa

Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD). Retirado de:

<http://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/PDAD-Distrito-Federal-1.pdf>. Acesso em 28/06/2019.

Governo federal. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). (2019). Atlas da violência

2019. Retirado de:

http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34784&Itemid=432. Acesso em 17/11/2019.

Goulart, F. D. M. (2017). *Contribuição da arborização urbana para a mobilidade ativa*.

Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações da Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil.

Greve, W., Leipold, B. & Kappes, C. (2017). Fear of crime in old age: A sample case of resilience?

The Journals of Gerontology Series B: Psychological Sciences and Social Sciences, 72(1).

doi: 10.1093/geronb/gbw169.

Grillo, H. S., & Ziegelmann, P. K. (2017). Perfil dos participantes em crimes de violência

doméstica, no Rio Grande do Sul (Lei no 11.340-Lei Maria da Penha). *Anais: VIII*

Semanística. Porto Alegre, RS, Brasil.

Guimarães, V. O. S. (2014). A desconstrução da representatividade social do pobre no contexto do

acúmulo de capital e da desigualdade social a partir de Goiânia. *Scientific Multidisciplinary*

Journal, 1(1), 71-85.

Günther, H., Elali, G. A., & Pinheiro, J. Q. (2008). A abordagem multimétodos em estudos

pessoa-ambiente: características, definições e implicações. *Métodos de pesquisa nos estudos*

pessoa-ambiente, 1, 369-380.

Hair, J. F., Black, W. C., Babin, B. J., Anderson, R. E., & Tatham, R. L. (2009). *Análise*

multivariada de dados. São Paulo: Bookman Editora.

Hall, M. R. (2009). Toward a Society Under Law: Citizens and Their Police in Latin America.

Journal of Global South Studies, 26(2), 311.

Halle, D. (1996). *Inside culture: Art and class in the American home*. Chicago: University of

Chicago Press.

Heitor, T. V. (2007). Insegurança em meio urbano: o espaço na mediação de oportunidades

delituosas. *Psicologia*, 21(2), 31-44.

Hindess, B. (1984). Rational choice theory and the analysis of political action. *International*

Journal of Human Resource Management, 13(3), 256-277.

Hoehner, C. M., Brennan, L. K., Brownson, R. C., Handy, S. L., & Killingsworth, R. (2003).

Opportunities for integrating public health and urban planning approaches to promote active community environments. *American Journal of Health Promotion*, 18(1), 14-20.

Hutcheson, G. D., & Sofroniou, N. (1999). *The multivariate social scientist: Introductory statistics using generalized linear models*. Beverly Hills, CA: Sage Publications.

Governo Federal. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2010). *Censo 2010*.

Retirado de: www.ibge.gov.br/censo2010. Acesso em 08/06/2019.

Izumino, W. P., & Neme, C. (2002). Violência urbana e graves violações de direitos humanos.

Ciência e Cultura, 54(1), 47-49.

Jackson, J., & Gouseti, I. (2014). Fear of Crime and the Psychology of Risk. *Encyclopedia of criminology and criminal justice*, 1594-1603.

Jacobs, J. (1961). *The Death and Life of Great American Cities*. Nova Iorque: Vintage Books.

Jacobs, J. (2000). *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes.

Jeffery, C. R. (1977). *Crime prevention through environmental design* (p. 224). Beverly Hills, CA: Sage Publications.

Jensen, O.B. (2013). *Staging mobilities*. Abingdon: Routledge.

Jones, T., Günther, H., Brownill, S., Keivani, R., d'Orsi, E., Spencer, B., Vargas, J. C. & Watson, R. (2019). Brasil/Reino Unido Mobilidade Urbana Saudável: Resumo dos principais resultados e recomendações. Brasília, DF: Universidade de Brasília

Kaiser, H. F. (1970). A second generation little jiffy. *Psychometrika*, 35(4), 401-415.

- Kinney, J. B., Brantingham, P. L., Wuschke, K., Kirk, M. G., & Brantingham, P. J. (2008). Crime attractors, generators and detractors: Land use and urban crime opportunities. *Built Environment*, 34(1), 62-74.
- Koury, M. G. P. (2002). Medos corriqueiros: em busca de uma aproximação metodológica. *Cronos*, 2(1), 131-37.
- Koury, M. G. P. (2008). *De que João Pessoa tem medo? Uma abordagem em antropologia das emoções*. João Pessoa: Editora Universitária.
- Kume, L. (2004). Uma estimativa dos determinantes da taxa de criminalidade brasileira: uma aplicação em painel dinâmico. *Anais do XXIII Encontro Nacional de Economia*. ANPEC, João Pessoa, PB, Brasil. Retirado de: <https://core.ac.uk/download/pdf/6357814>.
- Lawton, M. P. (1991). *A multidimensional view of quality of life in frail elders*. In J. E. Birren, J. E. Lubben, J. C. Rowe, & D. E. Deutchman (Eds.). *The concept and measurement of quality of life in the frail elderly* (pp. 3-27), New York: Academic Press.
- Lewin, K. (1951). *Field theory in social science*. New York: Harper.
- Lira, P. (2017). *Geografia do crime e arquitetura do medo: uma análise dialética da criminalidade violenta e das instâncias urbanas*. Rio de Janeiro: Letra Capital Editora LTDA.
- Loewenstein, G. F., Weber, E. U., Hsee, C. K., & Welch, N. (2001). Risk as feelings. *Psychological bulletin*, 127(2), 267.
- Lorenc, T., Clayton, S., Neary, D., Whitehead, M., Petticrew, M., Thomson, H., & Renton, A. (2012). Crime, fear of crime, environment, and mental health and wellbeing: mapping review of theories and causal pathways. *Health & Place*, 18(4), 757-765.

- Loukaitou-Sideris, A., & Eck, J. E. (2007). Crime prevention and active living. *American Journal of Health Promotion*, 21(4), 380-389.
- Machado, P. (2006). Insegurança urbana: questões de proximidade e distanciamento ao problema social. Retirado de:
https://aps.pt/wp-content/uploads/2017/08/ensaio_ENS476efa56bc024.pdf. Acesso em: 13/11/2019
- Machado, P. (2008). Abordagem sócio-ecológica do comportamento anti-social em meio urbano. *Mundos sociais: saberes e práticas*. 6, 106-113.
- Macmillan A., Connor J., Witten K., Kearns R., Rees D. & Woodward A. (2014). The societal costs and benefits of commuter bicycling: simulating the effects of specific policies using system dynamics modeling. *Environment Health Perspect* 122 pp. 335–344; doi: 10.1289/ehp.1307250
- Magalhães, M.T.Q., Rios, M. F. & Yamashita, Y. (2004). Identificação de Padrões de Posicionamento Determinantes do Comportamento dos Pedestres. *Anais do XVIII Congresso de Pesquisa e Ensino em Transporte*, Florianópolis, SC, Brasil pp. 999 – 1010.
- Malavasi L. M., Duarte M. F. S., Both J., & Reis, R. S. (2007). Escala de Mobilidade Ativa no Ambiente Comunitário News Brasil: retradução e reprodutibilidade. *Revista Brasileira de Cineantropometria e Desempenho Humano*, 9(4), pp. 339–350 ISSN: 1415-8426
- Matsunaga, L. H. (2016). Prevenção criminal por meio da análise do ambiente físico e social. *Revista Ciência & Polícia*, 4(2), 1-12.

- McCrea, R., Shyy, T. K., Western, J., & Stimson, R. J. (2005). Fear of crime in Brisbane: Individual, social and neighbourhood factors in perspective. *Journal of Sociology*, 41(1), 7-27.
- Milgram, S. (1970). The experience of living in cities. *Science*, 167(3924), 1461-1468.
- Moore, M. H., & Trojanowicz, R. C. (1988). *Policing and the fear of crime* (No. 3). Washington, DC: U.S. Department of Justice, National Institute of Justice.
- Moser, J. S., Huppert, J. D., Foa, E. B., & Simons, R. F. (2012). Interpretation of ambiguous social scenarios in social phobia and depression: evidence from event-related brain potentials. *Biological Psychology*, 89(2), 387-397.
- Motomura, M., Fernandes, D. Zanon, E. & Kanashiro, M. (2017). Walkability Index como Subsídio Analítico nos Planos de Mobilidade Urbana Sustentável. *Anais do XVII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional*. São Paulo, SP, Brasil.
- Newman, O. (1996). *Creating defensible space*. Nova Jersey: Rutgers University Press.
- Neto, I. L. (2014). *Determinantes psicossociais do uso do transporte público: Um estudo comparativo entre o Distrito Federal (Brasil) e a região de Hampton Roads-VA (Estados Unidos)*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações da Universidade de Brasília, Brasília.
- Netto, V. M. (2013). A urbanidade como devir do urbano. *EURE (Santiago)*, 39(118), 233-263.
- Ojima, R., Marandola Jr, E., Pereira, R. H. M., & da Silva, R. B. (2010). O estigma de morar longe da cidade: Repensando o consenso sobre as "cidades-dormitório" no Brasil. *Cadernos Metr pole*, 12(24), 395-415.

- Oliveira, M. R. D. (2002). *Se correr o bicho pega, se ficar o bicho come: estudo antropológico de trajetórias sociais e itinerários urbanos sob o prisma da cultura do medo entre mulheres/mães moradoras do bairro "Matadouro", Itajai/SC*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.
- Pacheco, J. B. (2015). O Conceito Geográfico de Bairro: uma aplicação à questão do Sítio Campinas/Basa e da Ilhinha. *Revista de Políticas Públicas*, 5(1.2), 90-104.
- Paviani, A. (1987). *Urbanização e metropolização: a gestão dos conflitos em Brasília*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Paviani, A. (1999). *Brasília-administração urbana: conflitos e cidadania*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Pereira, A. L. (2014). A sensação de insegurança racializada. *identidade!*, 19(1), 12-22.
- Pikora, T., Giles-Corti, B., Bull, F., Jamrozik, K., & Donovan, R. (2003). Developing a framework for assessment of the environmental determinants of walking and cycling. *Social science & medicine*, 56(8), 1693-1703.
- Pimentel, C. E., Gunther, H., & Black, P. U. V. (2017). Acessando o medo do crime: Um survey por meio da internet. *Psicologia Argumento*, 30(69).
- Pinto, A. R. A. S. S. (2011). *Compromisso Organizacional: A validade da sua medida*. Dissertação de Mestrado, Escola de Psicologia da Universidade do Minho, Braga, Portugal.
- Proshansky, H. M., Fabian, A. K., & Kaminoff, R. (1983). Place identity: Physical world socialization of the self. *Journal of Environmental Psychology*, 3, 57-83.

Rodrigues, W. (1992). Urbanidade e novos estilos de vida. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 12, 91-107.

Rodrigues, C. D., & de Oliveira, V. C. (2012). Medo de crime, integração social e desordem: uma análise da sensação de insegurança e do risco percebido na capital de minas gerais. *Revista Teoria & Sociedade*, 20, 156-184.

Saelens, B., & Sallis, J. (2002). Neighborhood Environment Walkability Survey (NEWS) & Neighborhood Environment Walkability Survey–Abbreviated (NEWS-A). *Active Living Research*.

Saelens, B. E.; Sallis, J. F., & Frank, L. D. (2003). Environmental correlates of walking and cycling: findings from the transportation, urban design, and planning literature. *Annual Behavior Medicine*, 25, 80-91.

Santos, M. M. A. (2019). A política de guerra Às substâncias e o encarceramento no Brasil: Trabalhadores do Tráfico. *Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social*. Vitória, ES, Brasil, pp. 1-18. Retirado de:
<http://www.periodicos.ufes.br/?journal=abepss&page=index>

Seller, M., Gafni, N., & Hanani, P. (2005). *Constructing, adapting, and validating admissions tests in multiple languages: The Israeli case*. Em R. K. Hambleton, P. F. Merenda, & C. D. Spielberger (Eds.), *Adapting educational and psychological tests for cross-cultural assessment* (pp. 3–38). Mahwah: Erlbaum.

Siebert, C., & Lorenzini, L. (1998). Caminhabilidade: uma proposta de aferição científica. *Dynamis Revista Tecno-Científica*, 6(23), 89-106.

- Silva, B. F. A., & Beato Filho, C. C. (2013). Ecologia social do medo: avaliando a associação entre contexto de bairro e medo de crime. *Revista Brasileira de Estudos de População*, 30, S155-S170.
- Silva, C. S. P., Grigio, A. M., & Pimenta, M. R. C. (2016). Levantamento e espacialização da criminalidade urbana do município de Mossoró-RN. *HOLOS*, 3, 352-362.
- Silva, C. M., Matsunaga, L. H., Günther, H., & Neto, I. L. (2017). A cidade convida para caminhar? Um estudo sobre a percepção de caminhabilidade no Distrito Federal. *Anais da XXXI Reunião Anual da Associação Nacional de Pesquisa e Ensino em Transportes (ANPET)*, Recife, PE, Brasil pp. 2463-2474. Retirado de:
<http://146.164.5.73:30080/tempsite/anais/completos/modelos-e-tecnicas-de-planejamento-de-transportes.pdf>.
- Skogan, W. G. (1990). *Disorder and decline: Crime and the spiral of decay in American cities*. Nova Iorque: Free Press.
- Southworth, M. (2005). Designing the walkable city. *Journal of urban planning and development*, 131(4), 246-257.
- Staats, H., Harland, P., & Wilke, H. A. (2004). Effecting durable change: A team approach to improve environmental behavior in the household. *Environment and behavior*, 36(3), 341-367.
- Strelan, P., & Boeckmann, R. J. (2006). Why drug testing in elite sport does not work: Perceptual deterrence theory and the role of personal moral beliefs. *Journal of applied social psychology*, 36(12), 2909-2934.
- Teixeira, N.S., Lourenço, N., & Piçarra, N. (2006). Estudo para a Reforma do Modelo de Organização do Sistema de Segurança Interna. *Relatório Preliminar*. Lisboa: Instituto

Português de Relações Internacionais - Universidade Nova de Lisboa. Retirado de:

http://reformassi.mai.gov.info/wp-content/uploads/2007/03/estudo_preliminar.pdf

- Tu, J. V., Chu, A., Donovan, L. R., Ko, D. T., Booth, G. L., Tu, K., & Kapral, M. K. (2015). The Cardiovascular Health in Ambulatory Care Research Team (CANHEART) using big data to measure and improve cardiovascular health and healthcare services. *Circulation: Cardiovascular Quality and Outcomes*, 8(2), 204-212.
- Vieira, A., & Amaral, G. A. (2013). A arte de ser beija-flor na tripla jornada de trabalho da mulher. *Saúde e Sociedade*, 22(2), 403-414.
- Vivan, M., & Saboya, R. T. (2012). Arquitetura, espaço urbano e criminalidade: relações entre espaço construído e segurança com foco na visibilidade. *Anais do II Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo*. Natal, RN, Brasil.
- Walker, J. (Ed.). (2017). *Social, ecological and environmental theories of crime*. New York: Routledge.
- Wanous, J. P., Reichers, A. E., & Hudy, M. J. (1997). Overall job satisfaction: how good are single-item measures? *Journal of Applied Psychology*, 82(2), 247.
- West, C. P., Dyrbye, L. N., Satele, D. V., Sloan, J. A., & Shanafelt, T. D. (2012). Concurrent validity of single-item measures of emotional exhaustion and depersonalization in burnout assessment. *Journal of General Internal Medicine*, 27(11), 1445-1452.
- Wilson, J. Q., & Kelling, G. L. (1982). Broken windows. *Atlantic Monthly*, 249(3), 29-38.
- Wolfe, S. E., Higgins, G. E. & Marcum, CD (2008). Dissuasão e pirataria digital: um exame preliminar do papel dos vírus. *Social Science Computer Review*, 26 (3), 317-333.

Zhang, Y. & Wildemuth, B. M. (2009). *Applications of social research methods to questions in information and library science*. Westport, CT: Libraries Unlimited.

Anexo I - Descrição da Amostra do Estudo 1 por vizinhança

Vizinhança	Vila Planalto		SQS 409/410		Varjão	
Variável	N(%)	Média (DP)	N(%)	Média (DP)	N(%)	Média (DP)
Participantes	349 (31,5%)		327 (29,5%)		431 (39%)	
Sexo						
Feminino	199 (57%)		209 (64%)		297 (69%)	
Masculino	150 (43%)		118 (36%)		134 (31%)	
Idade		43,6 (16,4)		46,1 (17,1)		36,7 (13,5)
Renda Mensal		R\$3.350 (R\$4.829)		R\$6.056 (R\$5.118)		R\$1570 (R\$1348)
Escolaridade Anos de Estudo		12,9 (5,4)		15,1 (5,2)		10,4 (4,1)
Fund. Incomp.	57 (16,3%)		10 (3,1%)		118 (27,4%)	
Fund. Comp.	20 (5,7%)		19 (5,9%)		62 (14,4%)	
Médio Comp.	143 (41%)		125 (38,5%)		202 (46,9%)	
Superior Comp.	89 (25,5%)		167 (51,4%)		39 (9%)	
Raça						
Branca	99 (28,4%)		150 (46,2%)		77 (17,9%)	
Parda	166 (47,6%)		116 (35,7%)		216 (50,1%)	
Negra	65 (18,6%)		30 (9,2%)		109 (25,3%)	
Amarela	6 (1,7%)		12 (3,7%)		15 (3,5%)	

Indígena	6 (1,7%)	5 (1,5%)	5 (1,2%)
Estado Civil			
Casado	174 (49,9%)	141 (43,4%)	221 (51,3%)
Solteiro	119 (34,1%)	116 (35,7%)	159 (36,9%)
Outros	48 (13,8%)	67 (20,6%)	45 (10,5%)

Nota 1: As porcentagens dos itens podem não somar 100% devida à falta de resposta.

Anexo II - Instrumento utilizado


**INSTRUMENTO PARA COLETA DE DADOS DA PESQUISA
MOBILIDADE URBANA SAUDÁVEL - BRASIL**
1. APRESENTAÇÃO

Início da entrevista: ___ h ___ min	Nome do entrevistador:
Data da entrevista: ___/___/___	Número de identificador da entrevista:
<p>Meu nome é <...>. Sou entrevistador da <NOME DA UNIVERSIDADE> e conforme combinamos com o(a) Sr.(a) estou aqui para realizarmos a entrevista sobre “mobilidade urbana saudável de adultos e idosos de três cidades brasileiras (Brasília, Florianópolis e Porto Alegre) e uma cidade do Reino Unido (Oxford)”. Sua participação é muito importante, pois poderemos verificar como está sua condição de saúde e relacionando-a à mobilidade urbana da sua cidade.</p> <p style="text-align: center;"><i>Caso o(a) entrevistado(a) tenha concordado ou tenha ficado na dúvida continue:</i></p> <p>Gostaríamos de lhe fazer algumas perguntas sobre a sua saúde e também tomar algumas medidas como, por exemplo, sua altura e peso. Este questionário não possui respostas certas ou erradas. As informações dadas pelo(a) Sr.(a) não serão divulgadas nem as respostas que o(a) Sr.(a) nos der. Peço que durante esta entrevista o(a) Sr.(a) não tome café, chimarrão, chá ou qualquer outro alimento que possa influenciar na sua pressão arterial, pois iremos verificá-la.</p> <p>Desde já agradeço a sua disponibilidade. Este é o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), no qual o(a) Sr.(a) concorda em participar da pesquisa, fique à vontade para fazer a leitura e, se assim desejar, assinar. Uma cópia ficará com o(a) Sr.(a).</p>	

2. BLOCO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARTICIPANTE

(ESTE BLOCO DEVERÁ SER RESPONDIDO POR TODOS OS PARTICIPANTES)

Gostaríamos de iniciar esta entrevista, lhe fazendo algumas perguntas pessoais. O objetivo é fazermos a sua identificação como participante da pesquisa (solicitar ao entrevistado o documento de identidade).	
Nome do entrevistado	_____
Data de Nascimento	___/___/___
Idade do entrevistado	_____ anos
Sexo do(a) entrevistado(a):	(1) Masculino (2) Feminino
Nome da mãe:	_____
CPF	_____
Local de nascimento:	_____
Endereço completo	_____
Logradouro:	_____
Número:	_____
Complemento:	_____
Bairro:	_____
CEP:	_____ - _____
Telefone residencial (fixo)	_____
Celular do entrevistado	_____
Telefone trabalho	_____
Celular de outro membro da família:	_____
(Nome: _____)	
Telefone de um parente/amigo próximo	_____
(Nome: _____)	
Ponto de referência do domicílio	_____
E-mail:	_____
Rede Social:	_____
Nome do Perfil na rede social:	_____

<p>DOMÍNIO SEGURANÇA DA VIZINHANÇA Agora vamos falar sobre a segurança perto de sua casa.</p>
<p>51. As ruas da sua vizinhança são bem iluminadas à noite? (0) Discordo totalmente (1) Discordo em parte (2) Concordo em parte (3) Concordo totalmente (8888) Não sabe (9999) Não quer informar</p>
<p>52. Pedestres e ciclistas que usam as ruas da sua vizinhança são facilmente visualizados pelos moradores de dentro das suas casas? (0) Discordo totalmente (1) Discordo em parte (2) Concordo em parte (3) Concordo totalmente (8888) Não sabe (9999) Não quer informar</p>
<p>53. Quando caminha pela sua vizinhança, o(a) Sr.(a) vê e conversa com outras pessoas? (0) Discordo totalmente (1) Discordo em parte (2) Concordo em parte (3) Concordo totalmente (8888) Não sabe (9999) Não quer informar</p>
<p>54. Existe muita criminalidade na sua vizinhança? (0) Discordo totalmente (1) Discordo em parte (2) Concordo em parte (3) Concordo totalmente (8888) Não sabe (9999) Não quer informar</p>
<p>55. A criminalidade faz com que não seja seguro caminhar durante o dia na sua vizinhança? (0) Discordo totalmente (1) Discordo em parte (2) Concordo em parte (3) Concordo totalmente (8888) Não sabe (9999) Não quer informar</p>
<p>56. A criminalidade faz com que não seja seguro caminhar durante a noite na sua vizinhança? (0) Discordo totalmente (1) Discordo em parte (2) Concordo em parte (3) Concordo totalmente (8888) Não sabe (9999) Não quer informar</p>

16. BLOCO DADOS SOCIODEMOGRÁFICOS

(A PRIMEIRA PARTE DESTES BLOCOS DEVERÁ SER RESPONDIDA POR TODOS OS PARTICIPANTES)

Agora vou fazer algumas perguntas sobre sua vida/características pessoais.
<p>355. Neste momento o(a) Sr.(a) está? (1) Casado(a)/ com companheiro(a) (2) Solteiro(a) (3) Divorciado(a)/separado(a) (4) Viúvo(a) (9999) Não quer informar</p>
<p>356. O(a) Sr.(a) considera que sua cor da pele, raça ou etnia é: (1) Branca (2) Parda (3) Negra ou preta (4) Amarela (5) Indígena (8888) Não sabe (9999) Não quer informar</p>
Agora vou fazer algumas perguntas sobre sua vida financeira.
<p>366. Em relação à sua vida financeira, o(a) Sr.(a) tem algum tipo de renda? (0) Não (1) Sim (9999) Não quer informar</p>
<p>367. O(a) Sr.(a) tem algum trabalho remunerado atualmente? (0) Não (1) Sim (9999) Não quer informar</p>
<p>368. Recebe aposentadoria? (0) Não (1) Sim (9999) Não quer informar</p>
<p>369. Recebe pensão? (0) Não (1) Sim (9999) Não quer informar</p>
<p>370. Recebe ALGUMA outra renda? (0) Não (1) Sim (8888) Não sabe (9999) Não quer informar</p>

<p>371. Considerando todas as SUAS fontes de renda, quanto o(a) Sr.(a) recebeu no último mês? R\$ _____,00 (8888) Não sabe (9999) Não quer informar</p>
<p>372. Quantas pessoas dependem dessa renda, incluindo o(a) Sr.(a)? (1) Só eu (2) 2 (3) 3 (4) 4 (5) 5 ou mais (8888) Não sabe (9999) Não quer informar</p>
<p>373. No último mês, quanto receberam EM REAIS as OUTRAS pessoas que moram na casa? (lembrar que inclui salários, pensões, mesadas, alugueis, bolsas, etc). Renda1 _____ Renda2 _____ Renda3 _____ Renda4 _____ Renda5 _____ Renda6 _____ Renda7 _____ Renda8 _____ Renda9 _____ (7777) Não se aplica (9999) Não sabe (9999) Não quer informar</p>

<p>Agora antes de encerrar a entrevista eu gostaria de perguntar se:</p>
<p>374. O (a) Sr.(a) aceitaria participar de uma nova etapa do estudo, na qual durante o período de um dia o (a) Sr.(a) será acompanhado por um pesquisador com a finalidade de observar as suas experiências de mobilidade? Nesta etapa além do acompanhamento, o(a) Sr.(a) será convidado a responder um novo questionário e a usar por um dia uma câmera filmadora para o registro de seus deslocamentos. (0) Não (1) Sim</p>

<p>375. Nesse item o entrevistador deve registrar a sua percepção pessoal, relatando se o participante tem um perfil de fato receptivo para participar da pesquisa qualitativa. (0) Não (1) Sim</p>
--

TERMINEI A ENTREVISTA, AGRADEÇO A SUA PARTICIPAÇÃO, COLABORAÇÃO E PACIÊNCIA. O NOSSO TRABALHO É SUPERVISIONADO PELA UNIVERSIDADE, ASSIM, PODE SER QUE OUTRO PESQUISADOR ENTRE EM CONTATO COM O(A) SR.(A) PARA CONFIRMAR APENAS ALGUNS DADOS. MUITO OBRIGADO(A)!

Término da entrevista: ____ h ____ min

Anexo III - Carta aos moradores



Brasília, Setembro de 2017.

Prezado(a) morador(a),

O(A) senhor(a) foi escolhido(a) para participar de uma pesquisa em âmbito internacional intitulada Mobilidade Urbana Saudável realizada pela Universidade de Brasília em parceria com a Oxford Brookes University, Universidade Federal de Santa Catarina e Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Esta pesquisa pretende investigar a qualidade de vida em sua vizinhança e as características que afetam a sua mobilidade e saúde.

Entre os meses de Setembro de 2017 a Fevereiro de 2018, o senhor(a) receberá a visita de um pesquisador treinado pela Universidade de Brasília que deverá estar uniformizado com crachá, colete e bolsa conforme ilustração abaixo. O(A) senhor(a) será convidado a responder um formulário de questões relacionadas a bem-estar, mobilidade urbana e saúde, bem como fornecer medidas de peso, pressão e altura.

Agradecemos a sua colaboração com nossa pesquisa e nos colocamos à disposição para eventuais dúvidas.



Atenciosamente,

Laboratório de Psicologia Ambiental

Alguma dúvida? Entre em contato pelo telefone (61) 3107-6919 de segunda a sexta no horário de 10:00h às 16:00h ou através do e-mail: mobilidade.urbana.saudavel.df@gmail.com.

Site: www.hum-mus.org.

POR FAVOR! Guarde esta carta em um local em que todos os residentes de sua casa tenham acesso até a visita do pesquisador.



Anexo IV -Termo de consentimento livre e esclarecido



Universidade de Brasília

Instituto de Psicologia – IP
Laboratório de Psicologia Ambiental***Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE***

Convidamos o(a) Senhor(a) a participar do projeto de pesquisa Mobilidade Urbana Saudável – Brasil-Reino Unido, sob a responsabilidade do pesquisador Hartmut Günther. O projeto envolve alunos de Iniciação Científica, Mestrado e Doutorado e foi financiado pela Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal – FAP-DF.

O objetivo desta pesquisa é compreender o impacto da (im)mobilidade pessoal na saúde e bem-estar individual e comunitário em diferentes bairros do Brasil e do Reino Unido.

O(a) senhor(a) receberá todos os esclarecimentos necessários antes e no decorrer da pesquisa e lhe asseguramos que seu nome não aparecerá, sendo mantido o mais rigoroso sigilo pela omissão total de quaisquer informações que permitam identificá-lo(a).

A sua participação se dará por meio de entrevistas a serem realizadas em seu domicílio em data e horário a serem combinados, conforme sua disponibilidade, com um tempo estimado de 1 (uma) hora para sua realização. Também serão verificadas as seguintes medidas: pressão arterial, peso, altura e cintura que não causarão problemas à sua saúde. Para isso será necessário aproximadamente uma hora.

Alguns participantes, mas não todos, serão convidados a participar de uma segunda etapa da pesquisa, que consistirá na realização de entrevista domiciliar que será áudio gravada, para coleta do depoimento da sua história de mobilidade ao longo da vida e que caracterizará o seu estilo de vida: mudanças de residência, emprego, educação e aspectos familiares. Nesta segunda etapa, realizada com um número reduzido de participantes, também iremos realizar uma observação direta do seu trajeto de viagem pela cidade e comportamento/modo de viagem utilizado (carro, moto, ônibus, taxi, a pé, bicicleta, etc). Em um dia comum que agendaremos com o (a) senhor (a), num trajeto de sua escolha, registraremos seu deslocamento através de uma câmera filmadora e de sensores de aceleração. O (a) senhor (a) será acompanhado (a) por um pesquisador treinado que vai lhe seguir e escrever um diário sobre sua experiência de mobilidade urbana, podendo esclarecer dúvidas e lhe auxiliar durante seu trajeto. A duração desta etapa da pesquisa dependerá do tempo demandado para ir e retornar à sua residência num trajeto diário comum para o (a) sr (a).

Os riscos decorrentes de sua participação na pesquisa são mínimos, tais como uma maior sensibilidade e percepção quanto às questões de mobilidade existentes no seu bairro ou um desconforto por estar sendo filmado ou por ter o equipamento em seu corpo, medindo sua aceleração. □Nesse caso, fica assegurado o seu direito de retirar-se da pesquisa em qualquer momento e por qualquer motivo ou, ainda, de retirar os equipamentos utilizados na pesquisa. Se você aceitar participar, estará contribuindo para conhecer a mobilidade urbana e os comportamentos/modos de viagem das pessoas pela cidade, associando às reais condições de saúde dos moradores de Brasília. O estudo poderá explorar o potencial de planejamento de

mobilidade participativo com as comunidades locais para apoiar e desenvolver soluções para mobilidade urbana saudável no município.

O(a) Senhor(a) pode se recusar a responder (ou participar de qualquer procedimento) qualquer questão que lhe traga constrangimento, podendo desistir de participar da pesquisa em qualquer momento sem nenhum prejuízo para o(a) senhor(a). Sua participação é voluntária, isto é, não há pagamento por sua colaboração.

O(a) Senhor(a) não terá despesas relacionadas ao projeto de pesquisa.

Caso haja algum dano direto ou indireto decorrente de sua participação na pesquisa, você poderá ser indenizado, obedecendo-se as disposições legais vigentes no Brasil.

Os resultados da pesquisa serão divulgados na Universidade de Brasília podendo ser publicados posteriormente, sem que haja a divulgação de informações referentes aos participantes. Os dados e materiais serão utilizados somente para esta pesquisa e ficarão sob a guarda do pesquisador por um período de cinco anos, após isso serão destruídos.

Se o(a) Senhor(a) tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, por favor telefone para: Hartmut Günther, na Universidade de Brasília, nos telefones (61)3107-6919 ou (61)99221-7043, disponível inclusive para ligação a cobrar. O pesquisador também poderá ser contatado via e-mail hartmutgunther@me.com.

Este projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Ciências da Saúde (CEP/FS) da Universidade de Brasília. O CEP é composto por profissionais de diferentes áreas cuja função é defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. As dúvidas com relação à assinatura do TCLE ou os direitos do participante da pesquisa podem ser esclarecidas pelo telefone (61) 3107-1947 ou do e-mail cepfs@unb.br ou cepfsunb@gmail.com, horário de atendimento de 10:00hs às 12:00hs e de 13:30hs às 15:30hs, de segunda a sexta-feira. O CEP/FS se localiza na Faculdade de Ciências da Saúde, Campus Universitário Darcy Ribeiro, Universidade de Brasília, Asa Norte.

Caso concorde em participar, pedimos que assine este documento que foi elaborado em duas vias, uma ficará com o pesquisador responsável e a outra com o Senhor(a).

Nome / assinatura

Pesquisador Responsável
Nome e assinatura

Brasília, ____ de _____ de _____.

Anexo V - Verbalizações dos entrevistados no Estudo 2

Nome	Bairro	Verbalizações	Categoria
Marina	Varjão	Aqui tá bom, o problema é ali no fundo. Eu sozinha eu não passo não. Porque tem dia que a polícia fica dois aqui, dois no meio e dois na saída. Se não fosse essa molecada que fica aqui em baixo da passarela eu acho que ia ser bem melhor né?	Percepção de um local inseguro
		Sem contar que aqui é favorável, e tem dia que tá terrível. Porque os moleques, que é morador de rua, porque aqui já teve muito assalto, que passou na televisão. Graças a Deus eu nunca fui.	Pessoas em situação de rua
		Aqui eu presto atenção em tudo né? Porque a gente não pode andar despreocupada dentro de Brasília né? Aí fazer que o ditado. Dois olhos na frente e um atrás, pra ver o que que tá acontecendo né?	Percepção de um local inseguro
		Esse posto policial foi uma benção pra nós. Porque aqui tinha muito malandro, sabe? Tinha vez que a gente quando deitava pra dormir, era uns tiroteio esquisitos, agora acabou.	Percepção de um local seguro
Penélope	Vila Planalto	Aqui é super tranquilo, você não vê assaltante na rua, você não vê pedinte na rua, exceto que tem fim de semana que no fim de semana tá cheio de pedinte, mas temos os líderes comunitários que sempre tentam ajudar eles. Aqui é uma grande família, a gente conhece todo mundo.	Percepção de um local seguro
		Aqui a gente escuta, de falar de assalto... fulano entrou na casa de não sei quem... ladrão de galinha, mas eu não me sinto insegura em hipótese alguma.	Medo disposicional
		O que tem de ruim aqui na Vila, que as pessoas falam mas eu não sei, é droga. Mas não me incomoda não. Por isso estou te falando, é o que se falam. Não é algo que eu vejo.	Medo disposicional
Eduarda	Varjão	Ó, a pracinha agora, nesse instante tá vazia, mas no finzinho da tarde... tá cheio de gente fumando droga. Isso me deixa preocupada em questão da criminalidade.	Presença de usuários de substâncias

Nome	Bairro	Verbalizações	Categoria
Judite	Varjão	Eu não acho muito seguro esses caminhos não. A gente tem um pouquinho de segurança porque tem um postinho policial bem aí, não é possível. Mas ultimamente estão pegando as pessoas encostado no posto policial.	Percepção de um local inseguro
		Esse bequinho aqui durante o dia é mais tranquilo, mas a noite não dá pra passar aqui não. E o posto policial é aqui do lado, deveria ser bem seguro né?	Percepção de insegurança a noite
Samira	Vila Planalto	Menina, aqui não tem ladrão não. Eu já dormi várias vezes com a porta aberta, juro! E aí assim, minha bicicleta você vê, ela fica lá pelo lado de fora. Aqui na pracinha, eu fico com a minha filha até meia noite e depois vou pra casa de boa. Você não vê assim, que teve tiroteio, que foi roubado na parada de ônibus.	Percepção de um local seguro
		Nessa semana passada, parece que acharam uma casa, que os policiais invadiram. Parece que foi uma denúncia, que tava com droga. Eu acho que o pessoal veio de fora, alugou uma casa e tava usando pro tráfico né? E isso aí eu fiquei sabendo. Acho que por conta do carnaval eles devem ter trazido pra vender aí, nas festas, nos blocos né?	Medo disposicional
Sandra	Asa Sul	Aqui eu não gosto de passar não porque é meio escuro, eu acho perigoso.	Percepção de insegurança a noite
Margarida	Vila Planalto	Aqui é tranquilo, claro que acontece, tem seus acontecimentos. Ah, não tem ladrão... tem! Deixa a sua porta aberta e passa duas horas na rua pra ver o que que acontece. O malandro vê não tem ninguém, entra. Mas não é assim... você pode deixar o carro do lado de fora, sabe?	Percepção de um local seguro
Hércules	Vila Planalto	Eu tenho mais receio em relação aos carros, mas em relação à segurança assim eu acho tranquilo.	Percepção de um local seguro

Nome	Bairro	Verbalizações	Categoria
Alinne	Asa Sul	Porque no Guará por mais que eu morasse em uma área mais movimentada, mais comercial e tudo. Você já andava assim mais desconfiada, meio com o pé atrás. Porque você ficava sabendo das histórias com mais frequência.	Medo disposicional
		Eu não costumo muito sair durante a noite sozinha, geralmente quando saio é quando estou com meu namorado, de carro.	Percepção de insegurança a noite
		Às vezes eu saio, porque gosto de jogar PokemonGo, então eu gosto de jogar, aqui tem bastante Pokestop eu consigo sair, com o celular na mão jogar, de dia eu fico tranquila.	Percepção de um local seguro
		À noite é mais tenso um pouco porque aqui, principalmente ali, em cima, na 209, tem bastante barzinho, aí como essa vida noturna é um pouco mais agitada, o pessoal fica um pouco mais alterado. Mas de dia é super tranquilo.	Percepção de insegurança a noite
		Agora aqui tem ficado um pouco mais perigoso, minha mãe mesmo disse que outro dia aqui não tem garagem, aí à noite é super difícil de estacionar. E duas semanas atrás minha mãe disse que estavam tentando assaltar o carro que ficava estacionado aqui.	Medo disposicional
		Também tinha os banquinhos que ficavam ali embaixo da árvore, e tiraram porque estava tendo pessoas que ficavam usando maconha e tals e eles ficavam assaltando as pessoas que chegava, a pé.	Medo disposicional
		Mas assim, aqui querendo ou não é mais seguro que o Guará. Eu me sinto mais segura pelo menos. Aqui não, é mais tranquilo.	Percepção de um local seguro
		Também por conta do pessoal que estava tentando assaltar aqui eles trocaram a portaria. Quando eu mudei pra cá era com chave, e agora é com senha.	Medo disposicional

Nome	Bairro	Verbalizações	Categoria
Leon	Vila Planalto	Aqui é muito tranquilo, graças a Deus, até a noite. Meu menino mais novo, de 17 anos é ele que anda mais. Até hoje nunca teve nenhum incidente, nunca teve roubo. Os carros dormem lá do lado de fora, mas nunca teve nada.	Percepção de um local seguro
Lisandra	Asa Sul	E o medo? De ter um bicho aí? Sem contar que é perigoso, porque qualquer um pode se esconder aí no meio do mato. Aqui é mais seguro que muito lugar, mas não tem policiamento, muito difícil passar, de vez em quando passa mas é quando alguém chama eu acho. Sabe? Mas aqui se precisar também chega rápido. De uns tempos pra cá tem uns moleques meio estranhos assim, andando, eu acho que eles estão querendo tomar conta da quadra. é o que eu tenho observado né? Em todo lugar. Ontem pegaram uns meninos ali do (nome de escola particular) ali, pegaram os meninos fumando maconha, eu acho que os meninos só tinham uma bituca e levaram os meninos pros pais pegarem lá. Só pra dar um susto.	Percepção de local inseguro Percepção de um local seguro Presença de usuários de substâncias
Olívia	Vila Planalto	Eu me sinto segura, eu me sinto muito segura aqui sabe? Quando eu fui pra minha cidade eu não me sentia segura lá, não saía de noite igual eu me sinto segura aqui na Vila. Até porque aqui, é um lugar pequeno, todo mundo conhece a gente, o bandido conhece a gente, então ele vê que você é daquele local. Meus filho, eu não me preocupo deles chegarem tarde em casa.	Percepção de um local seguro Percepção de um local seguro
Carvalho	Vila Planalto	Aqui é seguro, mas não é seguro totalmente, porque ali tem uma turminha da esquadrilha da fumaça, mas também se você não mexe com eles, eles não vão mexer com você.	Presença de usuários de substâncias

Nome	Bairro	Verbalizações	Categoria
Cabral	Asa Sul	Eu geralmente não faço esse caminho porque é perigoso andar aqui, especialmente a noite. Algumas pessoas dormem aqui e é uma bagunça. E hoje está de boa.	Percepção de um local inseguro
		Aqui geralmente dormem uns mendigos e eu fico meio, dou uma olhada antes, porque já gritaram comigo. Tem uns que são muito gente boa, mas tem uns que não, eles começam a gritar com você e são agressivos, e esses que ficam aqui geralmente são agressivos.	Pessoas em situação de rua
		Eu acho seguro andar aqui porque eu tenho uma teoria. No Plano a galera que tem grana, não anda, tá? Pra quê que você vai assaltar o cara que está andando, ele provavelmente é fudido. Então não faz sentido, vai ser só assalto de oportunidade se tiver. Então eu acho mais seguro estar assim do que de carro.	Percepção de um local seguro
		A noite eu também ando, quatro da manhã, três da manhã, o problema não é a segurança o problema é se eu to cansado, pede um uber. Então tem a ver com o meu estado.	Percepção de um local seguro
Heleno	Asa Sul	A gente conhece muita gente aqui, porque meu avô morava no bloco do lado, e moramos aqui há muito tempo. Em relação à segurança aqui é tranquilo.	Medo disposicional
		Antigamente essa árvore aqui ficava cheia de seringas, porque era demarcação de gangue, os prédios antes eram todos pichados porque com esse negócio de briga de gangue não sei o que. Mas isso foi uma questão bem anos 90. Depois eu não sei o que aconteceu não.	Percepção de um local seguro
Beto	Vila Planalto	Aqui é tranquilo você pode caminhar aqui de dia, de noite... tem alguns pontos ali que tem uns noiados que tem que ter mais cuidado. Mas as ocorrências aqui são poucas.	Presença de usuários de substâncias

Nome	Bairro	Verbalizações	Categoria
Nina	Asa Sul	Eu gosto de morar aqui, assim, a quadra não é tão boa por causa da segurança né? Porque eu acho que é uma das quadras mais perigosas daqui, não tem garagem, não tem porteiro. Então isso dificulta um pouco. Mas é muito bom morar aqui, eu gosto.	Percepção de um local inseguro
		A gente vê casos aqui direto. De dia roubaram um carro aqui, a menina foi dentro do carro junto, meu pai viu, achou que era eu, porque eu tinha saído pra ir pegar minha irmã. Já teve um cara que roubou um carro de uma senhorinha aqui. Direto acontece.	Medo disposicional
		Geralmente é com carro, mas também tem muita briga, porque tem gangue ali na dez. Aí direto tem briga... essas quadras das quatrocentos por não ter porteiro, não ter garagem, são mais perigosas do que as duzentos, do que as outras.	Medo disposicional
		Quando estou em aula, eu venho pra academia às seis horas da manhã, então quando tá escuro, por causa do horário de verão, normalmente eu venho de carro, porque mesmo sendo perto, eu tenho medo de ir sozinha né? E também de chegar de madrugada ali também é perigoso, eu sempre dou uma volta ali pra ver, pra poder descer do carro né? Quando acaba o horário de verão eu passo a vir a pé, porque tá mais claro e fica menos perigoso né?	Percepção de insegurança a noite
		Quando acontece assalto aqui dá pra ouvir do apartamento, aí sim a gente liga pra polícia e geralmente chega rápido. Geralmente a noite aqui a polícia passa pra dar uma olhada né? Mas não adianta tanto assim.	Percepção de insegurança a noite